

MARIA APARECIDA DE SOUZA GERKEN

ENTRE BANDEIRAS, ÁRVORES E BONECAS:

festas em escolas públicas primárias

de Minas Gerais

(1906-1930)

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da UFMG

2009

G369e
T

Gerken, Maria Aparecida de Souza.

Entre bandeiras, árvores e bonecas [manuscrito]: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930) / Maria Aparecida de Souza Gerken. - UFMG/FaE, 2009.

164 f., enc,

Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador : Tarcísio Mauro Vago.

Bibliografia : f. 150-164.

1. Educação -- Teses. 2. Escolas -- Aspectos sociais -- Teses. 3. Escolas primárias -- Minas Gerais -- Teses. 4. República -- Brasil -- Teses.

I. Título. II. Vago, Tarcísio Mauro. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

MARIA APARECIDA DE SOUZA GERKEN

**ENTRE BANDEIRAS, ÁRVORES E BONECAS:
festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais
(1906-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientação: Professor Dr. Tarcísio Mauro Vago.

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2009

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Pós-Graduação em Educação

Tese intitulada ENTRE BANDEIRAS, ÁRVORES E BONECAS: FESTAS EM ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS DE MINAS GERAIS (1906-1930), de autoria de MARIA APARECIDA DE SOUZA GERKEN, analisada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago – UFMG – Orientador

Prof. Dr^a. Carmen Lúcia Soares – UNICAMP

Prof. Dr^a. Carla Simone Chamon – CEFET/MG

Prof. Dr^a. Maria Cristina Soares de Gouvêa – UFMG

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG

Prof. Dr^a. Ana Maria de Oliveira Galvão – UFMG (Suplente)

Prof. Dr^a. Eustáquia Salvadora Sousa – PUC Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 9 de outubro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA 194ª (CENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA) DEFESA DE TESE NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:

Conhecimento e Inclusão Social

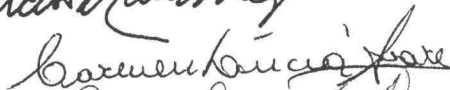
Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove realizou-se, na Faculdade de Educação da UFMG, uma reunião para apresentação e defesa da tese: "**Entre bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906-1930)**", da aluna **Maria Aparecida de Souza Gerken**, requisito final para obtenção do Grau de Doutora em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Tarcísio Mauro Vago - Orientador, Carmen Lúcia Soares, Carla Simone Chamon, Luciano Mendes de Faria Filho e Maria Cristina Soares de Gouvêa. Os trabalhos iniciaram-se às 13:30h com a síntese da tese feita pela doutoranda. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública à candidata. Terminadas as arguições, a banca examinadora reuniu-se, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final da defesa da tese apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a tese: aprovada destacando a originalidade temática, a riqueza das fontes e as contribuições para a área da História da Educação

O resultado final foi comunicado à aluna **Maria Aparecida de Souza Gerken** e ao público, concedendo à aluna o título de Doutor em Educação. A aluna deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 9 de outubro de 2009.

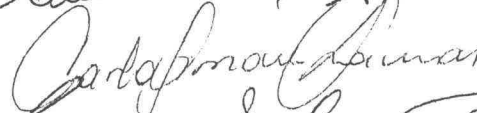
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago - Orientador



Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares - UNICAMP



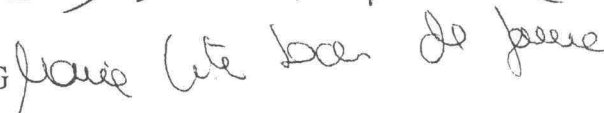
Profa. Dra. Carla Simone Chamon - CEFET-MG



Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho - UFMG



Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa - UFMG



Rosemary da Silva Madeira
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social – FaE/UFMG

*Dedico este trabalho à minha querida filha, Isabela,
ao meu esposo, Manoel Júnior,
e aos meus pais, Jorge e Ilma.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a vida.

Ao Professor Dr. Tarcísio Mauro Vago, pela orientação, pela dedicação, pelo carinho, pela sensibilidade na partilha de cada momento deste trabalho, mas, acima de tudo, pela amizade.

Aos meus pais maravilhosos, Jorge e Ilma, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida. Qualquer palavra que eu colocasse aqui não seria suficiente para dizer do meu amor profundo e do meu agradecimento por tudo o que fizeram por mim e por minha família. Carinho, atenção, oração, formação, dignidade, e uma disponibilidade infinita para nos ajudar e ajudar a todos que precisam deles.

À minha filha, querida, Isabela, pela confiança, pelo carinho, pelo bom humor e pelas inúmeras alegrias que me proporciona todos os dias. Vê-la crescer é o meu presente, é a minha maior festa!

Ao meu amor, Manoel Júnior, pelo carinho, pela compreensão, pelo bom humor e pelo silêncio que respeita e espera.

À minha grande família, Fernando e Andréa; Henrique, Adriana e Paula; Luiz Márcio, Cláudia Perdigão, Luíza, Carolina e Ivan; Flávio, Cláudia Malta e César; Frederico, Mireille e Laura, minha afilhada querida, pela riqueza do aprendizado e da convivência.

À Aléssia, pela dedicação, carinho e apoio em todos os momentos.

Aos amigos Marquinhos e Duca, e aos amiguinhos Giovanna e Samuel.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, pelo atendimento dedicado e atento durante o período de coleta de dados da pesquisa.

Aos professores e às professoras da Faculdade de Educação/UFMG, por fazerem do ambiente da pesquisa um espaço de trocas importantes não apenas acadêmicas, mas também afetivas.

Ao Professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, pelo apoio e pela leitura atenta do trabalho.

Aos colegas do Gephe e do Cemef, pelos momentos partilhados nas discussões de estudo e pela riqueza que o trabalho em grupo proporciona.

Ao Ricardo, à Natália, ao Petrônio e à Pedrita, professores do Setor de Educação Física do Coltec, pela atenção e compreensão neste período de formação acadêmica.

Ao amigo Arnaldo Alvarenga, pelo carinho na partilha de tantas confidências, pelo ombro sempre acolhedor, mesmo de longe, para as escutas e os desabafos desta desafiadora travessia.

À Rita Lages, companheira e amiga de viagens.

Ao Mateus Alves Silva, pela ajuda no trabalho de transcrição dos documentos.

Ao Arnaldo Vaz, pela atenção e carinho nos momentos difíceis.

À Rose e a todos os funcionários da secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFMG, pela atenção com que sempre me trataram.

Aos funcionários da Biblioteca da FaE/UFMG, pela atenção de sempre.

Aos colegas da equipe do *Projeto Veredas*, pela confiança e estímulo de sempre.

À Dete, pela dedicação, apoio e cuidado com as coisas da minha casa.

RESUMO

O objetivo com este trabalho foi analisar indícios de festas escolares realizadas em instituições públicas de ensino primário em Minas Gerais, de 1906 a 1930, problematizando os sentidos a elas atribuídos. Na delimitação do período de interesse tomou-se como referência duas reformas de ensino em Minas Gerais, com importante repercussão na organização das escolas: a Reforma do Ensino Primário, realizada no Governo de João Pinheiro, em 1906 (e as reformas realizadas pelos governos que o sucederam, continuando e expandindo suas prescrições nas duas décadas seguintes), e a chamada Reforma Francisco Campos, no Governo de Antônio Carlos, em 1927, que se configuraram como de maior relevância para esta investigação, ambas prescrevendo festas como práticas que deveriam ser realizadas nas escolas por motivos diversos, de acordo com o calendário cívico e religioso, em permanente conformação. A primeira delas foi responsável pela proposição dos Grupos Escolares como molde para o ensino primário, com programas de ensino e prescrição de práticas até então inéditas, dentre elas as festas, especialmente a Festa da Bandeira, em 19 de novembro, que se configurou como a principal festa escolar preconizada, mobilizada pelo apelo ao sentimento de nação. A segunda reforma marcou uma tentativa de reorganização do ensino com uma aproximação ao ideário escolanovista, no qual o *Auditorium* se destacava como evento festivo. Foram encontradas, selecionadas e mobilizadas fontes diversas dentre as quais se destaca a variada documentação produzida na então Secretaria de Interior do Estado de Minas Gerais (responsável pela chamada “instrução pública”), guardada no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, composta, dentre outros documentos, por ordenamentos legais; relatórios de inspetores e diretores escolares; impressos de destinação pedagógica, como o *boletim Vida Escolar* e a *Revista do Ensino* de Minas Gerais; e imagens (especialmente fotografias). O primeiro capítulo é dedicado às prescrições da legislação e aos programas festivos nas escolas; o segundo analisa os diferentes tipos de registros discursivos sobre as festas escolares presentes em documentos produzidos nas escolas; o terceiro aborda a Festa da Bandeira, que ganhou centralidade de análise. Nas considerações finais, foram abordadas permanências, rupturas e deslocamentos nos sentidos das festas escolares, no período tratado. Assim, por exemplo, as festas estabelecidas em calendário após a reforma de 1906, das quais foram encontradas vestígios nos documentos consultados, assumiram um sentido acentuadamente cívico, em que a pretensão central era a produção de uma identidade das crianças com a nação, sentimento ainda difuso e tênue. Na reforma de 1927, ao se propor o *Auditorium* e a Festa da Boneca, por exemplo, deslocou-se o sentido da celebração, da nação para a criança como preocupação central, fazendo emergir um caráter lúdico na festa, indicando uma adesão ao ideário escolanovista. Por meio das estratégias discursivas, percebeu-se uma substituição de elementos de uma tradição religiosa utilizados nas festas cívicas escolares. Foram abordados também os motivos pelos quais determinadas festas foram incluídas ou excluídas dos calendários festivos no período em questão.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze traces of school parties held in public elementary schools in Minas Gerais from 1906 to 1930, questioning the meanings attributed to them.

The period of interest was delimited based on the reference of two teaching reforms in Minas Gerais, with important repercussion in the organization of the schools: the Elementary School Reform, implemented in João Pinheiro's government in 1906 (as well as the reforms implemented in the following governments, continuing and expanding their requirements in the next two decades) , and the so-called Francisco Campos Reform in the government of Antônio Carlos in 1927. Both reforms were very relevant to this study as they established parties as practices that should be held in the schools for various reasons, according to the civic and religious calendar, in permanent conformity.

The first reform was responsible for the proposition of the *Grupos Escolares* as a model for the primary education, with teaching programs and requirements for new practices, among them the parties, especially the Flag Party – *Festa da Bandeira* – on the 19th of November that was configured as the main recommended school party, mobilized by the appeal to the sense of nation. The second reform marked an attempt to reorganize the teaching with an approach to the ideas of the New School in which the *Auditorium* stood out as a festive event. Various sources were found, selected and mobilized, among which the distinguished varied documentation produced in the then *Secretaria de Interior do Estado de Minas Gerais* (responsible for the so-called “public instruction”) , kept in the Public Archives - *Arquivo Público Mineiro* – in Belo Horizonte, composed of legal orderings, among other documents, reports from inspectors and school principals, printed matter for pedagogical purpose, as the *School Life bulletin* and the *Teaching Journal of Minas Gerais*, and images (especially photographies). The first chapter is dedicated to the requirements of the law and to the festive programs in the schools; the second one analyzes the different kinds of discursive records about the school parties present in documents produced in the schools; the third chapter approaches the Flag Party – *Festa da Bandeira* – which gained analysis focus. The final considerations have addressed permanence, ruptures and displacement in the senses of the school parties in the period of time studied. Thus, for example, the parties established in calendar after the reform of 1906, of which traces in the consulted documents were found, assumed a markedly civic sense where the principal intention was the production of an identity of the children with the nation, a feeling still diffuse and tenuous. In the 1927 reform, when the *Auditorium and the Doll Party* were proposed, the meaning of the celebration was changed from the nation to the child as the major concern, giving rise to a playful character to the party, pointing at an accession to the New School ideas. Through the discourse strategies, a substitution of the elements of a religious tradition in the civic school parties was noted. The reasons why certain parties were included or excluded from the festive calendars in the focused period have also been approached.

RÉSUMÉ

Le but de cette étude était d'analyser la preuve de fêtes scolaires organisées dans les établissements publics d'enseignement primaire dans le Minas Gerais, de 1906 à 1930, remettant en question les significations qui leur sont attribuées. Dans la définition de la période d'intérêt a été pris comme référence les réformes d'éducation à deux dans le Minas Gerais, avec des répercussions importantes sur l'organisation des écoles: la réforme de l'école primaire, qui s'est tenue au gouvernement de João Pinheiro en 1906 (et les réformes entreprises par les gouvernements lui succéda, poursuivre et d'élargir leurs prescriptions deux prochaines décennies), et a appelé la Réforme Francisco Campos, le gouvernement du Antônio Carlos en 1927, qui est configuré comme le plus pertinent pour cette enquête, les deux parties comme les pratiques de prescription doit être menée en écoles pour diverses raisons, selon le calendrier civique et religieuse en conformation permanente. Le premier est chargé de proposer les groupes scolaires en tant que modèle pour l'enseignement primaire, avec des programmes d'enseignement et les pratiques de prescription inédit, dont les parties, en particulier le parti drapeau, le 19 Novembre, qui est configuré en tant que fête de l'école primaire préconisé, mobilisés par appel au sentiment de la nation. La deuxième réforme a marqué le but de réorganiser l'école avec une approche nouvelle école à l'idéologie, dans laquelle l'Auditorium s'est imposé comme l'événement festif. Ont été trouvés, sélectionné et déployé diverses sources, parmi lesquelles se distingue la documentation variée produite dans l'époque secrétaire de l'Intérieur de l'Etat du Minas Gerais (responsable de la soi-disant «instruction publique»), stocké dans le Mineiro Archives publiques de Belo Horizonte, composé, entre d'autres documents, par les ordres juridiques, les rapports des inspecteurs et des directeurs d'école; imprimé destination éducative, comme le bulletin et le Journal of Education Vie Scolaire du Minas Gerais, et des images (en particulier les photographies). Le premier chapitre est consacré aux exigences de la législation et des programmes festifs dans les écoles et le second analyse les différents types de dossiers sur les groupes scolaires discursives présentes dans les documents produits dans les écoles, et le troisième traite de la garde du drapeau, qui a remporté l'analyse centralité. Les remarques finales ont été abordés les continuités, les ruptures et les déplacements dans les directions des groupes scolaires au cours de la période traitée. Ainsi, par exemple, les parties ont établi dans le calendrier après la réforme de 1906, dont les traces ont été trouvées dans les documents consultés, a pris un sens fortement civique dans laquelle la demande a été au cœur de la production de l'identité des enfants atteints de la nation, sentant toujours diffuse et ténue. Dans la réforme de 1927, au moment de proposer l'Auditorium et du festival des poupées, par exemple, a modifié le sens de la célébration de la nation pour l'enfant comme une préoccupation centrale, qui produit un spectacle ludique à la fête, ce qui indique une adhésion à l'École nouvelle idéologie. Grâce à des stratégies discursives, nous avons remarqué une substitution d'éléments utilisés dans une école festivals religieux civiques. Nous avons également discuté des raisons pour lesquelles certaines parties ont été inclus ou exclus dans la période des calendriers de fête.

RESUMEN

El objetivo con este trabajo ha sido analizar indicios de fiestas escolares realizadas en instituciones públicas de enseñanza primaria en Minas Gerais, de 1906 a 1930, problematizando los sentidos que se les atribuyen. En la delimitación del período de interés se tomaron como referencia dos reformas de enseñanza en Minas Gerais, con importante repercusión en la organización de las escuelas: la Reforma de la Enseñanza Primaria, realizada en el Gobierno de João Pinheiro, en 1906 (y las reformas realizadas por los gobiernos que lo sucedieron, continuando y expandiendo sus prescripciones en las dos décadas siguientes), y la llamada Reforma Francisco Campos, en el Gobierno de Antônio Carlos, en 1927, que tuvieron mayor relevancia para esta investigación, ambas prescribiendo fiestas como prácticas que deberían ser realizadas en las escuelas por motivos diversos, de acuerdo con el calendario cívico y religioso, en permanente conformación. La primera de ellas fue responsable de la proposición de los Grupos Escolares como molde para la enseñanza primaria, con programas de enseñanza y prescripción de prácticas inéditas hasta ese momento, entre ellas las fiestas, especialmente la Fiesta de la Bandera, en 19 de noviembre, que se configuró como la principal fiesta escolar preconizada, movilizadora por el apelo al sentimiento de nación. La segunda reforma marcó un intento de reorganización de la enseñanza con una aproximación al ideario escolanovista, en el cual el *Auditorium* se destacaba como evento festivo. Fueron encontradas, seleccionadas y movilizadas fuentes diversas entre las cuales se destaca la variada documentación producida en la Secretaría de Interior del Estado de Minas Gerais (responsable de la llamada “instrucción pública”), guardada en el Archivo Público de Minas Gerais, en Belo Horizonte, compuesta, entre otros documentos, por ordenamientos legales; informes de inspectores y directores escolares; impresos de destinación pedagógica, como el *boletín Vida Escolar* y la *Revista de la Enseñanza* de Minas Gerais; e imágenes (especialmente fotografías). El primer capítulo está dedicado a las prescripciones de la legislación y a los programas festivos en las escuelas; el segundo analiza los diferentes tipos de registros discursivos sobre las fiestas escolares presentes en documentos producidos en las escuelas; el tercero aborda la Fiesta de la Bandera, que es central en el análisis. En las consideraciones finales, fueron abordados permanencias, rupturas y desplazamientos en los sentidos de las fiestas escolares, en el período tratado. Así, por ejemplo, las fiestas establecidas en calendario tras la reforma de 1906, de las cuales se encontraron vestigios en los documentos consultados, asumieron un sentido acentuadamente cívico, en que la pretensión central era la producción de una identidad de los niños con la nación, sentimiento aún difuso y tenue. En la reforma de 1927, al proponer el *Auditorium* y la Fiesta de la Muñeca, por ejemplo, se trasladó el sentido de la celebración, de la nación para el niño como preocupación central, haciendo con que surgiera un carácter lúdico en la fiesta, indicando una adhesión al ideario escolanovista. Por medio de las estrategias discursivas, se observa una sustitución de elementos de una tradición religiosa utilizados en las fiestas cívicas escolares. Se abordaron también los motivos por los cuales determinadas fiestas fueron incluidas o excluidas de los calendarios festivos en el período en cuestión.

SUMÁRIO

MEMÓRIAS DE FESTAS, LEMBRANÇAS DA VIDA: REMINISCÊNCIAS DO PASSADO, SENSIBILIDADES PRESENTES.....	12
Tempos de infância, tempos de outrora, relembramentos.....	12
2009 – Ano de comemoração da França no Brasil.....	22
APRESENTAÇÃO	24
INTRODUÇÃO – A FESTA COMO OBJETO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	38
Transição Império-República: alguns apontamentos balizadores.....	45
CAPÍTULO 1 – POR UM ESPÍRITO FESTIVO: DECRETOS E PROGRAMAS – AS FESTAS ESCOLARES E SUAS PRESCRIÇÕES.....	50
A legislação sobre as festas escolares.....	51
O <i>Auditorium</i> e a festa: entre a diversão e a instrução.....	60
Programas de festas, programas de <i>Auditorium</i>	69
CAPÍTULO 2 – FESTAS ESCOLARES: MEMÓRIA E NARRATIVA EM TEMPOS FESTIVOS.....	80
No alvorecer do dia: fogos, tiros de dinamite, bandas e hinos: <i>pas de fête san musique</i>	81
As festas escolares, seus percursos e seus destinos: progresso e civilização.....	91
As festas escolares: resistências, tensões e desafios.....	97
As festas para a morte e a construção dos heróis nacionais.....	100
Cenas festivas I – Festa da Bandeira – 1912.....	104
Com que roupa eu vou? As festas, as roupas e as <i>photografias</i>	109
Cenas festivas II – Festa da Boneca – 1926.....	117
Doces e sequilhos: as festas com saber e sabor.....	124
CAPÍTULO 3 – A FESTA DA BANDEIRA: NATAL SACROSSANTO DA PÁTRIA.....	129
<i>Nem panno, nem trapo, a flammula adorável da Patria: A Bandeira Nacional!</i>	
Um desagravo à Bandeira.....	134
<i>A Bandeira: jogo gymnastico</i> – Um jogo para a República.....	140
<i>Soirré dansante</i> : bailados para a Bandeira.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE SE RECOLHE DAS FESTAS?.....	144
REFERÊNCIAS.....	150

Escavando e recordando

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde seu deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos, mas é igualmente indispensável a enxada tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente. (BENJAMIN, 1995, p. 239-240)

MEMÓRIAS DE FESTAS, LEMBRANÇAS DA VIDA: REMINISCÊNCIAS DO PASSADO, SENSIBILIDADES PRESENTES

Tempos de infância, tempos de outrora, relembramentos...

Mamãe conta, emocionada, que o vovô chorava toda vez que assistia às paradas do 7 de setembro na Avenida Afonso Pena, quando a banda da Polícia Militar tocava o Hino Nacional.

Papai morou durante quase dois anos nos Estados Unidos no início da década de 1960. Ele nos contou que quando voltou de lá, após terminar seu mestrado, teve a oportunidade de, ao reencontrar-se com os colegas de trabalho, contar suas histórias e sua experiência morando fora do País. Contou-lhes que sentia saudades de sua Pátria e foi criticado!

Mamãe cantava sempre para mim, e eu adorava! Os olhos dela se enchiam de emoção, pois ela se lembrava do vovô. Aprendi, então, a não somente cantar os hinos, mas a me emocionar com eles. Até a “Marselhesa” ela cantava para mim com os olhos molhados...

La Marseillaise

Allons enfants de la Patrie
Le jour de gloire est arrivé!

Contre nous de la tyrannie
L'étendard sanglant est levé
Entendez-vous dans nos campagnes
Mugir ces féroces soldats?

Ils viennent jusque dans vos bras.
Égorger vos fils, vos compagnes!

Aux armes citoyens
Formez vos bataillons

Marchons, marchons
Qu'un sang impur
Abreuve nos sillons...

Estudei no Grupo Escolar Helena Pena (as crianças brincavam assim: “Grupo Escolar Helena Pena, mata a galinha e come a pena”! Rimas como essas eram brincadeiras recorrentes nos diferentes grupos escolares da região).

Na entrada do prédio havia uma escadaria que nos levava a um hall. Do lado esquerdo, a sala da Direção e, à direita, uma escadaria permitia acesso ao segundo andar, à Biblioteca e um longo corredor, às salas de aulas. Estas, com janelas grandes, feitas de metal e vidro, ótima ventilação. As salas eram numeradas de forma crescente sendo que os números mais altos se localizavam próximos aos banheiros e bebedouros nos dois andares. A Biblioteca tinha um mobiliário de mesas redondas com cadeiras. No primeiro andar, além do pátio, da cantina, havia também a sala da Vice-diretora, da Supervisão Pedagógica, da Secretaria e do mimeógrafo.

Um destaque para o Auditório: enorme, repleto de cadeiras de assentos individuais, feitas em madeira escura, cujos encostos eram vazados em traçados verticais, o que dava certa leveza ao ambiente. Uma vez que os assentos eram individuais, isso permitia a mobilidade dos alunos para as atividades que eram lá realizadas.

Nesse lugar, fazíamos diferentes atividades, e a minha primeira entrada naquela instituição foi no dia do exame de seleção que realizamos para saber em qual sala deveríamos ficar. Isso porque as crianças, assim que eram matriculadas, deveriam fazer a “opção” pelo Grupo mais próximo de acordo com o endereço residencial delas. Assim, ainda que houvesse o Grupo Escolar Barão de Macaúbas, renomado, com excelentes professoras, cada família deveria obedecer ao seu local de origem, a não ser, é claro, para aquelas famílias que tinham “boas” relações políticas, chamados de “costas quentes”, que conseguiam colocar seus filhos onde desejassem.

Bom, voltando ao exame de seleção realizado no Auditório do Grupo Escolar Helena Pena, recordo-me do meu nervosismo para realizar aquela prova, da mamãe me deixando na porta daquele lugar desconhecido, quando tinha de 6 para 7 anos, idade prevista para a entrada no Primeiro Ano do Grupo.

Finda a prova, fui classificada para a terceira sala, decepcionada...

Também é bom lembrar que as salas de aula eram organizadas em ordem crescente, seguindo a ordem de “inteligência” das crianças definidas com base nesse exame, aplicado no primeiro dia de aula.

A última sala, a dos repetentes, esta era exatamente ao lado dos banheiros... Afinal, assim deviam pensar aqueles que definiam a organização do espaço escolar, pois, não era à toa, certamente, que “a pior sala”, com consideradas “piores crianças”, tinha a “pior professora” e ainda ficava do lado dos banheiros... Gritos, cheiros, cores, odores... crianças grandes, eram chamadas de “marmanjos”, de uniformes sujigados, marcas de uma (des)educação plena de sentidos, de sentimentos...

O Auditório era o local onde as crianças faziam a prova classificatória para saber em qual sala ficariam. Lá havia um palco enorme, cortinas e um belo piano de cauda que ficava à direita. Havia duas formas de acesso, sendo uma interna, que permitia a passagem por dentro do próprio Grupo, com uma pequena escada e duas portas de madeira que dividiam os ambientes; a outra, externa, era a entrada principal do Auditório e ficava localizada de frente para uma das ruas, pois o Grupo fora construindo ocupando a esquina toda. Entre a entrada principal do prédio e esta entrada lateral, havia um grande jardim com árvores frondosas.

Nesse local, fazíamos, além das provas classificatórias, as encenações teatrais, as aulas de música – ministradas pela D. Maria Inês, que também regia os ensaios da Bandinha do Grupo em dias de festas escolares. Triângulos, coquinhos, reco-reco, bumbo, escaleta, marimba e xilofone eram alguns dos instrumentos que as crianças tocavam nos dias de festa! Nesses dias festivos, somente os melhores alunos tocavam, os que tinham ritmo... Os demais ficavam para ver e aplaudir.

Nas nossas salas de aula, havia um mobiliário com mesas e carteiras duplas, feitas em madeira escura, com encosto e assento dobrável, para facilitar a nossa entrada e saída. O tampo da mesa era ligeiramente inclinado e continha, na parte superior, entalhado na madeira, um vão onde poderíamos descansar o lápis, de tal maneira que ele não rolasse mesa abaixo, e bem no centro um único orifício destinado ao tinteiro, prática de outros tempos que já não eram os nossos... Jamais me esquecerei de uma disputa com um colega, quando ele queria ultrapassar a metade do orifício (o buraco do tinteiro) que lhe cabia! Foram alguns segundos de um empurra-empurra dos nossos estojos de madeira até que os dois ficassem exatamente na “sua metade”...

Os cadernos escolares de minha infância traziam marcas de outros tempos... Quem se lembra? Simples brochuras, pautadas ou não, e dos cadernos de caligrafia, não posso me esquecer! Entre linhas grossas e finas, fazíamos inúmeras cópias de palavras e de

frases que as professoras passavam no quadro-negro, até que os nossos dedos ficassem com as marquinhas, tamanha repetição! Mas, voltando aos cadernos, suas capas e contracapas traziam estampadas, não os super-heróis dos desenhos animados... tampouco, fotos de moças e rapazes em corpos sedutores, donde pequenas gotículas de água compõem um ambiente que nos leva para bem longe da escola. Traziam, sim, os símbolos da nação: os brasões e as letras dos hinos.

Recordo-me de cantar, na escola, sob o sol forte, o Hino Nacional, para comemorar o dia 7 de setembro. A Supervisora passava tocando um sino de ferro pelo corredor afora. Isso mesmo, sino de ferro manual! Ainda não havia o sinal! Para sair da sala, a professora organizava as filas: uma, de meninas e outra, de meninos, em ordem de tamanho! Assim, ela poderia checar, uma a uma, todas as cabecinhas das crianças nos seus devidos lugares. Filas organizadas, ela segurava a mão das duas primeiras crianças que ficavam na frente, impedindo o forte desejo dos meninos de saírem correndo pra todo lado. No percurso até o local determinado, enquanto a professora ficava de costas para nós, alguns aproveitavam a oportunidade para fazer umas gracinhas, puxar as marias-chiquinhas das colegas e, também, para outras travessuras infantis.

Por causa da minha altura, sempre ficava no final da fila, que eram organizadas das crianças menores para as maiores, com a finalidade de disciplinar e controlar os corpos infantis certamente. Assim perfilados, todos poderiam ser vistos e vigiados pela professora!

No pátio, as turmas também tinham seus lugares a ocupar. Começando do primeiro para o quarto ano primário, elas se ordenavam lado a lado, meninos e meninas iam se intercalando, até ocupar todo o espaço. Depois, ao sinal da professora, éramos orientadas a “cobrir”, então, todas as crianças estendiam o braço direito à frente, colocando-o no ombro direito do colega da frente, para que ficássemos todas alinhadas. Cada professora permanecia de pé junto de sua turma.

Ao centro do pátio e à frente das crianças, ficavam os três mastros com a bandeira do Brasil ao centro, ladeada pelas bandeiras de Minas Gerais e do Grupo Escolar. Para hasteá-las, eram convidadas as crianças exemplares do Grupo, que deveriam fazer gestos suaves até que as bandeiras alcançassem o topo do mastro, enquanto era executado o Hino Nacional.

No mês de junho, havia as festas juninas e tínhamos que vender “votos” para a “Rainha da Pipoca” e para o “Rei do Amendoim” e as crianças que vendiam mais votos eram

coroadas. Os vestidos eram enfeitados com as próprias pipocas que as mães estouravam nas panelas e, então, eram coladas nos vestidos das meninas coroadas! Assim também eram ornamentados os chapéus, que, além das fitas vermelhas, tinham as abas enfeitadas de pipocas bem branquinhas. Para os meninos, os enfeites ficavam apenas nos chapéus, nos quais os amendoins eram colados. Detalhes à parte, e como bons “caipiras”, não podia faltar o “cigarro de palha” (de mentirinha, é claro!) feito com tiras de chuchu – quem diria?... Das festas juninas, entre a alegria de participar da festa, das brincadeiras e comer as quitandas da época, as dificuldades estavam relacionadas à formação dos pares entre as crianças, tarefa difícil...

Outra festa que era celebrada era a da “Rainha da Primavera”, realizada no mês de setembro, quando começava a nova estação. Também havia a venda de votos e recordo-me de que, quando recebíamos da professora uma cartela mimeografada, apreciávamos quando elas chegavam úmidas às nossas mãos, ainda com o cheirinho do álcool!!! Os “votos” deveriam ser vendidos para angariar fundos para o Grupo. Custavam Cr\$ 0,10 (10 centavos de cruzeiros, na época). A ideia era que cada criança pedisse de casa em casa os votos. Era coroadada a criança que vendesse mais votos! Vendíamos para vizinhos, padrinhos e familiares. Podíamos adquirir quantas cartelas quiséssemos para tentar vender esses votos.

Eu tinha uma colega de sala muito rica cujos pais compravam várias cartelas!!! No dia da festa da “Rainha da Primavera”, ela vestia o mais lindo vestido, subia no palco e era apreciada por todos os presentes... Ah, não poderia me esquecer de que, além de bonita, a “Rainha Menina” era loura!

Dia de fazer excursão também era uma festa! Aquele dia também foi uma festa: quando todas as crianças saíram do Grupo Escolar Helena Pena para uma excursão que fizemos a pé pelas ruas do Bairro Sagrada Família até o Bairro Floresta. Quando passávamos pelas ruas, o pessoal, ouvindo vozes infantis, saía de suas casas para nos ver passar. Como morávamos perto de nossas casas, os encontros eram comuns e, por vezes, podíamos nos encontrar com alguns familiares, o que gerava sempre uma grande emoção. O destino: o Cine Floresta, situado na Rua Floresta, na esquina da Avenida do Contorno, onde ficava a entrada do Cinema (hoje lá funciona uma sapataria popular, na parte de baixo e na parte superior uma igreja, aliás, diversas casas de cinema da cidade de Belo Horizonte, atualmente, funcionam essas igrejas). Cada turma acompanhada de sua professora, que cuidava de nos contar com frequência, pois, afinal, ninguém podia ficar para trás.

O filme a que assistimos foi “Bambi” e foi muito divertido! Das cenas mais marcantes, recordo-me daquela em que, ainda jovem, Bambi, com suas patinhas frágeis, tentava aprumá-las e arriscar sua primeira caminhada. A mãe, apoiando aquela experiência difícil de cair e levantar várias vezes, nunca desistia, até que, finalmente, ele conseguiu correr pela floresta. Para nós, a experiência de ir ao cinema sem a companhia dos pais era emocionante e nos desafiava. Por isso, até retornarmos ao Grupo, havia grande expectativa dos pais. Nossa chegada era celebrada por todos!

Duas fotografias eu tenho ainda guardadas. Uma tirada aos 7 anos, quando todos usaram a beca na cor azul para fazer a foto individual que nos era entregue naquela pequena “luneta” em forma de negativo. Para ser vista, precisava ser colocada em frente a uma luz, qualquer que fosse. Na outra, já no 4º ano do Grupo, vestíamos o nosso uniforme e ficávamos assentados em uma mesa com cadeira e ao nosso lado havia o Globo Terrestre. Essa foto foi tirada no pátio próximo ao muro separava o Grupo Escolar Helena Pena da Escola Estadual Sagrada Família, o “Sagradinha”, assim chamado carinhosamente pelos alunos, para a qual iria a maioria das crianças que estudavam no Grupo.

Na passagem do Grupo para a escola estadual, era feita uma prova por meio da qual as crianças eram selecionadas e classificadas nas devidas salas. Já nessa nova instituição, outra rotina, diversos professores e disciplinas. Aqui o início de uma fase importante pessoalmente, que foi a participação nos treinos esportivos, de handebol, no caso, que passaram a fazer parte de uma nova rotina escolar.

Das datas cívicas, celebrávamos no “Sagradinha”, o 7 de setembro. Fazíamos um desfile marchando pelas ruas do bairro, próximo à escola, o que envolvia toda a comunidade. Os professores de Educação Física nos orientavam: organizavam os estudantes nas filas, marcavam ritmos e nos ensinavam a marchar. Na verdade, eles tentavam... Por que aquele desfile mais parecia uma algazarra – menos ordem, menos obediência, menos marcha, outros sentidos... Ou já era uma nova ordem?... Depois, de volta à escola, já organizados nas filas, cantávamos o Hino Nacional enquanto as bandeiras eram hasteadas: as bandeiras do Brasil, de Minas e da própria escola. Para o hasteamento das bandeiras eram convidados apenas os alunos destaque, aqueles com as melhores notas, com os melhores comportamentos.... os modelos!

Numa dessas festas escolares, para comemorar o 7 de setembro, fiquei muito feliz por ter sido convidada por meu professor de Educação Física para hastear a Bandeira do Brasil. Missão destinada a poucos, não era para qualquer um.

Cheguei à escola muito alegre, vestia uma blusa branca de tergal que era do nosso uniforme, com o emblema da escola bordado em vermelho no bolso esquerdo da camisa. Do lado do coração, não é mesmo? Certamente não era à toa que o símbolo da escola ficava desse lado das nossas camisas!!! Vestia uma calça Levi's, índigo blue desbotada. A moda, naquela época, era usar a calça baixa, com o gavião sobrando no meio das pernas, calçava uma bota marrom de bico fino. Qual não foi minha surpresa quando o meu professor me viu. Ele me perguntou, com aqueles cabelos grisalhos a balançar e com ar indignado: — “É assim que você vem vestida para hastear a Bandeira Nacional?! Desse jeito você não vai participar de nada não, viu? Vou convidar outra pessoa”! Deu as costas e saiu andando, decepcionado com o meu comportamento...

Aquele não era um comportamento adequado que se esperasse para uma atleta de equipe, como eu era... E eu fiquei com aquela cara de tacho, não pude dizer uma só palavra... Fiquei triste!... A lição foi incorporada! Experiência inesquecível!!!

Gostávamos mesmo era de participar dos “Jogos da Primavera”, que tinham início no mês de setembro. Esses, sim, eram verdadeiras festas! Para poucos, é claro, pois nesse desfile, do qual participavam diversas escolas públicas de Belo Horizonte, somente havia os atletas, alunos que participavam das diferentes equipes de esportes que representavam cada instituição. Diferentemente do Grupo Escolar, aqui a ordem era do maior para o menor: maiores na frente para mostrar os fortes, modelos para a Nação.

O desfile era realizado na Avenida Afonso Pena e mobilizava a cidade, pois parte do trânsito era fechado para que pudéssemos executar nossa marcha. Havia um júri que julgava o desfile em criatividade, número de atletas envolvidos, harmonia, dentre outros, alguns dos quesitos de que me recordo. Matéria dos jornais da cidade, que trazia os nomes das escolas participantes, os resultados dos vencedores, fotos... uma grande festa!

A Banda de Música do Colégio Municipal era sempre muito elogiada, grande participação de alunos, uniforme impecável, as cores, vermelho, azul e branco... Instrumentos de todo tipo faziam o ritmo da marcha, bumbo, tambores, taróis... Tudo controlado por uma professora que marcava com grande habilidade e por meio de gestos e

com um apito, fazia banda passar em grande estilo, mostrando os ritmos e provando grande emoção!

Espetáculo indescritível e que encantava a todos eram as balizas: aquelas lindas meninas de corpos bonitos, fortes, ágeis e flexíveis, dançantes... Elas tinham graça, força e beleza e se deslocavam sozinhas, à frente de todos os pelotões, vestidas com short branco de helanca, tecido comum daquela época, na parte superior do corpo um corpete de mangas longas e duas carreiras de botões dourados. Eram moças bonitas, de corpos esguios e flexíveis, capazes de fazer, sempre no ritmo estabelecido, movimentos acrobáticos e coreográficos, enquanto manuseavam habilmente dois bastões em suas mãos. Tinham os pés cobertos com sapatilhas prateadas, que davam mobilidade aos movimentos, e estes marcavam cadenciadamente uma marcha, quase que dançada, ao som da banda. Encantadoras balizas!

Um colega de faculdade dos meus pais e amigo da família mostrou-me uma foto do dia da sua formatura do curso primário que foi concluído no Lúcio dos Santos, bairro Padre Eustáquio. As formaturas do curso primário, na década de 1930, eram realizadas no Auditório do Teatro Municipal de Belo Horizonte! Lugar de grande pompa, cadeiras de veludo, aquelas que podiam guardar as marcas, ainda que por um breve tempo, daqueles que estiveram ali sentados... Essas cadeiras davam bem o tom daquele momento de formação, com a participação das famílias que se reuniam para assistir àquele espetáculo que agitava toda a cidade.

Grandes cortinas cobriam o palco para pôr em cena as crianças naquele que era um importante momento da vida delas – a conclusão do Ensino Primário. Havia participação da Banda de Música do Corpo de Bombeiros, execução de hinos, participação de pessoas gradas, políticos, inspetores, diretores do Grupo e todos assistiam atentos às apresentações de peças teatrais que contavam com a participação dos alunos, além dos recitativos e dos discursos que compunham aquela festa.

Muito orgulhoso de revelar parte de sua história, ele me mostrou o programa daquela festa, e também uma foto dele, na qual estava vestido de “ajudante do príncipe” numa peça de teatro apresentada pelas crianças na qual representou este papel. Ele fez questão de ressaltar o papel dele, pois era meio baixinho e disse-me, rindo bastante: – “Você sabe, o príncipe era meio afeminado, mas eu, não; fui o ajudante do príncipe”! E deu aquela gargalhada!

Outro episódio do qual ele se lembrou com alegria, ocorrido nesta festa de entrega de diplomas, foi quando o menino que tocava a corneta gesticulava com empolgação a cornetinha, mas o som que era realmente emitido, era tocado por um músico do Corpo de Bombeiros. Entretanto, esse músico não percebeu que o menino já havia parado de tocar e continuou tocando atrás da coxia. A criança ficou sem graça pelo ocorrido e olhou para o público com grande constrangimento.

Outro amigo da família, aluno do Grupo Escolar Lúcio dos Santos, em Belo Horizonte, lembrou-se de que uma criança, ao ser castigada por desobediência à professora, por alguma travessura feita ou por um nome feio falado na escola, deveria permanecer num círculo que a professora desenhava no chão, bem no meio da sala de aula para que todos a vissem... Assim, pelo exemplo, não deveriam repetir o que não era tolerado pela escola! De sua rigorosa educação, ele me disse, orgulhoso: — “Hoje em dia é tudo avacalhado! Meu pai era getulista, sabe”?

Em visita que fiz na casa dele, o retrato do Presidente, apesar de não ocupar um lugar de destaque, estava presente e com moldura. Lamentou que hoje as crianças não são mais as mesmas...

Tia Neném me contou que participou da festa em homenagem aos reis belgas, realizada em Belo Horizonte, em 1922. Ela estudava em uma escola italiana no centro de Belo Horizonte e foi com toda a sua turminha para a grande festa na Avenida Afonso Pena! Do que ela mais se lembrava? Dos grandes laços de fita vermelha que as meninas usavam na cabeça para receber o rei.

Tia Naná teve grande emoção no encontro que tivemos e, por causa disso, precisou tomar um pouco de água e levou um tempo para se acalmar... Com os olhos lacrimejando, ela rememorou as festas da Bandeira e os recitativos dos quais ela sempre participava.

Além disso, mostrou-me, com muito orgulho, os paninhos de mesa, delicadamente bordados à mão, que ela fazia nas aulas de Trabalhos Manuais e que iam para as exposições dos alunos do curso primário, que ocorriam no final do ano.

Conversando com um aluno do Coltec sobre minha pesquisa eu dizia que estava estudando as festas escolares no início do século XX, e ele logo perguntou:

— Uai, e tinha isso?

Eu respondi:

— *Tinha, sim!*

— *E o que se comemorava, professora?*

— *Comemorava-se o 21 de abril, o 13 de maio, a Festa da Bandeira, o 14 de julho...*

Ele interrompeu, dizendo:

— *Mas, professora, 14 de julho é a Revolução Francesa, e o que isso tem a ver com a gente?!*

Conversamos sobre esse assunto e, por fim, ele disse:

— *Nossa! Que legal! E hoje não tem nada disso pra gente!*

Saiu num jornal de Belo Horizonte no dia 21 de abril de 2008, que um jornalista perguntou a um estudante:

— *Você sabe quem foi Tiradentes?*

O rapaz respondeu:

— *Ah, é um feriado aí...*

Na tarde do dia 4 de novembro de 2008, enquanto os Estados Unidos celebravam a vitória do seu primeiro presidente negro – o que Monteiro Lobato já havia escrito em sua obra de ficção chamada “O presidente negro ou O choque de raças”, na qual parecia prever tal história –, estávamos reunidos em uma sala da faculdade, na minha qualificação, quando ocorreu um episódio inusitado: os membros da banca e os amigos presentes, aqueles já passavam da casa dos 40 anos de idade, cantaram o “Salve lindo pendão da esperança...”, o “Hymno à Bandeira Nacional”, de Bilac (1911, p. 43):

Salve, lindo pendão da esperança
Salve, symbolo augusto da paz!
Tua nobre presença á lembrança
A grandeza da patria nos traz.

Recebe o affecto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido symbolo da terra
Da amada terra do Brazil!

Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas mattas
E o esplendor do Cruzeiro do Sul...

Recebe o affecto que se encerra
Em nosso peito juvenil,

Querido symbolo da terra
Da amada terra do Brazil!

Contemplando o teu vulto sagrado,
Comprendemos o nosso dever;
E o Brazil, por seus filhos amado,
Poderoso e feliz ha de ser!

Recebe o affecto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido symbolo da terra
Da amada terra do Brazil!

Sobre a immensa nação brasileira,
Nos momentos de festa de dôr,
Paira sempre sagrada bandeira,
Pavilhão de Justiça e de Amor!

Recebe o affecto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido symbolo da terra
Da amada terra do Brazil!

Os jovens mestrados ouviram, silenciosamente e sorrindo, o nosso canto... Essa cena deixou nítido que os corpos desses jovens estavam revestidos de outras sensibilidades, traziam outras marcas... Os hinos não foram aderidos à substância deles, como dizia Drummond...

2009 – Ano de comemoração da França no Brasil

Os jornais da cidade de Belo Horizonte registraram momentos de grande emoção quando Bibi Ferreira cantou, à capela, no dia 21 de abril do corrente, La Marsellheise (A Marselhesa), o Hino Nacional francês, na cidade de Ouro Preto-MG.

Os moradores daquela cidade, patrimônio cultural da humanidade, enfeitaram os casarões históricos com as bandeirolas coloridas nas “cores da liberdade”, azul, vermelha e branca, numa alusão às cores da bandeira francesa e assim proporcionaram “charme e glamour à Praça Tiradentes, um dos cartões-postais de Ouro Preto”, que sediou a abertura do evento França.Br 2009. O Hino Nacional brasileiro foi cantado por Milton Nascimento. A

Orquestra de Sopro Nord-Pas de Calais, da França, e a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais também estiveram presentes naquela apresentação. (ESTADO DE MINAS, 2009)

A programação do evento França.Br 2009 estabeleceu como marcos temporais para o início e o término da programação desse evento as datas 21 de abril e 15 de novembro, e como sede da inauguração do evento a cidade mineira de Ouro Preto, lugar de importantes conflitos políticos.

Com um calendário repleto de datas, podemos nos perguntar por que o dia 21 de abril como a data inaugural e por que o dia 15 de novembro como a data de encerramento? Escolhas aleatórias? Por certo que não! De que simbologias se revestem ainda o 21 de abril e o 15 de novembro?

Passado e presente entrelaçados...

Duzentos e vinte anos da morte de Tiradentes!

Cento e vinte anos da Proclamação da República!

Um herói e um regime político, representações mitificadas que, em tempos atuais, parecem reificar uma busca pelos caminhos da liberdade, nos quais a experiência da cidade tem se revelado, muitas vezes, como o espaço onde os sujeitos por grande insegurança e pela convivência com um cotidiano de violências em diversos níveis, sentem-se prisioneiros em suas próprias residências...

APRESENTAÇÃO

Início a escrita desta tese retomando um trecho de Nunes (1996, p. 24) que me é caro: “Escrever a história é mais do que uma exposição de achados. É o efeito de uma transformação pela qual passamos enquanto sujeitos que nos assumimos e assumimos os riscos pressentidos na escrita”.

A escolha pelo estudo de festas escolares se justifica pela aproximação com a temática que desenvolvi no meu trabalho de dissertação que teve como objetivo compreender o processo de escolarização da dança no Centro Federal de Educação Tecnológica/MG, no período entre 1976 e 1991. Tal delimitação teve como base a própria dinâmica da pesquisa, ou seja, a entrada da dança na instituição e a maneira como esta tomou vulto de espetáculo na vida escolar. Analisei o universo de práticas construídas em torno dos festivais de dança, entendendo que estes, historicamente tiveram lugar privilegiado de construção da linguagem da dança no seu processo de escolarização. Investiguei os deslocamentos e as apropriações operadas sobre a dimensão espaço-temporal do fenômeno educativo escolar na experiência dos festivais de dança e analisei as representações e práticas produzidas como justificativas e estratégias para a legitimação da dança como conteúdo da disciplina Educação Física. (Gerken, 1999)

Sabendo que as festas em rituais escolares podem ser indicadores de valores, signos e comportamentos que se pretende produzir, reproduzir, transformar ou, ainda, apagar, decidi elaborar um projeto de pesquisa de doutorado – *Festas escolares: corpos cívicos e religiosos* –, pois se tornava nítido que a aproximação sistemática com os estudos em História da Educação possibilitava uma experiência fundamental de ler o mundo e de compreender os processos educativos nos diferentes contextos sociais nos quais se realizam.

Considerando que o estudo de festas como práticas educativas tem se apresentado como uma possibilidade fértil para analisar os fenômenos educacionais, o problema que me coloco para investigar é: Por que as festas escolares foram instituídas como práticas educativas em escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares, no período de 1906-1930? Que lugar as festas escolares ocupavam entre as práticas educativas nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente dos grupos escolares, no período em foco? O que define uma festa escolar? O que se celebrava nas festas escolares? Quais os

sujeitos se envolviam com essas festas? Quem as propunha? Quem as organizava? Por que e para que se festejava na escola? Onde e quando elas ocorriam? Quais as práticas estavam presentes nas diferentes festas escolares? Quais os sentidos que elas adquiriam para os sujeitos que delas participavam?

Meu objetivo com esta pesquisa é investigar e analisar os sentidos das festas escolares nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares, no período de 1906-1930; identificar e analisar os deslocamentos ocorridos no período no que se refere às datas e aos sentidos a elas atribuídos, bem como verificar a inclusão de outras datas festivas.

Festa, Festas Nacionaes, Sessões comemorativas, Sessão solemne, Festas cívicas, Festa escolar – essas foram expressões encontradas na realização desta pesquisa. Diferentes expressões, diferentes festas, múltiplos sentidos! Mas por que elas mereceriam ganhar visibilidade dentre tantas outras tão importantes? Para que procurar por festas? Festas escolares existiram? Quando? Por quê? A que demanda um estudo dessa natureza pretende responder?

Para tanto, tomo como ponto de partida algumas ideias de Jeanne Marie Gagnebin (2007) sobre a importância da narrativa para a constituição dos sujeitos e sobre o enraizamento no sentido do cuidado com o lembrar. Este último tem a dupla finalidade: pode tanto permitir a reconstrução de um passado como possibilitar a preservação de uma “morte” em nossa existência humana.

Essa autora retoma uma ideia de método que é tratado como desvio, sendo que a renúncia ao curso ininterrupto da intenção é uma característica. Há um retorno minucioso e incessante do pensamento que volta sempre à própria coisa – esta pausa, “o incessante tomar fôlego é a mais autêntica forma de existência da contemplação”. (GAGNEBIN, 2007, p. 87)

Gagnebin (2007) renuncia à discursividade linear e aponta as pausas e os retornos de pensamentos, as hesitações e as voltas do pensamento como reveladoras de uma consciência segura de si, do seu alvo e do seu itinerário. Ela afirma que a renúncia à segurança do que é previsível é que permite ao pensamento atingir a liberdade, da mesma forma como reconhece o arriscado e precioso caminho da escrita.

Para a autora, os lugares privilegiados da infância lembrados pelo adulto não são “lugares de uma felicidade inconsciente e imaculada”, e, sim, são carregados de um futuro desconhecido, mas pressentido, pois são como “cantos proféticos”. O escritor, para a autora,

salva o passado no presente porque descobre nele os rastros de um futuro pressentido quando criança, mesmo sem conhecê-lo. “A busca de um ‘futuro anterior’ leva a um olhar sobre o passado especialmente sobre a infância, onde não há nada de idealizante ou de estetizante, mas que é [...] profundamente político”. (GAGNEBIN, 2007, p. 89)

Rastros dos sentimentos humanos na história, rastros do corpo na história.

Memórias de ontem e de hoje se entrelaçam, memórias perdidas, memórias lembradas, memórias escritas, imagens... Histórias diferentes, experiências de um tempo difícil de ser acessado.

Roberto Romano, ao prefaciar o livro de Capelato (1998), remeteu-se aos grandes mestres da narrativa e escreveu que a história não é daquelas coisas que podemos manusear sem esforço, pois exige grande força do intelecto. O desafio foi lançado!

Benjamin (1995) tratou da dimensão da experiência sobre a qual aqueles que se aventuram na difícil tarefa de escrever sobre o passado e restaurou a figura do narrador para a atualidade. Ele afirma que não é possível recuperar totalmente o que foi esquecido, o que considera positivo. A compreensão da saudade é tanto melhor quanto mais profundamente está em nós o esquecido. Para esse autor,

[...] o esquecido nos parece pesado por causa de toda a vida vivida que nos reserva. Talvez o que o faça tão carregado e prenhe não seja outra coisa que o vestígio de hábitos perdidos, nos quais já não nos poderíamos encontrar. Talvez seja a mistura com a poeira de nossas moradas demolidas o segredo que o faz sobreviver. Seja como for – para cada pessoa há coisas que lhe despertam hábitos mais duradouros que todos os demais. Neles são formadas as aptidões que tornam decisivas sua existência. E, porque, no que me diz respeito, elas foram a leitura e a escrita, de todas as coisas com que me envolvi em meus primeiros anos de vida, nada desperta em mim mais saudades que o jogo das letras. Continha em pequenas plaquinhas as letras do alfabeto gótico, no qual pareciam mais joviais e femininas que os caracteres gráficos. Acomodavam-se elegantes no atril inclinado, cada qual perfeita, e ficavam ligadas umas às outras segundo a regra de sua ordem, ou seja, a palavra da qual faziam parte como irmãs. Admira-me como tanta modéstia podia coexistir com tanta magnificência. Era um estado de graça. E minha mão direita que, obedientemente, se esforçava por obtê-lo, não conseguia. Tinha de permanecer do lado de fora tal como o porteiro que deve deixar passar os eleitos. Portanto, sua relação com as letras era cheia de renúncia. A saudade em mim desperta o jogo das letras prova como foi parte integrante de minha infância. O que busco nele na verdade, é ela mesma: a infância por inteiro, tal qual a sabia manipular a mão que empurra as letras no filete, onde se ordenavam como uma palavra. A mão pode ainda sonhar com essa manipulação, mas nunca mais poderá despertar para realizá-la de fato. Assim, posso sonhar como no passado aprendi a andar. Mas isso de

nada adianta. Hoje sei andar, porém, nunca mais poderei tornar a aprendê-lo. (BENJAMIN, 1995, p. 104-105)

“Vestígios de hábitos perdidos misturados à poeira de nossas moradas demolidas...”. Assim, Benjamin (1989, p. 107) apresenta a idéia de que existe uma rivalidade histórica sobre as diversas formas de comunicação e aponta que na narração não há apenas uma transmissão de determinado acontecimento, como se faz na comunicação, mas esta aparece integrada na vida do narrador e é passada aos ouvintes como uma experiência, onde ele deixa seus vestígios assim como “as mãos do oleiro no vaso da argila”.

Gagnebin (2007) afirma que o lembrar do ponto de vista benjaminiano não visava a uma descrição do passado como ele ocorreu, mas o passado era considerado pela sua possibilidade restauradora do presente.

Em sua análise, Benjamin (1973) cita Proust, que mensurou a dificuldade dele em realizar a tarefa de narrar a própria infância e em suas reflexões forjou o termo memória involuntária, conceito que pertence ao inventário do indivíduo, considerado como a experiência no sentido estrito do termo em conjunção com conteúdos do passado coletivo. Então,

os cultos, com seus cerimoniais, suas festas [...], produziam, reiteradamente, a fusão desses dois elementos da memória. Provocavam a rememoração em determinados momentos e davam-lhe pretexto de se reproduzir durante toda a vida. As recordações voluntárias e involuntárias perdem, assim, sua exclusividade recíproca. (BENJAMIN, 1989, p. 107)

Assim, o que dizer, ou melhor, o que escrever sobre festas escolares após tantos estudos, tantas disciplinas cursadas, tantas idas e vindas aos arquivos, buscas de livros em sebos, bibliotecas e livrarias, as muitas leituras sobre a temática das festas nas suas múltiplas interfaces, que para serem compreendidas demandam estudos em diferentes áreas do conhecimento e aponta sua complexidade, que, todavia, precisam dos recortes necessários, que distinguirão as opções teóricas de cada pesquisador? Assim, traço e entrelaço memórias, buscando dar sentido ao movimento sobre o qual ora me debruço. Tempo! *Tempus...*

TEMPUS

*Corpo?
Corpo.
Vivo?
Vivo.
E o tempo?
O tempo voa
à toa.
A tola ânsia
marca
finca a faca
ataca, tortura.
Não mata.
Machuca,
cabula.*

*Imprime a pressa
Apreça o preço
do tempo que passa.
Suprime a marca
do tempo moderno
que o corpo sentido
tenta atento
viver o tempo
rápido
lento
da vida moderna.*

*Tempo,
Tripaliu,
Tortura,
trabalho.
Tempo,
relógio,
ócio,
ânsia.*

*Tempo (não) pára,
tempo passa
tempo trapaça.
Tempo, tempo,
tempo,
lento alento.
Paro,
preparo, penso
no frouxo tenso
passar do tempo.¹*

¹ Texto que escrevi em 17 de junho de 2004, quando cursava a disciplina “Cultura Escolar, Cultivo de Corpos”, ministrada pelo Professor Tarcísio Mauro Vago e oferecida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG, cujas reflexões me levaram à elaboração do projeto de doutorado “Festas escolares em Minas Gerais: corpos cívicos e religiosos”, na primeira metade do século XX.

Ah, tempo para inspirar... Dentre nomes como Pedro Nava, Helena Morley, Manoel de Barros, Vicente Guimarães e Carlos Drummond de Andrade, escolho este último para recomeçar tarefa tão importante, desafiadora e difícil!

A página em branco, que muitas vezes nos assusta, traz as marcas da nossa humanidade. Assim, (re)começo, trazendo um conto de Drummond (1981, p. 17-19):

Os feriados daquele tempo eram poucos e bons. 1º de janeiro, para se festejar a fraternidade universal, que não se sabia bem o que fosse, mas, no alvoroço de começar o ano, significava boa disposição geral; 21 de abril, que nos ensinava a morrer pela liberdade; 3 de maio, quando éramos descobertos, apesar das dúvidas que pairavam sobre a data certa, e que ninguém pensava em resolver; 14 de julho, viva a queda da Bastilha!; íamos sossegados até 7 de setembro, quando nos transportávamos ao Ipiranga e, com Pedro I e Pedro Américo, sacudíamos o jugo lusitano; uma pausa, e verificávamos que, existindo como país não fôramos ainda descobertos como continente, e a 12 de outubro dávamos marcha à ré até Colombo; detínhamo-nos a reverenciar os mortos em 2 de novembro, logo depois era forçoso proclamar a república, e, ainda bem não era proclamada, escolher-lhe uma bandeira, tudo isso num mês excepcionalmente rico: três feriados! E daí, mais nada, acabou-se o que era doce. O resto eram festas de igreja, em que o Estado não se metia, ou datas pessoais, que encorajavam o menino a falhar à escola, o funcionário à repartição, o trabalhador ao trabalho – sob as penas da lei, está visto.

Com serem poucos, os feriados se envolviam numa aura de prestígio e encantamento, que os fazia longamente esperados e agudamente saboreados em sua polpa de descanso ou excursão. E como também as distrações fossem raras, ninguém tinha o problema de hesitar entre elas, ou se queixava porque o tempo fosse insuficiente para degustá-las todas. Ir ao cinema constituía uma aventura pouco menos que maravilhosa, para não dizer logo impossível; porque o cinema não funcionava durante o dia, salvo em grandes e pecaminosas cidades, como o Rio de Janeiro: nas pequenas cidades, tínhamos de esperar a noite de domingo, quando, depois de molhada convenientemente a tela, e tocada várias vezes a campainha, a imagem trêmula começava a projetar-se de cabeça para baixo, e era um custo reconduzi-la à posição exata. Não havia mesmo distração nenhuma durante o dia feriado, salvo o próprio feriado e nossa capacidade de fruí-lo. Alguma bola jogada a esmo, na cabeça ou na vidraça do próximo, até que o ar livre, com todas as suas sugestões. A tarde caía antes que o primeiro peixe fosse pescado, e, contudo, nossa pescaria fora tão cheia de peixes, anzóis, iscas, discussões, caminhadas, cismas, que voltávamos para casa com a fartura e o cansaço de expedicionários africanos.

Depois, as coisas mudaram. Há duas explicações para isso. Primeira, que nos tornamos homens, isto é, bichos de menor sensibilidade. Segundo, o governo, que mexeu demais na pauta dos feriados, tirando-lhes o caráter de balizas imutáveis e amenas na estrada do ano. O 21 de Abril foi proscrito, porque já não fazia sentido morrer pela liberdade, era preferível viver sem ela; em seu lugar, houve o ensaio de 19 de abril, que não entou; o 15 de

Novembro, se não feneceu de todo, chegava a passar despercebido, e as trombetas, para substituí-lo, anunciaram o 10 de Novembro, de enfadonha biografia; também se experimentou o 3 de Outubro, como uma edição nacional do 14 de Julho, enquanto esse ia dormir no cemitério da história. Nada disso aprovou. Surgiram ainda os “dias”, consagrados a classes, e que eram feriados particulares, ou nem isso, de tão anódinos; multiplicaram-se os feriados enrustidos, ou dispensas de ponto e de aula, e perdemos, afinal, o espírito dos feriados.

Por ser precisamente um dos feriados extintos, o 19 de Novembro faz lembrar hoje, aos marmanjos do começo do século, não só a bandeira como a própria infância, tão perdida quanto esse feriado. O ‘salve, lindo pendão da esperança’ (que era pendão?) canta ainda no íntimo de pessoas que desaprenderam cantar ou jamais o souberam. São feios, são bonitos os hinos aprendidos na escola? Eles aderem à nossa substância, eis tudo. E cantam, cantam dentro de nós, absorvidos pela alma dos feriados, em que se misturavam heroísmo e farniente, lutas, flâmulas, espadas, princípios, sol, passarinhos, banhos de riacho, frutas, caramelos... Alma dos feriados antigos, que eram fixos, poucos e belíssimos.

Considerando que a História se dá no tempo, ao trazer um conto de Carlos Drummond de Andrade, já se pode observar que ocorreram mudanças nos sentidos de feriados, dos dias festivos, que são vividos de formas diferentes em cada momento. Tomando este trecho como inspiração para esta pesquisa pergunta-se: Qual (is) o(s) sentido(s) das festas escolares?

Os calendários, objetos científicos e culturais, estão ligados aos esforços sociais de controle do tempo e indicam poder de um grupo sobre outro. Le Goff (1997) considerou a Revolução Francesa o exemplo mais célebre de rejeição a uma reforma do calendário. Os revolucionários daquele período compreendiam a divisão do tempo como uma aposta ideológica e política. A divisão do tempo era considerada útil e ousada para o espírito humano e teria de cumprir três funções: “romper com o passado, substituir pela ordem a anarquia do calendário tradicional e assegurar a recordação da revolução na memória das gerações futuras”. (LE GOFF, 1997, p. 264)

Para Benjamin (1989), a contagem do tempo pressupõe a existência de fragmentos desiguais e privilegiados. Os calendários, ao estabelecerem os feriados, permitiam ao rememorar um espaço vago. Benjamin (1989, p. 136-137) afirma:

O homem, para quem a experiência se perdeu, se sente banido do calendário.
O habitante da cidade grande se depara com este sentimento nos domingos.
[...].
Os sinos dobram, de repente, furibundos

E lançam contra o céu um uivo horripilante,
 Como os espíritos sem pátria e vagabundos
 Que se põem a gemer com voz recalcitrante.
 Os sinos, que outrora anunciavam os dias festivos, foram excluídos do
 calendário, como os homens. Eles se assemelham às pobres almas que se
 agitam muito, mas não possuem nenhuma história.

Se a experiência do tempo e do calendário era determinante para os habitantes das cidades, como afirma o autor, então é plausível considerar que a escola republicana, ao instituir um programa de festas e estabelecer novos ritmos e novas rotinas, teria imposto sentidos e valores que ficariam na memória das crianças.

Veiga (2000) afirma que o tema das festas foi analisado do ponto de vista da sua vocação pedagógica, ou seja, que desde sua preparação até sua apresentação, a festa, considerada numa perspectiva da educação integral, foi capaz de mobilizar e de convencer os atores participantes do entorno do novo espetáculo – a República. Para a autora, a “educação nacional não se faz sem ‘sentimento patriótico’, sem ‘espírito público’ e isso só se produz com arte e festa”. (VEIGA, 2000, p. 414)

Um exemplo encontra-se no boletim *Vida Escolar* (n. 7, p. 1, 1º ago. 1907), do Grupo Escolar de Lavras:

Comecem as aulas por uma festa, nos Grupos Escolares – formatura geral de meninos e meninas no pátio de recreio, arvorando um deles a bandeira nacional, e cantando todos, simultanea ou alternadamente, o hino patriótico. Creemos que nenhum aluno faltará, pelo prazer de ficarem juntos alguns momentos, pelo entusiasmo do grande número de vozes, etc.

O objetivo da escola moderna era promover a felicidade do indivíduo. “Procure alegrá-lo, pois a alegria é o elemento principal da felicidade”!, afirmou o Sr. Azarias Ribeiro, diretor da Escola Normal da Capital, em discurso proferido para o Grêmio Aurelio Pires e registrado no boletim *Vida Escolar* (n. 7, p. 1, 1º ago. 1907), de Lavras. Lembra o referido diretor: “Sendo assim, é bem que a escola comece por uma festa!” (VIDA ESCOLAR, n. 7, p. 1, 1º ago. 1907) Com essa frase o diretor explicita a função da festa escolar: levar alegria para a escola, para que o ensino fosse eficaz e para houvesse a assiduidade dos alunos.

Em outra seção do boletim *Vida Escolar* (n. 26, p. 1, 15 jul. 1908) sobre feriados, o diretor afirma que não havia necessidade de serem feriados os dias de festas nacionais uma vez que o período de férias era suficiente para o descanso tanto dos professores quanto dos alunos. Também o funcionamento das aulas nos dias de festa nacional era importante para

contrabalançar as faltas dos alunos nos dias santos. No boletim indicava-se, também, que celebrar com ociosidade fatos importantes não era uma decisão acertada e questionava: “Por que havemos de vadiar no dia de Tiradentes, ou no de S. Pedro como quer a igreja, si a vadiação é um grande mal? Pois nesses dias, por exemplo, será melhor para o menino ficar á toa do que ir á escola?” Havia uma indicação sobre “o costume geral do descanso” e sobre “a folga, depois de seis dias de trabalho”, que eram considerados higiênicos. E finalizava, afirmando: “Incommoda-nos realmente ver os meninos perderem tempo nos dias de festa nacional e nos dias santos. E como o Governo é amante do progresso, vimos pedir-lhe que restrinja tão somente aos domingos os dias feriados”. (VIDA ESCOLAR, n. 26, p. 1, 15 jul. 1908)

A crônica de Carlos Drummond de Andrade citada, e esta do boletim *Vida Escolar* representam e apresentam a complexidade do que pode advir de uma pesquisa que pretende problematizar festas escolares.

Inicialmente, algumas perguntas podem ser apontadas para orientar a análise, a saber: O que é uma festa escolar? Quais os sentidos das festas realizadas nas escolas? Como as escolas se organizavam para as festas?

Festejar, sim, mas não com o ócio, como propunha a Igreja, o que deixa transparecer uma oposição entre o cívico e o religioso. Se a criança ficava em casa e passava o dia na “vadiagem”, a festa assume um sentido que não deveria ser cultivado, sendo produzida como “um grande mal”. Em contraste, a folga do domingo era considerada higiênica e, portanto, benéfica e relevante. Tensões como essas é que procurei flagrar.

Assim, o objetivo com este trabalho foi analisar os sentidos das festas nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares no período entre 1906 e 1930. Para tanto, foram encontradas, selecionadas e mobilizadas para esta pesquisa fontes diversas, dentre as quais se destaca a variada documentação produzida na então Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais (responsável pela chamada “instrução pública”), guardada no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Ela é composta, dentre outros documentos, de ordenamentos legais (leis e decretos); relatórios do secretário do Interior ao presidente do Estado, dos inspetores e diretores de grupos escolares ao secretário; ofícios; correspondências; atas; impressos de destinação pedagógica, como o boletim *Vida Escolar*, do Grupo Escolar de Lavras (que circulou em 1907 e 1908), e a *Revista do Ensino de Minas Gerais* (para o período de 1925 a 1930); termos de louvor; programas de festas; imagens

(especialmente fotografias); discursos realizados em ocasiões como inauguração de escolas e nas próprias festas escolares; e recordações de alunos e recortes de jornais anexados aos relatórios escolares. Outras fontes para esta pesquisa foram os livros destinados aos alunos das escolas primárias, um caderno de “Hymnos” (datado de 1926) e livros de memórias. Fontes que foram mobilizadas em cada capítulo, contribuindo para análises apresentadas em acordo com o objetivo proposto para cada um deles.

A delimitação do período de interesse desta pesquisa foi construída com base em duas importantes reformas de ensino em Minas Gerais, que tiveram grande repercussão nas instituições públicas primárias de ensino: a primeira foi a “Reforma do Ensino Primário e Normal”, realizada no Governo de João Pinheiro, em 1906, e a segunda foi a chamada “Reforma Francisco Campos”, no Governo de Antônio Carlos, em 1927. Ainda que entre essas duas, outras reformas tenham sido realizadas pelos governos que se sucederam em Minas, elas não trouxeram mudanças significativas quanto àquelas, que então se configuraram como de maior relevância para esta investigação.

A primeira delas foi responsável pela afirmação de uma nova cultura escolar no Estado, que viria substituir as Escolas Isoladas, dando lugar, paulatinamente, à emergência dos grupos escolares como novo molde para o ensino primário, com novos programas de ensino e prescrição de práticas até então inéditas, como indicou o estudo pioneiro de Faria Filho (1996, publicado em 2000), trabalho de Vago (1999, publicado em 2002) e de Gonçalves (2005, publicado em 2006).

Consultando os relatórios elaborados por inspetores escolares antes desta reforma, Faria Filho (2000) recolheu inúmeros registros dos problemas referentes às Escolas Isoladas, como a baixa frequência escolar, as péssimas condições das instalações, que não ofereciam nem o conforto nem a higiene necessária para a educação primária, a escassez de material didático, a precária formação e a baixa remuneração do professorado. Eram essas as circunstâncias que simbolizavam um passado que deveria ser superado, pretensão da reforma de 1906.

De fato, intelectuais e políticos republicanos de Minas acreditavam que, para se construir uma Nação e um Estado, seria necessário, como pondera Vago (1999, p. 14), que “a escola realizasse a um só tempo a tríade educação *intellectual, moral e physica* do povo. Produzir cidadãos republicanos – esta era a ambição”. Faria Filho (2000, p. 27) pondera, ainda, que também a busca por uma identidade nacional foi uma tarefa de uma geração de

intelectuais republicanos na Primeira República. A educação e a instrução primária eram consideradas “armas no combate às supostas conseqüências malélicas deixadas pelo Império e pelo trabalho escravo: a apatia e a aversão ao trabalho manual, dentre outros”.

Com a reforma de 1906, entram em cena novos sujeitos escolares e outras práticas de ensino propondo uma intervenção radical na formação das crianças, especialmente as de famílias pobres. Para abrigar o novo molde escolar, prédios suntuosos foram construídos nos centros de cidades mais populosas – como a capital mineira – de acordo com os preceitos higiênicos e de valores morais, tendo como base a experiência europeia e dos Estados Unidos da América.

Os grupos escolares, em contraposição ao quadro crítico da instrução primária, deveriam representar a possibilidade do progresso que se identificava com o movimento de urbanização da cidade e da racionalização das relações sociais, com controle dos tempos e com a regulamentação dos usos dos espaços. Para Faria Filho (2000, p. 37),

os grupos escolares e seus processos de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.

É por isso que, ainda que o ensino primário continuasse a ter Escolas Isoladas, ou a forma intermediária de Escolas Agrupadas, a opção, nesta pesquisa, foi por uma visada mais acentuada para os grupos escolares.

Destaque-se que a Reforma de João Pinheiro inseriu em seu programa as festas escolares, e justamente os grupos escolares foram construídos e pensados como lugar privilegiado para que elas ocorressem, em cumprimento ao programa de ensino legalmente estabelecido.

A segunda reforma, de 1927, é aqui compreendida nas circunstâncias que envolveram a educação após a Primeira Guerra Mundial, nas décadas de 1920 e 1930, período de grandes mudanças sociais decorrentes de um processo de industrialização, de muitas lutas, impasses e perplexidades, conforme pondera Peixoto (1983). Interesses divergentes irromperam em uma crise política que atingiu todo o País. A reforma no sistema educacional foi, para a autora, uma intervenção do Estado, cuja finalidade era acomodar os interesses dos

grupos em disputa (oligarquia e proletariado urbano), e com a incorporação dos pressupostos do ideário escolanovista, a educação assumiria um lugar de instituição mediadora de conflitos.

Consideradas as circunstâncias em que se produziu a escola em Minas Gerais nas três primeiras décadas do século XX, as festas se revelaram como importante objeto de pesquisa e ainda pouco explorado nos trabalhos de história da educação. Portanto, esta pesquisa se interessou em compreender a presença das festas escolares e os seus sentidos, com uma das práticas prescritas para a escola, afirmada como instituição social formadora da infância.

As festas escolares podem ser problematizadas com base no que Souza e Faria Filho (2006, p. 38) chamaram de conteúdo “civilizador de caráter moralizante e cívico [que] foi amplamente propagado na escola pública primária [e que] enlaça[vam] o tempo escolar ao calendário social”.

Diana Vidal e Faria Filho (2005) também se debruçaram na reflexão sobre as festas realizadas em comemoração ao centenário de implantação do Ensino Primário no Brasil, tendo como fontes a *Revista do Ensino de Minas Gerais* e o *Jornal Minas Gerais*. Dessa maneira, lançar um novo olhar sobre essas fontes e mobilizar outras pode permitir novas contribuições para a história da educação.

No contato com a documentação disponível no Arquivo Público Mineiro, referente à Secretaria do Interior, percebi que a documentação era vasta e diversificada quanto à sua tipologia, apontando para um recorte territorial circunscrito ao Estado de Minas Gerais, e não apenas à sua capital, Belo Horizonte.

A complexidade do objeto de pesquisa exigiu dois movimentos: primeiro, o de compreender como o tema da festa tem sido discutido por autores de diferentes áreas do conhecimento, como a história, a antropologia, a história da educação e as noções ou categorias de análise que eles utilizam; segundo, o de identificar categorias analíticas que permitiram a interpretação das fontes.

História, antropologia, história da educação, festa, corpo, escola, cidade: leituras sistemáticas de pesquisas de diferentes autores e temáticas foram necessárias para pensar o objeto em questão. Diversos autores brasileiros e estrangeiros foram estudados e, por mais que destacasse alguns nomes, o quadro seria sempre incompleto (os de maior mobilização aparecerão no texto). Registro meu esforço para buscar uma análise e uma compreensão desses trabalhos e das possíveis contribuições para esta pesquisa; de outro, mostro que a

diversidade de leitura que a opção pelo estudo das festas com o recorte proposto demandou, a par das dificuldades, uma rica experiência.

Uma das questões que tenho me colocado é o motivo pelo qual encontramos, no âmbito dos estudos em Antropologia, uma vasta publicação de investigações sobre a temática das festas, em contraposição à ainda pequena produção a respeito de festas escolares na História da Educação, como detectado por Aline Choucair Vaz (2006). Espero contribuir para o que se mostra lacunar na produção teórica sobre a História da Educação.

Este trabalho está organizado com Apresentação, Introdução, três capítulos e Considerações Finais.

Na Apresentação, reflito sobre o interesse pelo estudo das festas escolares, procurando explicitar a maneira pela qual foi feita a escrita desta tese, justificar o recorte da pesquisa e traçar o que era o “espírito da época” num diálogo com as fontes, com a literatura e com os autores.

Na Introdução, a intenção foi apresentar a festa escolar como objeto da História da Educação.

No capítulo 1 – “Por um espírito festivo: decretos e programas, as festas escolares e suas prescrições” –, investigo a prescrição das festas nos ordenamentos legais e como foram elaborados e organizados os programas festivos, destacando os princípios que circulavam em torno das propostas de festas nos grupos escolares mineiros e do *Auditorium* que emergiu como um contraponto à festa escolar.

“Festas escolares: memória e narrativa em tempos festivos” é o título do capítulo 2, cujo objetivo foi analisar os diferentes registros discursivos sobre as festas escolares, especialmente os relatos festivos encontrados nos relatórios de diretores, mas também em correspondências, boletins, jornais e em fotografias, procurando identificar práticas convergentes ou de conflito e de tensão nas diferentes festas das escolas públicas primárias mineiras, especialmente dos grupos escolares.

O capítulo 3 é dedicado àquela que emergiu das fontes como a principal festa prescrita e realizada no molde escolar que se afirmou nas primeiras décadas do século XX: “A Festa da Bandeira ou o Natal sacrossanto da Pátria, síntese de todas as festas”. A análise foi feita com base em estratégias discursivas utilizadas que visavam entrelaçar o cívico e o religioso: uma tradição inventada (a Festa da Bandeira) e uma prática religiosa, já consagrada (o Natal).

Finalmente, nas Considerações Finais, “O que se recolhe das festas? Considerações sobre as festas escolares”, destaco os deslocamentos ocorridos no que se refere às festas realizadas no período em questão, bem como explicito os motivos pelos quais determinadas festas foram incluídas ou excluídas dos calendários festivos e identifico os motivos das mudanças.

INTRODUÇÃO – A FESTA ESCOLAR COMO OBJETO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Tendo as festas escolares como objeto de pesquisa, um dos esforços necessários para a sua realização foi a definição do arcabouço teórico que balizou o trabalho, inserido no campo da história da educação. Com esta finalidade, apresento alguns autores que têm contribuído para a análise do que me propus.

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro de muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entressonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora. (BARROS, 2003, p. I)

Inspirada pela metáfora de Barros e considerando que a existência de uma palavra ou expressão revela a existência de um objeto ao qual estão relacionadas certas noções ou categorias, assim também as expressões “festas nacionais”, “festas escolares”, “comemoração” são indícios da existência de determinadas práticas escolares cujos sentidos pretendo compreender.

O léxico, como estudo de determinado fenômeno ou a existência de uma palavra indicam um objeto, seu uso e as noções que a ele se vinculam, sendo, por isso, um movimento que considere necessário realizar inicialmente.

Procurei em diferentes dicionários referências ao verbete festa e seus afins. Para Houaiss e Villar (2007), o verbete “festa” apresenta, em sua etimologia como substantivo, oriundo do latim, *festus* (*festus, festa, festum*), de festa, festivo, solene, que está de festa, que celebra a festa, feliz, venturoso, alegre; e, como sinônimo, “afago” e “patuscada”.

Ferreira (1986) define os seguintes significados para festa: reunião alegre para fim de divertimento; o conjunto das cerimônias com que se celebra qualquer acontecimento; solenidade; comemoração, dia santificado, de descanso, de regozijo; comemoração litúrgica; solenidade da Igreja; romaria; regozijo, alegria, júbilo; trabalhadeira, cuidados, barulho. O autor apresentou alguns tipos de festas e seus respectivos significados, a saber: “festa da cumeeira” na qual se celebra o término de uma construção, ou seja, quando ela chega ao teto; “festa das candeias” é a candelária, a festa da Purificação da Virgem Maria, realizada em 2 de fevereiro; “festa de arromba”, festança; “festa de carregaço” aquela feita sem música e sem outros atrativos; “festa de embalo”, um tipo de festa muito movimentada e barulhenta; “festa imóvel”, que se celebra todos os anos em dias certos; “festa móvel”, que se celebra todo ano em dia diferente na ordem do calendário, por estar sua fixação dependente do domingo de Páscoa; e “fazer festa e soltar foguetes”, que é aplaudir os próprios atos.

Já a palavra “comemorar” é também de origem latina, *comemmorare*, e tem os significados: trazer à lembrança; trazer à memória; fazer recordar; memorar, lembrar; solenizar, recordar; celebrar com festa; festejar, celebrar.

Para a palavra celebrar, de origem latina, *celebrare*, fazer celebrar com solenidade, promover, comemorar, festejar, solenizar, demonstrações ruidosas.

No dicionário de Torrinhã (1934),² encontrei para a palavra “festa” o significado de solenidade religiosa ou civil; dia santificado, de descanso ou regozijo; divertimento; trabalhadeira; barulho. No plural, carícias. Boas festas, felicitações pelo Natal ou Páscoa. (*L. festum*) e para comemorar, solenizar, recordando; lembrar (*L. comemorare*). Em Câmara Cascudo (1972, p. 391), encontra-se a palavra “festa” que, individualmente,

entende-se por Natal, *mês de festa*. É a época de dar e receber *festas*, presentes com reciprocidade cordial, correspondendo a *étrenne*. Falando nas três festas do ano, indicavam-se em Portugal antigo o Natal, a Páscoa e São João, a primeira e a última fixas e a segunda móvel.

Feitas estas primeiras considerações sobre os possíveis sentidos para a palavra festa, apresento a seguir algumas noções importantes para este trabalho a fim de traçar um

² Cf. *O moderno dicionário da língua portuguesa para os estudantes e para o povo: ortográfico, prosódico e morfológico*, de Francisco Torrinhã, foi “publicado de acordo com a ortografia oficialmente adoptada por Dec. de 1º de set. de 1911 e pelas Portarias nº 2.553 de 29 de Nov. de 1920 e nº 6.409 de 23 de Set. de 1929, com as modificações introduzidas no regime ortográfico pela Portaria nº 707, de 27 de Maio de 1931, em virtude do acordo celebrado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras” (p. 1).

percurso a respeito de pesquisas já realizadas e de localizar a festa como um objeto da história da educação. Ao longo de cada capítulo essas noções podem ser retomadas e aprofundadas à medida que análise das fontes e sua problematização demandarem tal exercício, bem como a inclusão de outros autores e noções.

Reconhecida por historiadores e frequentemente citada nos trabalhos sobre festas, Mona Ozouf (1974) faz reflexões fundamentais sobre esta temática. Em suas proposições, ela aponta que há maior interesse para com o trabalho do homem e seus esforços do que para as suas diversões, pois estas eram consideradas, em princípio, insignificantes. A história, tendo como base os estudos da psicanálise, considera que as formas de ritualização, ainda que anônimas e sem regulação aparente, dão uma “armadura” para a existência humana. (OZOUF, 1974, p. 217)

Ozouf (1974, p. 217), ao tratar da dupla abertura que as festas têm com o tempo, pois trazem consigo uma memória e também prenunciam o futuro, aponta ainda, dois problemas: um deles refere-se à festa como “repetição consciente de si própria”, que reconhece o seu passado e afasta-se de um presente invisível; o outro problema, inversamente, é que as festas podem representar “uma novidade ilusória, o reinício de um gesto exemplar”, assim fundadas na esperança e abertas à imprevisibilidade do futuro, não sendo este, portanto, o tempo que a História anuncia.

Ozouf (1974, p. 216) pergunta: “Que espetáculo, atualmente, julgamos perfeito se não consegue tornar-se uma festa?” A partir dessa indagação, ela afirma que a festa invadiu o vocabulário político, a crítica teatral e a literária com diferentes intenções: às vezes, restaurar uma nostalgia, às vezes manter o que a autora chama de neofolclore, ou seja, uma falsa memória coletiva. Outra intenção é a reflexão teológica, que busca reabilitar a gratuidade festiva em contraposição aos valores tensos do trabalho e, a finalmente, a ideia de Revolução, misturada com a ideia do eterno presente em que a festa é absorvida.

A autora também destaca que, apesar de haver, no campo da história, maior incidência de pesquisas que se ocupam mais de trabalhos dos homens do que com suas formas de divertimentos, com o movimento dos *Annales*³, novos objetos passaram a ser de interesse dos historiadores.

Vovelle (1991) apontou sua visão sobre as novas exigências relativas à festa e às mudanças que ocorrem em determinada época na sensibilidade coletiva, bem como sobre a

³ Sobre o movimento dos *Annales*, cf. Burke (1997).

consciência que se tem dessas mudanças. Para esse autor, a festa é um lugar no qual uma coletividade representa simbolicamente seu mundo, podendo dele, até mesmo, filtrar suas tensões, que podem ser percebidas ou detectadas por meio de formas discursivas, nas disputas por uma simbologia, por uma gestualidade e são elas que revelam, portanto, um imaginário e suas sensibilidades.

O debate que Chartier (2004, p. 7) faz sobre a festa se deu no âmbito das discussões que tiveram por objeto as “clivagens culturais que atravessaram a sociedade do Antigo Regime, criando distinções e tensões, oposições e divisões” com base em uma história cultural que objetivava caracterizar a noção de cultura popular.

Esse autor estabelece a disciplina e a invenção, bem como a distinção e a divulgação como noções solidárias. Ele utiliza essas expressões para compreender a circulação de objetos e modelos culturais e os programas de festas são citados como exemplos nos quais essas noções podem ser detectadas. (CHARTIER, 2004, p. 17)

Ryan (2006) aborda a parada norte-americana como uma possibilidade de um registro documental que pode ser tratado a partir da análise literária, uma vez que os registros são textos, com características especiais, como ela esclarece, pois ocorreram em um contexto social e cultural e histórico. A autora afirma:

Se havia algum significado dominante, ou qualquer síntese capsular de uma cultura incrustada nesse texto, não era, por certo, a concepção de um *auteur*, mas a criação de indivíduos e grupos distintos que atuavam dentro das coerções sociais e possibilidades políticas de seu tempo. A parada, portanto, pode dizer-nos alguma coisa sobre o processo histórico através do qual o significado cultural é criado. Além do mais, os múltiplos arquitetos dessas criações culturais não imprimiam significado a algum gênero literário predeterminado, simplesmente: criavam formas cerimoniais específicas de suas próprias épocas, necessidades e possibilidades. (RYAN, 2006, p. 180)

Na realização deste trabalho, consultei pesquisas que tematizaram as festas cívicas em diferentes Estados brasileiros com recortes temporais diversos.

Sobre as escolas paulistas, tivemos o estudo de Gallego⁴ que enfocou a construção de sua arquitetura temporal das escolas paulistas no período de 1890-1929. A autora considerou o tempo como um dos elementos constitutivos daquela cultura escolar, na qual as

⁴ Cf. ANPED. *Reuniões*. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1179. Acesso: em 2 fev. 2009.

festas escolares foram uma das temáticas discutidas pela pesquisadora. Já Renata Cândido⁵ realizou um debate sobre as festas nas instituições de ensino paulistas (1890-1930) como processo de constituição de uma escola ideal para a sociedade republicana. O conceito mobilizado foi o de cultura escolar, que norteou sua investigação.

Bittencourt (1990), Faria Filho e Chamon (1999), Veiga (2000), Veiga e Gouveia (2000) apontam uma estreita relação entre as festas escolares como uma prática que compôs o esforço de perseguir o ideal de nação civilizada, que os diversos campos da ciência, na produção dos seus diferentes saberes estabeleciam para a composição de uma identidade nacional. A escola, como instituição, deveria exercer o papel de cultivar a memória nacional nos escolares, e as festas escolares compunham um conjunto de rituais que nela eram realizados.

Para Veiga (2000, p. 419), a festa tinha a finalidade de despertar novas emoções na população, mostrando ordem, harmonia e beleza, ideário de uma educação estética que representava um “brado de consciência pública”, que visava formar uma identidade nacional.

Um estudo realizado por Bittencourt (1990) nas escolas paulistas no período de 1917 a 1939, sobre o ensino de História, teve como eixo o conhecimento histórico produzido para as escolas e a prática em sala de aula. A autora refletiu sobre como a memória histórica teria sido produzida em festas comemorativas para homenagens ou comemorações de heróis nacionais. Nelas, estavam incluídas as horas cívicas, das quais faziam parte os rituais de hasteamento da bandeira e a execução de hinos pátrios, sendo que todas elas passavam por rigorosa fiscalização realizada pelas autoridades educacionais.

Operando com a noção de *tradições inventadas*, de Eric Hobsbawn,⁶ Bittencourt (1990), mostrou o relacionamento entre o fenômeno nacional e a construção das tradições para legitimar os vários nacionalismos surgidos a partir do século XIX.

A escola, no contexto do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, tendo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos.

Somente se transformavam em “memórias” nacionais quando compunham um conjunto homogêneo de rituais vinculados pelo culto à Pátria. A questão que se colocava para

⁵ ANPED. *Reuniões*. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1179. Acesso: em 2 fev. 2009.

⁶ Sobre a noção de “tradições inventadas”, cf. Hobsbawn (1997).

a escola situava-se na dificuldade em transmitir concretamente, para os alunos, valores mais ou menos vagos, como “amor à Pátria” ou patriotismo. Um ponto básico e aceito com certa “universalidade” é que a escola, assim como as demais instituições, incorporou o ritual referente aos símbolos da Pátria expressos pela Bandeira Nacional, pelo *Hino Nacional* e o pelo Escudo de Armas.

Também os cultos aos Fundadores do País eram realizados para trazer e manter na memória figuras consensuais que representassem o passado histórico. Ocorriam, entretanto, disputas entre grupos, sendo que para alguns era importante a representação das elites, para outros a idéia era de que “a pátria somos nós”.

Como afirma Souza (1998, p. 242), a escola primária republicana “instaurou ritos, espetáculos, celebrações” e “em nenhuma outra época a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político”. Era na escola que se celebrava a liturgia política da República e lá seus símbolos, seus valores e sua pedagogia moral e cívica deveriam ser divulgados. As festas, as exposições escolares, os desfiles dos batalhões infantis eram momentos privilegiados da vida escolar por meio dos quais a escola dava visibilidade e se tornava a expressão do imaginário político do regime republicano brasileiro.

Schemes (1995) analisou as festas cívicas e esportivas dos governos de Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955), por meio de um estudo comparativo inserido no âmbito da História Política. As festas, pela coerção física e ideológica, cumpriam o papel de construir a imagem de um povo feliz.

Vaz (2004) investigou as comemorações cívicas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria para compreender o lugar da educação na era Vargas, uma vez que nesse período houve um esforço do Estado de construir tradições, centralizando normas e práticas visando à formação do homem civilizado na direção do trabalho para a pátria. Assim, houve a exteriorização da escola com base nas festas cívicas, que cumpriram uma função importante na formação das massas e na divulgação do ideário nacionalista.

Oliveira (1989) pesquisou os traços que distinguiram o período do Império do período republicano com a pretensão de tratar da quebra de uma tradição e a construção de um novo universo simbólico que fosse capaz de legitimar a nação. Em sua pesquisa, ela afirma que as revoluções têm papel fundamental nas diferentes sociedades. Elas lidam simultaneamente com os esforços da organização de uma nova vida social e política e, ao evocarem um passado, tentam reconstruir um imaginário por meio do qual seja possível a

recuperação do equilíbrio perdido ao longo do tempo. Dentre as revoluções, a Revolução Francesa foi destacada pela autora, por produzir uma simbologia nacional capaz de garantir coesão social em substituição à tradição monárquica. Oliveira (1989) ao abordar a função pedagógica da festa apontou para a integração de se estabelecer a entre o religioso e o político.

Fonseca (2001; 2002) realizou diferentes pesquisas nas quais as festas cívicas foram investigadas. Em uma delas (2001, 138), estudou as representações sobre Tiradentes nas celebrações do 21 de abril; em outra (2002, p. 341), analisou as festas cívicas e o universo cultural em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o século XIX com enfoque nas festas do Triunfo Eucarístico, na cidade de Vila Rica, e as festas do Áureo Trono Episcopal, em 1748, que após a Independência passaram a comemorar, também, eventos de importância histórica para a nação, como as datas da Proclamação e da Independência e da Coroação do Segundo Imperador. Finalmente, pesquisou sobre o processo de exteriorização da escola no Brasil nas décadas de 1930-1960, período no qual a formação moral e política do cidadão visava ao desenvolvimento e à modernização do País. A festa foi um dos instrumentos estratégicos utilizados pelo Estado brasileiro para a efetivação da educação cívica e patriótica, sendo que, ao extrapolar o espaço escolar, a escola contribuiu para a fixação de um espaço público reservado especialmente para os seus professores e estudantes.

As leituras desses trabalhos, em cuja problemática aparecem festas escolares como objeto ou compondo uma discussão ampliada sobre a educação no período, levaram-me a dois caminhos. O primeiro foi o de reconhecer que uma pesquisa em História da Educação – tendo como recorte geográfico o Estado de Minas Gerais e o recorte temporal circunscrito ao período republicano – é importante para que seja possível pensar a Educação no Brasil não apenas pelo que é recorrente, mas também pelas singularidades de cada Estado. O outro caminho foi o de buscar outros sentidos e outras fontes que permitiriam “entrar” nas festas e daí, então, pensar nas práticas festivas e nos seus sentidos para os sujeitos que delas participaram em escolas de Minas Gerais.

Chama atenção o fato de que em levantamentos realizados em diferentes periódicos de circulação nacional na área da Educação e da História da Educação, bem como em páginas de eventos das referidas áreas, localizei relativamente poucas pesquisas nas quais as festas foram problematizadas seja como objeto central, seja como tema tratado entre outros

relativos à escola, tendo em vista o crescimento acentuado de trabalhos em história da educação, desde pelo menos 1990.

Apesar de encontrarmos pesquisas nas quais as festas são problematizadas como temática central ou como parte dela, a complexidade de trabalhos dessa natureza ainda merece aprofundamento. Com esta tese, pretendo contribuir com os estudos já realizados até o momento, todavia, objetivando analisar as festas escolares das escolas públicas primárias mineiras, especialmente os grupos escolares, no período entre 1906 e 1930.

Transição Império-República: alguns apontamentos balizadores

Para Gomes (2002), o “15 de novembro” é o referencial simbólico das articulações sobre o novo regime a ser implantado, mas a campanha republicana já estava em andamento e teve seu ponto de partida quando foi lançado o manifesto de 3 de dezembro de 1870, cujo primeiro número foi publicado em um jornal da Corte de nome *A Republica*, como informou a autora. Desde então, houve a deflagração de diversas ações no Brasil, tais como a organização de clubes republicanos e a criação de jornais com a finalidade de desmoralizar não apenas o regime monárquico, mas atingir a figura do imperador D. Pedro II.

Os primeiros partidos republicanos foram fundados em São Paulo (1873) e Rio Grande do Sul (1882), seguidos das províncias de Pernambuco e, posteriormente, Minas Gerais. No movimento republicano ocorreram ações conspiratórias feitas por um jovem grupo militar que, unido a civis, foi paulatinamente mobilizando outros grupos sociais.

A convocação de um Congresso Republicano em 1887, com vista à criação de um partido republicano com amplitude nacional, foi insignificante para Gomes (2002). A partir de 1888, quando da abolição da escravidão, o movimento se intensificou ainda mais. Para os defensores do regime republicano, foi ao final da década de 1880 que, desgastada a monarquia e com a morte do imperador, havia um ambiente que permitiria a implantação da República de forma pacífica. A autora, ao trazer os registros dos jornais da época, destacou que o local onde ocorreu a cena política do *15 de novembro* era um lugar tradicionalmente utilizado para reunir o povo, tanto nas festas religiosas, como as Festas do Divino Espírito Santo, como em manifestações políticas da Corte, uma vez que lá estavam as construções

públicas da Corte, antigamente chamado Campo de Santana, atualmente Praça da República, que é o nome oficial.

Outras reflexões sobre o primeiro período republicano foram feitas por Carvalho (1987; 1990). O autor fez uma análise do regime republicano a partir do olhar de dois observadores: o primeiro, Aristides Lobo, propagandista do regime republicano, anunciou, desapontado, como afirma o autor, que aquele que deveria ter sido protagonista, o povo, “assistira a tudo bestializado, como se estivera numa parada militar” (CARVALHO, 1987, p. 9); o outro observador era um francês, chamado Louis Couty, que sintetizou a situação do País em uma única frase: “O Brasil não tem povo”. (CARVALHO, 1987, p. 10)

Tanto Aristides quanto Couty chamam atenção para o fato de que é necessário levar em conta qual realidade serviu de referência para os dois observadores.

Para que fosse legitimado o novo regime na transição do Império para a República, uma das estratégias fundamentais era: “trazer o povo para o proscênio da atividade política” (CARVALHO, 1987, p. 11), na praça pública e com o estandarte da liberdade, a bandeira republicana e ao som da Marselhesa. Carvalho (1987, p. 11) afirma: “A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, chamada por Silva Jardim de ‘a Revolução adorada’.”

Benjamin (1995, p. 273-274) considerou o *14 de julho* um “Belo Horror”:

Desde o *Sacré-Couer* fogos de artifício se derramam sobre *Montmartre*. O horizonte atrás do Sena arde. Os rojões sobem e se apagam sobre a planície. Na encosta íngreme se apinham dezenas de milhares de pessoas a fim de acompanhar o espetáculo. E essa multidão encrespa sem cessar um murmúrio igual às pregas de uma capa quando o vento brinca com ela. Se apuramos o ouvido, o que ressoa é algo diferente da espera dos foguetes e rojões luminosos. Não estaria essa surda multidão à espera de uma desgraça bastante grande para que, de sua tensão, salte a faísca, de incêndio ou fim do mundo – qualquer coisa que transformasse esse murmúrio aveludado de mil vozes num único grito, como quando um golpe de vento põe a descoberto o forro escarlata da capa? Pois o claro grito de horror, o terror pânico, é o reverso de todas as genuínas festas populares. O leve estremecer que aos poucos percorre os inumeráveis ombros anseia por ele. Para a multidão, em sua existência mais profunda e inconsciente, festejos e incêndios são apenas jogos, nos quais se prepara para o momento da emancipação, para a hora em que pânico e festa, irmãos separados por longo tempo, ao se reconhecerem, se abraçam na insurreição revolucionária. Com todo direito celebra-se na França a noite de 14 de julho com fogos de artifícios.

Há nessa passagem um entrelaçamento entre o jogo e a festa pela representação dos fogos, que antes matavam, e se transformaram nos fogos das celebrações; ganharam outros sentidos e passaram a ser os fogos das festas, dos gritos de terror aos gritos possíveis.

No Brasil, a Revolução Francesa foi inspiração para os jacobinos e também para os positivistas ortodoxos, ainda que estes últimos fossem contrários a movimentos revolucionários e tivessem visto, na época da proclamação da República, a revolução de 1789 como “o exemplo mais poderoso de explosão popular na arena pública e um marco na história da humanidade e sua visão da sociedade ideal era comunitária e incorporadora”. (CARVALHO, 1990, p. 10)

Carvalho (1990) flagrou uma intensa batalha de símbolos e alegorias, feitas entre os três modelos de república, a saber: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo que tiveram por objetivo a legitimação do regime republicano atingindo o imaginário popular com os seus valores.

Em documentos da época analisados em sua pesquisa, havia referências ao costume de republicanos brasileiros cantarem a *Marselhesa*, o hino francês. As festas cívicas como as da Federação em 1790 e do Ser Supremo em 1794 eram momentos privilegiados de comunhão cívica, nas quais os símbolos e os grupos disputavam a conquista do imaginário popular. Para Carvalho (1990) não bastava mostrar a verdade, mas seria necessário fazer com que o povo a amasse, apoderando-se da sua imaginação. Por isso a educação pública representava para a Revolução, acima de tudo, “formar as almas. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior tinha exatamente este nome *Bureau de l’Esprit*”. (CARVALHO, 1990, p. 11)

Em uma carta⁷ escrita por Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, encontrei palavras reveladoras do espírito daquela época:

Apesar de todo o ceptismo, apesar de todo o pessimismo e apesar de todo o século XIX, seja ingênuo, seja bobo, mas acredite que sacrifício é lindo. O natural da Mocidade é crer e muitos moços não crêem. Que horror! Veja os moços modernos da Alemanha, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, de toda a parte: eles crêem, Carlos, e talvez sem que o façam conscientemente, se sacrificam. Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grande, é sublime. E nos dá felicidade. Eu me sacrifiquei inteiramente e quando eu penso em mim nas horas de consciência eu mal posso respirar, quase gemo na pleura da minha felicidade. Toda a

⁷ No texto não há referência à data da carta.

minha obra é transitória e caduca, eu sei. E quero que ela seja transitória. Com a inteligência não pequena que Deus me deu e com os meus estudos, tenho a certeza de que eu poderia fazer uma obra mais ou menos duradoura. Mas que me importa a eternidade entre os homens da Terra e a celebridade? [...] Eu não amo o Brasil espiritualmente mais que a França ou a Conchinchina. Mas é no Brasil que me acontece viver e agora só no Brasil eu penso e por ele tudo sacrifiquei. A língua que escrevo, as ilusões que prezo, os modernismos que faço são pro Brasil. E isso nem sei se tem mérito porque me dá felicidade, que é a minha razão de ser da vida. Foi preciso coragem, confesso, porque as vaidades são muitas. Mas a gente tem a propriedade de substituir uma vaidade por outra. Foi o que eu fiz. A minha vaidade hoje é de ser transitório. Estraçalho a minha obra. Escrevo língua imbecil, penso ingênuo, só pra chamar a atenção dos mais fortes do que eu pra este monstro mole e indeciso ainda que é o Brasil. Os gênios nacionais não são de geração espontânea. Eles nascem porque um amontoado de sacrifícios humanos anteriores lhes preparou a altitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação. Que me importa que a minha obra não fique? É uma vaidade idiota pensar em ficar, principalmente quando não se sente dentro do corpo aquela fatalidade inelutável que move a mão dos gênios. Eu vivo. E vocês não vivem porque são uns despaisados e não têm a coragem suficiente pra serem vocês. (ANDRADE, 2003, p. 202-203)

Nessa carta, Mário de Andrade deu visibilidade ao que considerou motivos que desagradaram à geração anterior, seus companheiros mais moços, dentre os quais estava o próprio Drummond. Eles se achavam requintados e não perdoavam a menor falta de gosto – apesar de ainda não o terem formado –, tinham mais propensão para ver o lado ridículo, e não o sublime ou patético das coisas, tampouco tinham a capacidade de sacrifício de Mário, que aconselhava a tudo fazer pela nação!

Revelada por Carvalho (1990 p. 33) a frase de desencanto formulada na segunda década do século XX por Alberto Torres representa o espírito da época: “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos!”

Tornar o Brasil uma nação de cidadãos republicanos, esse era o programa republicano. Assim, o esforço da intelectualidade brasileira na Primeira República era buscar uma identidade coletiva para o Brasil, base para a construção da ideia de nação.

“A República educa e instrui!” – essas foram palavras do médico e pedagogo Manoel Bonfim, em discurso como paraninfo da Escola Normal do Distrito Federal em 1904, citada por Gomes (2002, p. 400). Havia um consenso no que se refere à ideia de que era necessário formar uma nação, a nação brasileira, e os bancos escolares, como afirma Gomes (2002) foram considerados fundamentais para que essa meta fosse alcançada. Assim, o ensino

primário e o seu professorado foram posicionados, ao menos no discurso, em lugar central no programa republicano.

*Toda gente acha graça na minha alegria e como eu me divirto,
quando eu vou na festa mais pau. Creio que essa riqueza me vem
de eu compreender a vida e vivê-la em toda variedade dela.
Quando vou na festa sei que a festa é pra gente se divertir
e qualquer coisa me diverte extraordinariamente.
Quando vou na dor... na dor sei que a dor é pra gente sofrer
e sofro pra burro, sofro sofrendo e não
espetacularmente, é lógico. Que sucede?
A minha variedade de viver é tão grande
que não me fatigo dela nunca.*
(ANDRADE apud ANDRADE, 2003, p. 203)

CAPÍTULO 1 – POR UM ESPÍRITO FESTIVO: DECRETOS E PROGRAMAS – AS FESTAS ESCOLARES, OS AUDITÓRIOS E SUAS PRESCRIÇÕES

Neste capítulo, identifico como as festas foram prescritas a partir da legislação, como foram elaborados e organizados os programas festivos e quais as questões e princípios nortearam as propostas para as festas escolares nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares no período em foco. A intenção é ampliar as discussões sobre o objeto de pesquisa, visando estabelecer uma dinâmica que permita um diálogo articulado entre as fontes para alcançar os objetivos traçados.

Na busca pelas fontes, identifiquei que dois dos decretos sobre os dias de festas nacionais faziam parte do conteúdo do livro *Festas Nacionaes*, de Rodrigo Octavio,⁸ tanto na primeira edição como a quinta edição, esta já com adaptações para circular nas escolas

⁸ Primeira edição de 1893 e quinta edição de 1908. Foi possível identificar outras obras sobre festas escolares que circularam em outros Estados do Brasil, o que indica uma preocupação por parte das autoridades e dos intelectuais de que era necessário uma produção didática que pudesse contribuir para a educação das crianças. Apesar de ter acesso a esses livros, apenas alguns deles são citados nos documentos da Secretaria do Interior e mostram a circulação deles pelas instituições públicas primárias. Seguem os títulos dos livros, cuja referência completa está ao final deste trabalho: *Hinos e cantos escolares*, de João Baptista Julião; *Festas escolares: selecta de poesias*, de Jose Scaramelli; *As comemorações cívicas: as festas escolares*, de Carlos A. Gomes Cardim; *A bandeira do Brazil: paginas civicas, poesias e suggestões para a comemoração da Bandeira*, Casa Garroux; *Datas festivas do nosso Brasil: para os auditórios escolares*, de Lígia de Freitas Bianchini; *Culto à pátria: rudimentos de educação cívica*, de J. Belém; *Hinos oficiais e canções patrióticas do Brasil*, de Alvonira Marques e Bento Ernesto; *O livrinho das aves*, de Rodolfo Von Ihering. Além desses, outros também estavam nas listas de inventários, tais como: *A educação nacional*, de José Veríssimo; *A patria brasileira: educação moral e cívica* (Para os alumnos das Escolas Primarias); e *Contos pátrios*, ambos de Olavo Bilac e Coelho Netto. Os prefácios de alguns desses livros revelaram tensões políticas que podem ser problematizadas em outra pesquisa, pois fugiriam aos objetivos traçados.

públicas. O referido livro foi um dos identificados em inventários de escolas na documentação consultada no acervo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro.

Os decretos e os programas das festas escolares e dos auditórios são apresentados e analisados a seguir com a intenção de indagar sobre os sentidos atribuídos às festas escolares por parte daqueles que as propunham e as normatizavam. As fontes tratam de prescrições, sendo possível problematizar com elas as intenções prescritas e o que se esperava daquelas festas e de suas realizações.

A legislação sobre as festas escolares

Faria Filho (1998, p. 102), em estudo sobre a legislação como fonte para a história da educação, destacou a lei como ordenamento jurídico, como linguagem que expressa a tradição e os costumes de uma época: “A lei somente é lei porque encontra sua expressão numa determinada linguagem legal. Nesta perspectiva, a lei enquanto linguagem é constituinte desta linguagem e, por outro lado, e ao mesmo tempo, é constituída por ela”. E, também, a lei como prática social, para a qual o autor identificou dois momentos distintos: o da produção da lei e o de sua realização. Nesse momento, a intenção é refletir sobre a produção de decretos que se referem às festas escolares no período em questão.

Os decretos e as leis apresentados foram analisados a partir da sua produção e no capítulo seguinte analisados do ponto de vista da sua realização, da lei em “ação”, ou não, com base em outras fontes, como os relatórios, por exemplo, dentre outros documentos:

- o Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, que estabelece os dias de festa nacional;
- o Decreto n. 3 de 28 de fevereiro de 1891, que declara dia de festa nacional o 24 de fevereiro, comemorativo da Constituição da República;
- o Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, que institui a Festa da Bandeira;
- o Decreto n. 1947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou o programa do ensino primário mineiro e que foi assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior de Minas Geraes, João Pinheiro da Silva e por Manoel Thomas de Carvalho Britto;

– o Decreto n. 3.191, de 9 de junho de 1911, que “aprova o regulamento geral da instrução do Estado de Minas Gerais”;

– Decreto n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, que aprovou o Regulamento do Ensino Primário;

– a Lei n. 1.036, de 25 de setembro de 1928, que aprovou os regulamentos do ensino normal e primário, expedidos respectivamente com os Decretos n. 8.162, de 20 de janeiro de 1928, e n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, “auctorizando o governo a revel-os, quando considerar oportuno, no sentido de adoptar as modificações aconselhadas pela experiência” [...].

Rodrigo Octavio dedicou o livro *Festas Nacionaes*, 1ª edição de 1893, “á mocidade brasileira para que aprenda a significação dos dias que a Republica manda guardar.”⁹

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que instituiu o Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, era composto por Manoel Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, Quintino Bocayuva, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Eduardo Wandenkolk, Aristides da Silveira Lobo, M. Ferraz de Campos Salles, Demetrio Nunes Ribeiro.

Esse governo considerava o sentimento de fraternidade universal fundamental para o regime republicano brasileiro. Para que pudesse promover e estimular os laços de solidariedade entre os povos nas diversas gerações humanas, cada pátria deveria instituir suas “festas nacionais”, o que era uma estratégia fundamental na ação republicana. Com base em uma vivência coletiva, havia a intenção de legitimar o novo regime que seria capaz de dominar os corações e a mente dos cidadãos mediante a implementação de um sistema de festas públicas.

Foi com esse espírito que o Governo Provisório instituiu o Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, publicado em nota do livro *Festas nacionaes*, que considerava dias de festa nacional:

I de Janeiro – consagrado á commemoração da fraternidade universal;
21 de Abril – consagrado á commemoração dos precursores da
Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes;

⁹ O livro *Festas Nacionaes* constou em inventários dos grupos escolares mineiros. Conforme Bomeny, (2005). esse livro, que foi sugerido para adoção dos grupos escolares em 1907, cumpria a função de divulgar os fatos que valorizavam o País e, além disso, ressaltar as datas comemorativas.

3 de Maio – consagrado á commemoração da descoberta do Brasil;
 13 de Maio – consagrado á commemoração da fraternidade dos Brasileiros;
 14 de Julho – consagrado á commemoração da Republica da Liberdade e da Independência dos povos americanos;
 7 de Setembro – consagrado á commemoração da Independência do Brasil;
 12 de Outubro – consagrado á commemoração da descoberta da America;
 2 de Novembro – consagrado á commemoração dos mortos.
 15 de Novembro – consagrado á commemoração da Pátria Brasileira.
 (OCTAVIO, 1893, p. 265-266)

O Decreto n. 3, de 28 de fevereiro de 1891, foi instituído por Manoel Deodoro da Fonseca e T. Alencar de Araripe, com o seguinte texto:

Faz saber a todos os cidadãos que brasileiros que o Congresso Nacional resolveu declarar de festa nacional o dia 24 de Fevereiro, commemorativo da promulgação da Constituição da Republica.
 Palácio do Governo, 2 de Fevereiro de 1891 – 3º da Republica – Manoel Deodoro da Fonseca – T. de Alencar Araripe. (OCTAVIO, 1893, p. 267)

O regime republicano estabeleceu a sua Constituição, a carta na qual se consignavam as garantias de liberdade individual e coletiva com as devidas competências destinadas a cada ramo do Poder Público que representava a soberania nacional. A Pátria, território habitado por cidadãos de um Estado com uma constituição: Para “o regular e progressivo desenvolvimento das collectividades e, portanto, das nações – collectividades de cidadãos, é mister que exista sobre todas as cousas, o respeito da autoridade constituída, base da ordem.” (OCTAVIO, 1893, p. 212)

A Bandeira Nacional, símbolo dos “Estados Unidos do Brazil”, foi instituída no dia 19 de novembro de 1889, com o Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 (CASA GARROUX, 1911, p. 5). Desde então, também foi instituída a Festa da Bandeira.

Mais tarde, em Minas Gerais, o Decreto n. 1947, de 30 de setembro de 1906, aprovou o programa do ensino primário mineiro. Ele foi assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva e por Manoel Thomas de Carvalho Britto.

Algumas instruções para os dias de festa ou que a eles se relacionavam serão tratadas a seguir em cada uma das disciplinas do Programa do Ensino Primário de Minas Gerais e especialmente das disciplinas de História do Brasil, de *Instrucção Moral e Cívica e de Exercícios Physicos*.

Nas *Instrucções para o Programma* para o Ensino Primário encontramos para o ensino de História do Brasil, para as turmas do Primeiro Anno, trabalho com as “Festas Nacionaes que se commemoram no povoado” e a “Descripção da bandeira nacional e das armas da Republica” e “Narração anecdotica sobre o descobrimento do Brasil e sobre Pedro Alvares Cabral” e “Recitar estrophes do hymno da Independencia.”

Para a *Instrução Moral e Civica*, no primeiro semestre havia a previsão de uma conversa em estilo familiar com assuntos e historietas que inspirassem aos alunos o “amor da Patria, amor aos paes, a caridade, a verdade e a obediencia, procurando sempre despertar aversão á mentira e á deslealdade”. Em seguida, deveria ocorrer a narração de fatos históricos ou familiares que permitissem aos alunos a prática de atos de dever, da virtude da amizade, do coleguismo e da gratidão, bem como a noção do respeito e da dedicação aos mestres deveria ser inculcada e a consideração pelos homens de bem e a veneração aos defensores da Pátria, respeito à família e à escola e cumprimento dos deveres pelo menino, na casa, na rua e na escola.

Os *Exercicios physicos* tinham por base as regras militares nos quais estavam incluídas as marchas e suas variações. As brincadeiras em liberdade no pátio estavam permitidas desde que com a assistência e com a intervenção de um instrutor. Em nota, havia uma prescrição para as alunas de que elas poderiam brincar no pátio, mas à sombra, o que denota que as diferenças entre meninos e meninas eram fundamentais na formação das crianças e deveriam ser cultivadas nas práticas escolares, uma vez que a cada sexo se esperava diferentes papéis sociais, como indicou Sousa (1994).

No programa para o *Segundo Anno*, encontra-se em História do Brasil a narração de fatos e lendas de “cousas e homens do Estado”.

A *Instrução Moral e Civica* previa leitura de “historietas moraes, trechos de actos de civismo tirar motivo para inculcar aos alumnos sentimentos nobres e patrioticos”. Aconselhava-se, também, a assiduidade à escola e a aversão aos jogos de azar como hábitos que deveriam ser cultivados, uma vez que eram prejudiciais à saúde. Havia a valorização da obediência às leis e aos seus representantes; o ensino do respeito aos animais, às plantas eram condenados, assim como os hábitos de fumar, de beber e de furtar.

Nas instruções para o *Terceiro Anno* de História do Brasil destacam-se os pontos sobre Tiradentes, sua execução; a Independencia.

O tema aparece em *Instrução Moral e Cívica* relacionado aos itens: “O regimen Republicano na America – Constituição republicana – Habitantes nacionaes, estrangeiros e naturalizados – Liberdade de pensamento – Culto dos antepassados e commemoração das datas celebres”. Posteriormente, os alunos deveriam memorizar o artigo 72 e parágrafos da Constituição Federal. A “Protecção á família”, o “Auxilio aos paes”, a “Igualdade e fraternidade”, a “Tolerancia religiosa” e a “Necessidade de ter o homem uma religião”.

Esse parece ser um momento fundamental do programa, no qual havia um grande investimento e no qual praticamente todos os tópicos tratados em uma mesma cadeira enfocavam um objetivo comum e cumpriam com a formação de valores para o cidadão republicano.

Dentre os itens da *Historia do Brasil* para o *Quarto Anno* estavam previstos os pontos referentes: ao *Imperio, a Pedro II, à escravidão, à abolição, à Propaganda Republicana, ao 15 de novembro, às Revoluções*; no segundo semestre, à *Propaganda Republicana em Minas*.

Para a *Instrução Moral e Cívica* havia previsão de itens sobre o cidadão e sobre os direitos do eleitor; para a defesa da Pátria, sobre as leis e de quem as faz, sobre as formas de governo e um item específico para os “Dias de festa nacional e estadual”. E preceituava-se sobre a integridade da Pátria, os poderes da República.

Nota-se uma preocupação com a relação à forma como se dá o ensino para as crianças nos programas de *História do Brasil* e de *Instrução Moral e Cívica*.

Inicialmente, de forma anedotária, depois como narração e descrição simples, e conversa com os alunos como consta no programa de *História do Brasil* para o primeiro ano primário, em um sistema de ensino que obedecia a uma progressão do mais simples para o mais complexo, com uma exigência de que as ideias fossem claramente expressas e que inspirassem o sentimento da pátria, assim deveriam apara apresentar aos alunos apenas os fatos que inspirassem o sentimento de pátria.

Destinada a dirigir a conduta do menino, a disciplina *Instrução Moral e Cívica* deveria inspirar-lhe os bons hábitos e devendo ser deveria ser ministradas sempre fosse possível deduzir exemplos de moral e de dever cívico por meio mais de exemplos do que de palavras. Acreditava-se que uma discussão dirigida pelos professores aos alunos já seria possível e suficiente, e poderia produzir bons caminhos. Havia um foco na educação pelo exemplo como processo primordial e eficiente na educação infantil bem como o uso de

recitativos de textos literários para serem decorados, o que facilitaria a incorporação do que era considerado pelo programa como “boas noções” que seriam retidas, memorizadas pelas crianças.

As “Festas Nacionais” foram prescritas para os alunos do primeiro ano no programa de História do Brasil; para o terceiro e quarto anos, havia no programa de Instrução Moral e Cívica o “culto dos antepassados e a comemoração das datas célebres” e os “dias de festa nacional e estadual”, respectivamente para cada ano.

Apesar de não constar o item “Festas Nacionais” para os alunos do segundo ano, encontramos o item de “veneração pelos defensores da Pátria” que compõe um conjunto de prescrições afins cuja nítida intenção era formar o cidadão republicano. Somente para os estudantes do terceiro ano está autorizada a utilização de um compêndio. As festas locais, estaduais ou nacionais, bem como as comemorações relativas ao culto aos antepassados, a defesa da pátria e a desenvolvimento de sentimentos nobres e patrióticos, compõem os programas.

Dentre outras práticas prescritas, estão as narrações de fatos históricos com valores educacionais de amizade, gratidão, caridade, retidão, respeito, disciplina, obediência, civismo, amor à família, aos pais e à Pátria.

Quanto aos *Exercícios físicos*, estes não deveriam ser descuidados, pois faziam parte da educação cuja intenção era formar os cidadãos republicanos. E, para tanto, a educação do corpo infantil se fazia necessária e somente poderia ser oferecida pela escola. Essa disciplina deveria cumprir um papel fundamental porque contribuía para o disciplinamento do corpo do futuro cidadão. À escola cumpria formar aquele corpo forte que possa representar a nação, ensinamento que deveria ser aprendido desde a mais tenra idade.

Tarcísio Mauro Vago (2006), em um estudo sobre a educação dos corpos na infância na Reforma de 1906, afirmou que aquele modelo, baseado na tríade spenceriana da educação intelectual, moral e física, pretendia formar o cidadão republicano. As crianças teriam de sair da indigência para serem colocadas nos rumos da prosperidade, do progresso e da civilização pela via da educação que deveria ser realizada nos grupos escolares.

Anos mais tarde, o Decreto n. 3.191, de 9 de junho de 1911, aprovou o regulamento geral da instrução do Estado de Minas Gerais, o que permite detectar sua importância no cotidiano escolar.

No Título II do Decreto n. 3.191, encontra-se um item sobre os inspetores regionais, funcionários da confiança do governo que exerciam suas funções nas circunscrições para as quais eram designados, de inspeção e de fiscalização do ensino. Executavam serviços relativos à instrução pública e, quando necessário, até mesmo assumiam direção dos grupos escolares.

No que se refere à realização de festas escolares, cabia-lhes, ainda:

Inaugurar, sempre que lhes for possível, as escolas de criação nova ou restauradas, commemorando o acontecimento por meio de actos em que tomem parte os professores, paes de familia e auctoridades locais, salientando o alcance do facto. (Decreto n. 3.191, Cap. III, art. 41, § 13)

Conforme o Decreto n. 3.191, art. 45, capítulo IV, cabia aos inspetores municipais, agentes de confiança do governo nomeados pelo Presidente do Estado, permanecendo “enquanto bem servirem”. De acordo com o art. 50, § 16, do mesmo decreto, os professores deveriam promover “as festas escolares nas grandes datas nacionaes e para solemnizar os exames do fim do anno.”

No mesmo decreto pode-se encontrar, no item que se refere ao pessoal docente das escolas primárias sobre deveres e proibições, o que é dever: “Abrir diariamente as aulas com uma saudação feita pelos alunos à Bandeira do Brasil, a qual será conservada na sala da escola, em lugar distincto, como objecto de veneração e amor” (art. 132, inciso II); [...], “celebrar, com toda a pompa e solemnidade, no dia 19 de novembro, a festa da Bandeira” (art. 132, inciso XIX); [...] E, no art. 138 do referido decreto aos professores cumpre, ainda, ser para o alunado um “exemplo vivo de altivez, independencia, coragem, amor ao trabalho, prudencia, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça”.

Para as escolas públicas mineiras, havia, então, a previsão de que em cada sala de aula deveria ser colocada uma bandeira em local privilegiado, pois esta era um objeto a ser venerado e saudado pelos alunos, permitindo, assim, a visibilidade de todos. A prática diária do hasteamento da Bandeira do Brasil demonstra, também, a importância que esse símbolo ocupava na educação das crianças, assim como a participação de todos nas cerimônias previstas, ainda que estas fossem mais ou menos solenes para a instituição naquele momento.

Chama atenção, também, no Título IV, art. 155, “Dos empregados do ensino”, do mesmo regulamento, que “aos porteiros e serventes dos grupos e escolas agrupadas incumbe

em commum [...] hastear no edifício a bandeira nacional”. Tal tarefa, destinada aos porteiros e serventes, demonstra a nítida preocupação do regulamento em envolver todas as pessoas, independentemente dos cargos que ocupavam nas instituições públicas. Buscava-se, ainda, o maior número de adesão possível, uma vez que se tratava de implementar os ideais de um novo regime, e essa era uma das estratégias. Depreende-se desse fato, portanto, que a intenção era que a formação cívica fizesse parte da vida de todos aqueles que participavam do cotidiano escolar, independentemente dos cargos ou das funções que ocupassem.

Nesse mesmo decreto, destaco o capítulo V, “Dos trabalhos escolares”, que prevê no art. 299: “Á hora regimental, conduzidos os alumnos em forma para a varanda ou pateo do estabelecimento, assistirão, separados por classes e tendo à frente os respectivos professores, ao hasteamento da bandeira nacional”.

Um tempo, “a hora regimental”, um lugar “varanda ou pateo”, o espaço aberto dentro da escola e separado por classe para o controle do professor... Assim, cada qual ocuparia o seu lugar para o hasteamento da bandeira nacional. Devia haver ordem e controle de todos os corpos diante da bandeira nacional, porque o tempo e o espaço constituíram dispositivos importantes da rotina escolar na formação das crianças.

No capítulo VI, art. 323, sobre o período escolar e das férias, o trabalho nas escolas cessa absolutamente:

1. nos domingos;
2. no dia 24 de fevereiro;
3. no dia 21 de abril;
4. no dia 3 de maio;
5. no dia 13 de maio;
6. no dia 15 de junho;
7. no dia 14 de julho;
8. no dia 7 de setembro;
9. no dia 12 de outubro;
10. no dia 2 de novembro;
11. no dia 15 de novembro;
12. nos tres dias de Carnaval;
13. nos ultimos 4 dias da Semana Santa.

Se no decreto de 1906 havia preocupação em demarcar para as escolas os dias de festas nacionais, no Decreto n. 3.191 de 1911, iniciou-se outro movimento e outras preocupações que incluíram os domingos, os três dias de carnaval e os quatro últimos dias da Semana Santa.

Além disso, a demarcação da Festa da Bandeira, que passou a ser celebrada solenemente no dia 19 de novembro – apenas quatro dias após o 15 de novembro, destinado à proclamação da República. Então, para celebrar a bandeira, nota-se que não há recomendação de interromper as atividades escolares.

Portanto, se “a República mand[ou] guardar os dias de festas nacionais”, como indicava o Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, determinadas datas já citadas e no Decreto n. 3.191 de 1911 estava previsto que o trabalho deveria cessar naquelas datas, quando as escolas deveriam lembrar daquelas datas? Ou seja, sem que houvesse um trabalho de retornar à memória das crianças sobre os sentidos de cada data a ser comemorada, que memória seria produzida sobre cada data ou sobre cada festa?

Percebe-se uma mudança no sentido atribuído à celebração, pois algumas datas passaram a ser vistas como dias para descanso. Para “férias”, como previa o decreto, houve a inclusão de outras datas no calendário, e a Festa da Bandeira foi ainda mais diferenciada em relação às demais festas.

Ainda nesse decreto, há o Título IX, “Das caixas escolares”:

Art. 354. As caixas escolares são instituições creadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequencia nas escolas.

Paragrapho unico. Sua organização é obrigatória nos grupos.

Art. 355. O patrimonio das caixas constituir-se-á:
com o producto das subscrições, kermesses, theatros, festas, etc.

Pode-se observar, no caso das caixas escolares, que além da exigência no que se refere à existência delas com a função de impulsionar a frequência nas escolas, há um entrelaçamento na realização das festas e arrecadação de fundos para as caixas escolares previsto no decreto.

Como anotado, a Reforma de Ensino promovida por João Pinheiro em 1906 apontava os grupos escolares como novo molde para a organização das escolas, e em seu programa havia prescrição de festas escolares.

Outra importante reforma do ensino foi promovida em Minas Gerais, em 1927, no governo de Antônio Carlos, tendo Francisco Campos como secretário do Interior. Nessa reforma, o *Auditorium* foi uma prática que foi proposta como um contraponto à festa escolar e será abordada, por isso, em tópico específico.

O Auditorium e a festa: entre a diversão e a instrução

A fonte utilizada como suporte para circulação da legislação mineira que foi utilizada neste tópico sobre o Auditório escolar foi a *Revista do Ensino de Minas Gerais*.¹⁰ Esse impresso pedagógico teve grande circulação nas escolas e ampla utilização entre professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino de Minas Gerais. Nele há diversas referências à legislação mineira.

A *Revista do Ensino*, criada em 1892 pelo presidente Afonso Pena, foi rapidamente desativada. Em 1925, no governo de Fernando de Mello Viana, ela foi reativada e permaneceu em circulação até 1940, quando, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, foi novamente interrompida. Circulou, posteriormente, de 1946 a 1971, no governo de Rondon Pacheco.

Dentre as leis citadas na referida revista, encontra-se a Lei n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, “auctorizando o governo a revel-os, quando considerar opportuno, no sentido de adoptar as modificações aconselhadas pela experiencia”.

No inciso VI, referente às instituições escolares e às instituições complementares da escola, havia o Capítulo II, “Do Auditorium”, com os arts. 203 e 204, que definiam os ritmos daquela prática, quem podia participar e quando, assim como o seu conteúdo programático. O Auditorium deveria ser organizado a cada 15 dias. Quanto à forma, ele deveria ser realizado por meio de canto corais, audições musicais; quanto ao conteúdo, deveria constar de exposições de interesse da escola, de palestras com assuntos relacionados à higiene, à indústria, à produção agrícola e ao comércio local; professores e alunos participam sempre e, as famílias, apenas participariam quando fossem convidadas; a organização das festas estava vinculada à inspetoria de Educação Física.

As festas escolares previstas no art. 295, inciso IX, do Capítulo II, “Das festas e comemorações”, traz o seguinte texto sobre o funcionamento escolar, cuja finalidade era “interessar o povo na educação da infancia e despertar o estímulo e a emulação entre os alumnos” devendo ser promovidas com a maior solenidade pelas autoridades escolares, diretores de grupos e professores. E no art. 296 afirmava-se: “As grandes datas nacionaes e

¹⁰ Sobre a *Revista do Ensino de Minas Gerais*, cf. Biccias (2008).

estaduaes serão commemoradas em todos os estabelecimentos publicos com um programma especial”.

Pode-se observar que algumas datas foram preservadas e outras foram incluídas tendo como referência o que estabelecia o Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906. No Decreto n. 3.191 de 1911, a solicitação do modo solene está se referindo apenas à Festa da Bandeira.

Em relação à Lei n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, previa-se no art. 295 que as festas escolares deviam ser promovidas com a maior solenidade pelas autoridades, e não apenas a da Bandeira como estabelecia o decreto anterior.

No art. 297, previa-se a realização anual da Festa da Bandeira no dia 19 de novembro; no dia 21 de setembro, a Festa da Árvore; na primeira quarta-feira de maio, o Dia das Mães; e, no primeiro domingo ou feriado após os exames, a entrega de diplomas do curso. O parágrafo único instruiu para o programa da Festa da Árvore: “Deverá fazer parte o plantio de arvores que ficarão sob a guarda e os cuidados dos proprios alumnos, devendo o dia lectivo ser consagrado a assumptos relativos ao mundo vegetal e á vida agricola”.

Observa-se, a partir deste artigo, a inclusão de novas datas, como o dia 21 de setembro, consagrado a assuntos concernentes ao mundo vegetal e à vida agrícola, bem como à Festa da Árvore. A determinação do plantio de árvores como parte do programa da Festa da Árvore é um diferencial em relação às outras prescrições encontradas, uma vez que nesta há uma norma prescrita específica para um programa de festa.

O Dia das Mães deveria ser comemorado na primeira quarta-feira do mês de maio e a entrega dos diplomas deveria ser no primeiro domingo ou feriado após os exames.

Nos arts. 298, 299, 300 e 301 do Decreto n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, as prescrições eram para os diretores dos grupos escolares e das escolas reunidas nos edifícios escolares aos quais, além da presença obrigatória, solicitava-se uma alocução referente à data correspondente.

O art. 298 estabelecia que, nos lugares onde houvesse mais de uma escola singular, as festas e comemorações deveriam ser realizadas em conjunto em lugar previamente escolhido por uma autoridade escolar, com a presença dos professores, alumnos, autoridades e pessoas gradadas.

Nas comemorações das datas nacionais, nas festas da Bandeira e da Árvore e também no Dia das Mães, os diretores de grupos e as escolas reunidas eram obrigados a

comparecer no edifício escolar, conforme o art. 299, e lá reunidos em seus salões ou ao ar livre, o diretor ou um dos professores que ele designasse deveria fazer uma alocução comemorativa do ato, que fosse equivalente a uma aula cívica; pelo professor da cadeira ou alguma das pessoas gradadas da localidade, nas escolas singulares e, em seguida, serão entoados hinos e cânticos patrióticos.

No art. 300, determinava-se a assinatura de ponto pelos professores nos dias de comemorações e festas escolares, a não ser que comprovassem impedimento legítimo. No parágrafo único, determinava-se a chamada obrigatória dos alunos nos dias de comemorações e festas.

Por ocasião das referidas festas escolares, deveria haver, sempre que possível, conforme indicava o art. 301 do Decreto n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, leilões e quermesses em benefício das caixas escolares e outras diversões lícitas, bem como distribuição de prêmios aos alunos.

Apenas poderiam ser realizadas as diversões lícitas em prol das caixas escolares. Por contraposição, percebe-se, então, que havia interesse em outros tipos de práticas que não eram permitidas na escola.

As alocuções deveriam ser realizadas ao ar livre sobre uma temática que correspondesse à data e que fosse uma aula de civismo. Os presentes deveriam entoar hinos e cânticos após ouvir os discursos feitos por pessoas gradadas. Nos dias festivos, havia, como prescrito no decreto, rigoroso controle do ponto diário para professores e a chamada para os alunos.

A *Revista do Ensino de Minas Gerais* (p. 28-32, jan. 1929) trouxe uma discussão que se tornou central sobre a discussão das festas e dos seus sentidos. Ao explicitar por meio da negação, ou seja, o que um Auditório não é, tornou claro sua compreensão do que é uma festa escolar e de qual é a sua função como prática escolar. Por meio dessa discussão, foi possível identificar o que era considerado uma festa escolar ou o que se esperava ou não de uma festa escolar. A polêmica revelou, provavelmente, tensões do cotidiano escolar entre os órgãos legisladores, inspetores, aqueles responsáveis por verificar o cumprimento das leis e a instituição escolar e seus membros, diretores, professores, etc.

O texto encontrado na *Revista do Ensino de Minas Gerais* (p. 28-32, jan. 1929), intitulado “*Auditorium* – Em que consiste – Como se deve organizá-lo – Um modelo”, registra que essa prática foi instituída pelo Regulamento do Ensino Primário e foi definida

como uma “reunião do corpo uma reunião do corpo docente e discente dos grupos, com a participação das famílias dos alunos, quando convidadas”, com a prescrição de ser realizado quinzenalmente, de ter duas horas de duração e a presença obrigatória do diretor, dos professores e dos alunos. Entre a escola e a família, aconselhava-se que elas fossem convidadas sempre para que pudessem acompanhar de perto e com carinho a vida escolar e, que pudessem estabelecer “entre a escola e a vida social o maior intercambio, afim de não ficar a escola um organismo á parte, de todo ponto segregado do meio social”.

A escola buscava estabelecer uma relação próxima com a família, com vista a permitir o acompanhamento da vida escolar da criança, ficando a escola, assim, apartada da sociedade.

Há na *Revista do Ensino* (p. 28, jan. 1929) um texto que mostra que a intenção da instituição escolar era considerar a prática do Auditório como algo rotineiro na escola que não lhe impusesse nova dinâmica, e não uma grandiosidade, pois, se assim o fosse, levaria a outros sentidos, como os das casas de diversões:

SIMPLICIDADE

O facto de se convidarem os paes de familia para que compareçam ao Auditorium, não obriga os Directores a organizarem uma festa estrondosa e complicada. Se se tomasse o Auditorium como um verdadeiro festival, os grupos escolares seriam mais casas de diversões do que casas de ensino. Claro: a organização quinzenal de festivaes apresentaveis, com uma serie de novos numeros, novos recitativos, novos cantos, novas danças, novas peças, afinal, tomaria todo o tempo do Director, das professoras e dos alumnos, com grave prejuizo para o ensino.

O enfoque é o da instrução, e não o da diversão. Todavia, quando se analisa um discurso que busca demarcar determinado sentido, pode-se compreender como contraponto que as práticas que provavelmente ocorriam nas escolas mais se assemelhavam às diversões, pois de outra maneira esse esclarecimento não seria necessário.

Dois autores contribuem para este que é um ponto importante sobre o entrelaçamento entre o jogo e a festa: Jean Duvignaud e Johan Huizinga. Ambos se dedicaram ao estudo do jogo como importante aspecto para a constituição do ser humano nas suas relações sociais, mas que não são objetos deste trabalho.

Duvignaud (1990, p. 11) distingue diferentes categorias de festas, algumas das quais “são atos coletivos pelos quais uma sociedade responde às imposições insuperáveis da

natureza – o sexo, a morte – e tenta livrar o ser humano do medo individual”, consagradas a acontecimentos da existência – nascimento, iniciação, casamento, enterro.

Outras festas, chamadas de reconstituente, têm a função de devolver à memória algo do passado. Já as festas rituais reproduzem uma liturgia, com “uma dimensão dramática e uma grandeza estética”. (DUVINAUGD, 1990, p. 12) Finalmente, entre as festas urbanas com papel conciliador, apontadas pelo autor, estão as procissões, as cerimônias imperiais, alguns carnavais e, também, as comemorações de aniversários de regimes que as nações organizam. Essas são mais solenes e objetivam recordar, por meio da representação, algum acordo, pacto ou contrato firmado pelo Estado.

Huizinga (2004) apresenta o jogo como função social, como objeto de seu estudo, e, portanto, constituindo uma base da civilização. O jogo, para Huizinga (2004, p. 17), tem como características formais:

uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes.

Ele destaca, ainda, dois pontos importantes sobre a função do jogo: ou luta-se por algo, ou representa-se algo. Nesse ponto, o autor exemplifica que uma criança, ao representar, é “transportada” àquela situação que imaginou, sendo aquela representação a própria realização de uma aparência, ou seja, a imaginação. Ela é o príncipe, o tigre ou a bruxa malvada, por exemplo.

Já nas celebrações rituais, há uma consciência do ato que está sendo concretizado, sendo que este não é apenas uma representação simbólica, a realização de uma aparência, mas, sim, uma realização mística e, portanto, tem efeito duradouro. Nessas celebrações, alguns dos elementos do jogo estão presentes – por exemplo, o espaço circunscrito e o espírito de liberdade –, todavia a influência benéfica possibilita a manutenção de uma ordem, de uma prosperidade para o grupo até o próximo encontro.

Huizinga considera que existem estreitas relações entre o jogo e a festa, sendo que em ambos ocorre como que uma eliminação da vida cotidiana. Tanto no jogo quanto na festa,

há predomínio da alegria, embora existam festas sérias, e em ambos há uma delimitação de espaço e de tempo, bem como a combinação de regras estritas feitas com liberdade. Em síntese, a festa e o jogo têm em comum suas características principais. “O modo mais íntimo de união de ambos parece poder encontrar-se na dança”. (HUIZINGA, 2004, p. 25-26)

Duvignaud (1997) considera importante os apontamentos de Huizinga sobre o jogo, destacando alguns pontos, tais como: o jogo como origem da cultura, considerando a atividade lúdica na sua plenitude, ou seja, na sua efusão. Outro destaque apontado por Duvignaud em relação ao pensamento de Huizinga refere-se à possibilidade de se desvincular de uma análise do jogo como parte apenas da infância; o autor amplia para o conjunto das manifestações humanas, que por meio das máscaras e dos mitos estabelece uma relação profunda com a estética, com a fantasia. Dessa forma, permite uma ruptura com o aspecto social no qual cada ser humano está inserido e ao qual está ligado. Entretanto, para Duvignaud (1997), Huizinga limita o alcance de sua análise ao afirmar que todo o jogo tem regras. Para o primeiro, a discussão deve ser ainda mais vasta e complexa, pois o lúdico invade a existência humana, no sonho, na fantasia, na convivência, na festa e nas infinitas especulações do imaginário.

O autor destaca que a dimensão organizativa e planejada aumenta o prestígio que se concede às atividades lúdicas, havendo, portanto, uma lógica utilitária que tenta encobrir a efervescência lúdica. Para ele, isso reforça a fragilidade humana diante de uma racionalidade, presente no pensamento institucional. Duvignaud (1997, p. 15) ponderou:

Para apreciar el juego, el juego sin regla, para comprender sus formas y sus figuras, sin duda es conveniente poner entre paréntesis por uno mismo la seguridad vinculada a la búsqueda de relaciones fijas o de configuraciones estables: es necesario haber preferido por sí lo efímero y lo perecedero.

As reflexões apresentadas contribuem para uma compreensão de jogo e de festa no que trazem da efervescência lúdica comum a ambos. Numa passagem encontrada na *Revista do Ensino* (jul. 1929, p. 83), destinada aos *Assistentes Técnicos do Ensino* sobre o *Auditorium*, afirma-se que um de seus fins era não somente ligar a escola e a sociedade, mas principalmente desenvolver nos alunos a iniciativa, a coragem para ter e emitir opiniões, para desenvolver a organização, para ter uma educação estética. Além disso, dever-se-ia conhecer o Regulamento e da vida escolar e formar o espírito da escola. A dimensão institucional

demarca, nessa passagem, uma racionalidade que se distancia da visão de jogo concebida por Duvignaud.

Em outra passagem o *Auditorium* é concebido como “um bom emprego para as horas de lazer, porque preocupava os alumnos com interesses elevados e superiores, ao invés de os deixar na rua, a fazer depredações”. (REVISTA DO ENSINO, p. 83, jul. 1929). Nessa passagem, estabelece-se uma relação entre a prática do Auditório vista como lazer. Este, porém com a finalidade elevada, pois troca o espaço da rua pelo espaço escolar, dando uma visão negativa em detrimento de uma visão positiva.

O Auditório ficava posicionado entre o jogo e a festa. Pelo regulamento, sua prática deveria instruir, podia ser alegre, mas não podia divertir como nas casas de diversões!

O *Auditorium* não é uma festa. É um dos meios de que a escola dispõe para educar as crianças. Deve ser dentro do horário escolar. É uma função meramente escolar e tudo o que nela se fizer tem por fim desenvolver certas qualidades das crianças, como iniciativa, lealdade, responsabilidade, etc. [...]. (REVISTA DO ENSINO, p. 83, jul. 1929)

Pensar na ludicidade e nos entrelaçamentos entre o jogo e a festa é refletir de outra forma, influenciada não somente pelas leituras de Huizinga e Duvignaud, mas também sobre as apropriações que os diferentes sujeitos têm sobre determinada experiência.

A forma discursiva que se repetia por meio da negação reforçava uma noção do que se queria de uma festa escolar e, por contraposição, estabelecia e normatizava o funcionamento do Auditório, que era uma nova prática na rotina escolar. Os participantes, por sua vez, conheciam uma prática, as festas escolares, que referenciam suas ações.

Dessa forma, havia uma tensão permanente entre aquela nova prática, o Auditório, e as práticas antigas, as festas escolares como aconteciam até aquele momento. Assim, havia uma reapropriação dos sujeitos em relação ao que se esperava das festas ou do seu caráter festivo e ao que elas representavam para aqueles aos quais as festas eram destinadas:

Ora, o *Auditorium* não é um festival, é uma reunião escolar. E, como reunião escolar, não tem por fim divertir os que comparecerem, mas instruir, espalhar conhecimentos, procurar levantar o nível intelectual do meio em que agir. (REVISTA DO ENSINO, p. 28, jan. 1929)

Na revista, avisava-se: “Tal como se tem feito entre nós, não é auditorium: é um festival, que fadiga immensamente o Director e os professores e não alcança os fins que tem em vista”. (REVISTA DO ENSINO, p. 83, jul. 1929). Ou seja, o que ocorria nas escolas eram as festas, os festivais, mas o novo modelo exigido pelo regulamento eram os auditórios escolares. Então, o *Auditorium* era o fim da festa escolar?

Retomando, as exigências do regulamento revelam pontos fundamentais quanto aos sentidos norteadores da prática dos auditórios. O art. 204 especifica e exemplifica o que deve constar nessa prática, que foi dividida em três pontos:

- I – os cantos coraes;*
- II – as audições musicas e a*
- III – exposição.*

O texto foi elaborado com questões provocativas do tipo “Trará complicação e dificuldade a aprendizagem e o ensaio de *cantos coraes*?” Sobre as audições, o questionamento foi com relação à possibilidade do encontro de professores, alunos e amigos para tocarem juntos em uma reunião, que era o próprio Auditório. E, sobre a exposição de um tema de interesse da escola, deveria ser feita por um professor ou aluno em linguagem clara, singela e familiar, para que todos o compreendessem. Não deveria ser palestra nem conferência, mas, sim, uma exposição feita em linguagem clara e compreensível: “O que quer o Regulamento é que se disserte sobre assumpto que interesse á escola, ao programma de estudos ou qualquer obra escolar ou social que desperte a atenção dos alumnos”.

Os incisos IV, V e VI estavam relacionados, respectivamente, às palestras pelo médico ou dentista escolar, conferências e obras públicas. O primeiro trataria de temas relativos à higiene, e a erudição deveria ser evitada, assim como os termos técnicos e as minúcias, que somente interessariam aos professores. Não eram práticas para os auditórios, uma vez que nestes não deveria haver lugar para a solenidade: “No Auditorium, repetimos, não ha lugar para a solemnidade: é uma festa de natureza simples e o mais possivel familiar. Não cabem nelle discursos que não sejam entendidos pelos alumnos”. (REVISTA DO ENSINO, p. 83, jul. 1929).

As conferências deveriam ser acompanhadas de demonstrações práticas sempre que fosse possível (inciso V), não poderiam ser eruditas e profundas e deveriam versar sobre

temas relativos à indústria, à produção agrícola e ao comércio locais de conhecimentos dos alunos e que pudessem ser averiguados.

O inciso VI trata das obras públicas, cujas palestras deveriam abordar assuntos das exposições das obras públicas locais feitas pelas pessoas da administração daquela cidade. Essas palestras eram consideradas de grande utilidade pelo regulamento porque os alunos poderiam adquirir conhecimentos sobre a vida pública, sobre a história da cidade, sobre o trabalho dos concidadãos, etc.

Dando continuidade ao tema sobre os auditórios escolares, a *Revista do Ensino* trazia no item chamado "Outros números" exemplos que poderiam ser explorados pelos professores, dentre os quais estavam os recitativos, as lições, os bailados, a ginástica, a marcha, os jogos educativos, os brinquedos comuns, sempre velhos e sempre novos que eles consideram encantadores tanto para as crianças quanto para os pais. Tudo o que as crianças aprendiam em duas semanas podia ser considerado importante para o Auditório, pois esse era o ritmo estabelecido: quinzenalmente, uma poesia, uma pequena história, um desenho, etc. E, por fim, afirmava-se que o Auditório não é um festival, é uma reunião escolar e nele deveria ocorrer uma exposição do que se faz no grupo ou na escola e uma exposição dos métodos adotados. Portanto, se neles houvesse solenidade, haveria o afastamento dos pais e das crianças pobres, o que, conforme indica o texto, traria prejuízo para o ensino.

Sobre o ato de decorar, havia uma prescrição específica sobre o assunto. Assim, o regulamento prescrevia as poesias simples, curtas e fáceis de decorar e de recitar, mas que tivessem uma narração. Todas elas deveriam ser "explicadas miudamente" de tal forma que as crianças pudessem compreender o que decoravam e que soubessem a sua significação, pois "diante de uma pergunta de um circunstante, o aluno p[udesse] mostrar que não [era] papagaio, mas ser humano". E finalizava com a seguinte frase: "Por isso devem ser proscriptas, de uma vez, as lições decoradas, verdadeiros martyrios que impressionam mal um publico inteligente e que podem trazer graves consequencias na vida do alumno".

O regulamento pretendia um ensino que atingisse as crianças por meio de ações simples, que pudessem ser incorporadas por elas. O Auditório deveria ser uma festa simples, sem solenidade, e seus discursos deveriam ser práticos, sem erudição. Havia uma preocupação em tratar o aluno "não como papagaio, mas como um ser humano", como escrito no texto. Nota-se que a intenção de aproximar a família da escola fazia com que se estabelecesse um diálogo que pudesse atingir a todos, e, assim, se os auditórios fossem organizados com

solenidade, provocariam a dispersão das famílias pobres da escola, trazendo prejuízos irreparáveis.

O Auditório deveria seguir as orientações gerais do programa do ensino primário. Conforme afirma Peixoto (1983), a educação para Francisco Campos estava apoiada nos seguintes pilares: o método, que deveria ser adequados à natureza dos alunos e às finalidades do ensino primário; os programas que foram renovados e estavam ligados à Inspetoria Geral da Instrução; o professor, que tem função primordial e atuação de cunho científico, cuja profissionalização foi defendida por Francisco Campos. Dessa maneira, ele estabeleceu o que foi chamado de uma “nova escola mineira”.

Programas de festas, programas de *Auditorium*

Os programas de festas foram encontrados na documentação do Arquivo Público Mineiro, no *corpus* documental da Secretaria do Interior, já os programas de auditórios foram publicados em diferentes números da *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Neste tópico, inicialmente, observei pontos convergentes e divergentes dos referidos programas com a finalidade de identificar que sentidos produzidos nas ações propostas pelos organizadores das festas.

Para melhor organização, analisei os programas quanto aos seguintes itens: tempos da festa, atividades propostas, os participantes e os convidados para as festas, as diferenças entre os programas e os diferentes sentidos revelados.

Começo, então, pelos tempos, sua organização e sua distribuição. Muitos programas eram divididos em duas ou mais partes e cada uma dela diferia no conteúdo da programação. As atividades eram realizadas bem cedo, pela manhã, como se pode perceber neste exemplo: “Ao romper a aurora do dia 19 de novembro, a população dessa cidade será despertada pelo estrugir de foguetes, pelos sons do Hymno Nacional e de alegres dobrados, executados pela banda musical “Henriques” que faz a sua auspiciosa estreia nesse dia”.¹¹

¹¹ PROGRAMMA da Festa patriótica em Homenagem á Bandeira Brasileira no dia 19 de novembro de 1913. Documento anexo à Carta assinada por Asteria Dalle da Silva, Directora do Grupo Escolar de S. João Nepomuceno, Coronel José Braz de Mendonça, datada de 23 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421 – Festas escolares – 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Para a segunda parte daquela mesma festa, programou-se o seguinte:

Ao meio dia em ponto, na séde do Grupo, presentes o sr. dr. inspector escolar, a Directora, o corpo docente e discente, os empregados administrativos, as auctoridades locais e aquelles que quizerem honrar o acto com a solicitada presença, será collocada pelas alumnas Heloisa Machado e Hercília Manzo, na haste do pavilhão Nacional, uma coroa de flores naturaes, pendente uma fita com a inscripção – Salve, Patria adorada! homenagem do Grupo Escolar.

‘O batalhão infantil ‘Wenceslau Braz’ em seu bello uniforme branco, hasteará o pavilhão Nacional, ao som do hymno á Bandeira, cantado pelas alumnas, e do hymno Nacional, executado pela banda musical ‘Henriques’. Seguir-se-há a bênção do estandarte do Grupo pelo revmo. Padre Mario Mattos, sendo paranymphos os drs. Augusto Gloria e Péricles de Mendonça. Nessa ocasião falará o sr. dr. Augusto Gloria, eloquente, exímio e inspirado orador.

Findo o discurso, o venerando coronel José Braz de Mendonça será acompanhado até á sua residência.¹²

Alguns pontos chamam a atenção nesta parte do programa, dentre eles o início da cerimônia ao meio-dia, que exigia o sacrifício do corpo infantil perante o sol forte para uma causa nobre: a nação. É possível uma reflexão sobre a plenitude da experiência que o programa prescrevia para serem vivenciadas por aquelas crianças.

O outro se refere à bênção do estandarte do Grupo pelo reverendo coronel. Dessa maneira, a instituição pública e laica entrelaçava, em ações “sutis” e por repetidas vezes, o tratamento de sacralidade dado ao ritual cívico, ao propor, por exemplo, a bênção da bandeira, ainda que a relação entre o cívico e o religioso não fosse desejada.

Finalmente, na terceira parte ainda desta mesma festa a seguinte programação:

Ás 5 horas da tarde, sahirá do Grupo Escolar o batalhão infantil ‘Wencesláo Braz’, conduzindo o pavilhão Nacional e as meninas o estandarte do Grupo, precedidos da correcta banda musical Henriques que, a pedido, presta o seu patriotico e valiosissimo concurso para mais esplendido realce da festa. Acompanhará as creanças o sr. dr. inspector escolar, Directora, corpo docente do Grupo e quantos queiram render esta homenagem á nossa Bandeira.

Depois de percorrerem as principaes ruas da cidade, dirigir-se-hão ao Cinema-Theatro, amável e prestimosamente cedido pela patriotica Empreza

¹² Cf. PROGRAMMA da Festa patriótica em Homenagem á Bandeira Brasileira no dia 19 de novembro de 1913. Documento anexo à Carta assinada por Asteria Dalle da Silva, Directora do Grupo Escolar de S. João Nepomuceno, Coronel José Braz de Mendonça, datada de 23 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421 – Festas escolares – 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Manzo. Alli, o applaudido e brilhante orador-poeta sr. Symphronio Cardoso se fará ouvir, depois do hymnos á Bandeira Nacional, cantados pelas meninas, representando os vinte Estados do Brasil, a Capital Federal e o Acre.¹³

Pode-se observar uma preocupação frequente quanto ao registro, nas cartas enviadas à Secretaria do Interior, da participação das pessoas gradas do local, da cidade ou do município, no caso, o poeta, o reverendo coronel, o inspetor de ensino, a diretora e o corpo docente.

Uma das ações republicanas estava relacionada à imagem feminina para representar a nação. Assim, a participação das meninas cantando o *Hino Nacional* e representando os 21 Estados brasileiros era um registro sempre feito nos documentos.

Nas festas escolares eram as meninas que conduziam os estandartes. Elas ficavam à frente dos pelotões, empunhando as bandeiras, segurando o pavilhão nacional. Ainda que houvesse uma disputa pela maneira como essa figura feminina era exposta, não detectei nos documentos algo que demonstrasse essa discussão no âmbito da escola.

Além disso, havia participação especial de empresas locais, como se pode observar nesse programa do Grupo Wenceslao Braz. Havia um interesse do comércio nas festas escolares e, do ponto de vista político, o passeio pelas ruas da cidade culminando no “Cinema-Theatro” representava civilização e modernidade, um interesse da cidade que a República queria mostrar.

No programa de uma festa nacional que seria realizada no dia 21 de abril de 1910, no Grupo Escolar de Passos, da cidade de Passos, foi possível observar que a festa teve início com a bênção da bandeira nacional. Esta foi seguida por uma salva de 21 tiros, conforme se pode detectar nas práticas propostas no programa festivo que visava à formação do cidadão para a nação.

¹³ Cf. PROGRAMMA da festa patriótica em homenagem á bandeira brasileira no dia 19 de novembro de 1913. Documento anexo à Carta assinada por Asteria Dalle da Silva, Directora do Grupo Escolar de S. João Nepomuceno, Coronel José Braz de Mendonça, datada de 23 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421 – Festas escolares, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

FESTA NACIONAL
Bençam da Bandeira

Homenagem da Republica
á
TIRADENTES

no dia 21 de abril de 1910.

A Delegacia Auxiliar e o Grupo Escolar solemnizarão nesta cidade a gloriosa data da Historia Patria, com o seguinte

Programma

5 horas da manhã – Uma salva de 21 tiros despertará a população e a Banda Musical N. S. das Dores fará a alvorada, annunciando o grande dia de festa.

10 horas da manhã – Na Matriz será celebrada Missa [...] e haverá solemnidade de bençam das BANDEIRAS.

[...].

A força publica fará manobras militares.

Meio-dia – Da Delegacia o prestito cívico partirá para o edificio do Grupo Escolar, onde se realizará uma sessão literária presidida pelo Inspector tecnico do Ensino Major O. Prado. Ao hastear-se a ‘Bandeira’ usará a palavra o orador official Dr. João E. Correa e em seguida alumnos e alumnas do Grupo entoarão hymnos patrióticos e pronunciarão discursos e recitarão poesias e monólogos. Os alumnos do Grupo, uniformizados, farão exercícius physicos.

A excellente Banda Musical ‘N. S. das Dores’ abrilhantarã todos os actos do grande festival.

Para maior brilho do festival pede-se o comparecimento das Exmas. Famílias, das auctoridades civis e militares, das sociedades literárias, religiosas e humanitárias, ás 9 horas da manhã em ponto no edificio do Grupo Escolar onde formará o grande préstito.

Pede-se aos srs. Negociantes o fechamento das portas de seus estabelecimentos, durante as solemnidades.

Os Exmos. Padrinhos e as Exmas. Madrinhas das ‘Bandeiras’ da Delegacia e do Grupo e os dignos patriotas desta terra terão a bondade de entregar suas espórtulas e auxílios pecuniários para a CAIXA ESCOLAR do Grupo, em beneficio dos alumnos e das alumnas pobres, á Directora Exma. Sra. D. Leopoldina Flora de Vasconcellos.¹⁴

¹⁴ Cf. GRUPO Escolar de Passos. Cidade de Passos, 20 de abril de 1910. In: CÓDICE SI 3336. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Nesse programa, chamo atenção para alguns aspectos convergentes ao programa anterior, como o despertar a população na aurora do dia com fogos e com a participação de uma banda para anunciar a festa.

Não houve não apenas uma bênção da bandeira, símbolo cívico em local sagrado, a igreja matriz da cidade, mas a proposição da realização da própria missa, o que aponta para uma tensão ainda maior entre a questão do cívico e do religioso em uma instituição que deveria preservar a laicidade. Além disso, a escolha de padrinhos e madrinhas para as bandeiras, também, é uma prática proposta pela Igreja em rituais de batismo, por exemplo.

Os cantos de hinos, os recitativos e os monólogos, frequentemente, faziam parte dos programas das festas escolares. Há em alguns deles até mesmo os nomes dos textos que as crianças recitavam, o que pode permitir pesquisa relativa aos livros didáticos, o uso deles pelos alunos e a circulação entre eles. Dentre os citados de maneira recorrente estão: *A Boneca*, *A Engomadeira*, *A Mendiga*, *Infância e Flor*, *Minha Patria*, *Meu Paiz*, *Ave-Maria*, *A Bandeira*.

No que se refere à solicitação feita pelos organizadores da festa para o fechamento das portas do comércio quando da realização da festa, tal fato indica uma relação política estreita entre a escola e a sociedade local, o que pode ser verificado na indicação seguinte, no que se refere às doações para a caixa escolar do Grupo que deveriam ser entregues para a diretora da referida instituição, uma relação política de favores que certamente deveria trazer outras implicações institucionais, mas que, no momento, não foram identificadas, mas são merecedoras de estudos para os pesquisadores interessados na administração escolar e estudos do gênero.

O diretor do Grupo Escolar de Carangola, J. Francisco Lopes Neves, enviou à Secretaria do Interior de Minas Gerais, em 6 de maio de 1912, uma carta com cópia do programa dos festejos que seriam realizados naquela escola por iniciativa do Grêmio Literário Barão do Rio Branco para comemoração da data de 3 de maio.

Exmo. Sr.

[...].

Cumpre-nos levar ao vosso conhecimento que, na pessoa do Director deste estabelecimento de ensino, foi o governo abundantemente felicitado pelos fructos colhidos da orientação eminentemente patriótica, a que obedece a cultura cívica da infancia que frequenta nossas escolas. [...] Saude e Fraternidade.

Sobre essa carta, destacam-se dois aspectos: o primeiro é que havia uma prática republicana de “dar vivas”, que Carvalho (1990) chamou de “guerra dos vivas.” Ela podia ser observada tanto nas cartas enviadas à Secretaria do Interior quanto nos registros das festas. “Os vivas” eram dirigidos a determinadas pessoas do governo pelo trabalho prestado à nação. O segundo aspecto refere-se à ideia expressa sobre a cultura cívica da infância, que implicaria a efetivação do conjunto de ações propostas na legislação, tendo os programas como base para a ação de todos: diretores, professores e alunos.

No *Programma dos festejos de 3 de maio promovido pelos alumnos do 4º anno do Grupo Escolar de Carangola*, anexado à carta anterior, constava:

1ª Parte – Sessão de posse dos membros da Directoria do Gremio L. Barão do Rio Branco

- I – Hymno á Bandeira
- II – Discurso inaugural, pelo Presidente
- III – Posse dos membros da Directoria
- IV – Discurso do orador do Gremio, Ariosto Guarinello
- V – Discurso de encerramento
- VI – Hymno Nacional

2ª Parte – Sessão Cívica

- I – Hymno Nacional, pela banda musical
- II – Discurso do orador official, Dr. Luiz Gonzaga da Silva
- III – Hymno “Ao Brazil”, de L. Gomes, pelos alumnos.
- IV – Discurso da representante do 1º anno – Celeste Teixeira
- V – Discurso da representante do 2º anno – Anisia Hadad
- VI – Discurso da representante do 3º anno – Herondina Alvim
- VII – Hymno Escolar de Bento Ernesto, pelos alumnos
- VIII – Parte Literaria:
 - Poesia – Á bandeira – de B. Ernesto, pela alumna Maria Magdalena Amorim
 - Poesia – Brazil – de Lopes Neves, pela alumna Violeta Rodrigues
 - Poesia – Patria Brazilica – de L. Neves, pela alumna Maria Portilho
 - Poesia – A patria brasileira – pela alumna Maria Portilho
- IX – Hymno Nacional, pela banda
- X – Discurso do Director do grupo
- XI – Hymno da continência á Bandeira, pelos alumnos
- XII – Marcha cívica

Nesse programa, dividido em dois momentos, notam-se algumas diferenças: a organização da festa feita pelos alunos membros do grêmio literário, e não pelo inspetor e pela direção do Grupo Escolar; não houve explicitação dos horários da festa no programa, talvez por não se tratar de cumprimento de ações prescritas, talvez por se tratar de uma forma

de organização infantil na qual a dimensão temporal não estivesse demarcada como importante para a faixa etária em que se encontravam.

Ainda sobre o programa da festa de 3 de maio de 1912, chama atenção a quantidade de hinos que compuseram a programação, entremeada pelos discursos e pelas poesias, além de uma marcha cívica ao final.

A *Revista do Ensino* do Órgão Oficial da Diretoria da Instrução, cuja primeira publicação data de 8 de março de 1925, traz o seguinte texto:

As comemorações de datas nacionaes e estadoaes

A Secretaria do Interior vem chamar a atenção dos Srs. Directores dos grupos escolares e professores das escolas isoladas para o Regulamento de Ensino.

[...] as festas escolares, tendo por fim interessar o povo na educação da infancia e despertar o estímulo e a emulação entre os alumnos, deverão ser promovidas com a maior solennidade e que entre estas festas devem estar assignaladas com um programma especial, as comemorações do dia da Arvore e a cerimonia da entrega de diplomas.

A Secretaria recommenda, com vivo e sincero empenho, aquellas comemorações que o Regulamento determina, porque ellas vêm apenas afinar os sentimentos de civismo da nossa gente e honrar, sem duvida, os nossos fóros de cultura.

Não se comprehende, com effeito, que, em cidades cultas, as datas de maior expressão em nossa historia passem, ás vezes, sem o echo vibrante e sonoro de uma evocação festiva.

A direcção superior do ensino está certa de que as autoridades escolares executarão esta parte, não somente em obediência ao dispositivo regulamentar, mas também para mostrar que os altos princípios de civismo sempre encontram rebate e vida no coração das nossas escolas.¹⁵

É interessante destacar que as festas escolares faziam parte do regulamento de ensino, portanto, havia uma intenção de obrigatoriedade na solicitação da tarefa como parte da rotina das escolas. A maneira “solene” imprimia certa forma de organizar a festa, que pressupunha rigor e hierarquia. Destaque-se que o significado da palavra emulação colocada no texto implica competição, rivalidade, disputa, valores educacionais presentes naquele momento.

Na *Revista do Ensino* (p. 32, jan. 1929), constou uma transcrição de um modelo programa de Auditório para o “Grupo Escolar Coronel Francisco Braz” para ser realizado no dia de 18 de outubro de 1928.

¹⁵ MINAS GERAES. Jornal de Minas Gerais, 6 fev. 1925. *Revista do Ensino de Minas Geraes*, n. 1, p. 20, 1925.

UM AUDITORIUM EM BRAZOPOLIS

PROGRAMMA

- 1 – Abertura da sessão.
- 2 – Hymno ás Aves – pelos alumnos.
- 3 – Prelecção pela professora designada, d. Maria R. Rennó, sobre o ponto – ‘Ensino moral e religioso nas escolas’.
- 4 – Canto – ‘Hymno á escola’ (salve, escola) pelos alumnos.
- 5 – Exposição do Ponto ‘Biographia de Joanna D’Arc’, pela alumna do 4º anno, Zaira Tribzt.
- 6 – Uma pagina de leitura, pelo alumno do 1º anno D masculino, José de Lima.
- 7 – Exposição do ponto ‘Riquezas Mineraes do Brasil’ pella alumna do 3º anno B, Presciliana M. Lopes.
- 8 – Exercício de observação, pelo alumno do 1º anno A masculino, João Octavio de Faria.
- 9 – Exposição do ponto ‘Bandeirantes’, á vista do quadro histórico, pelo alumno do 3º anno A, José Barcellos.
- 10 – Poesia, pela alumna do 3º anno misto B, Edith Mendes.
- 11 – Poesia, ‘A gralha’, pela alumna do 1º anno B misto, Maria José de Mendonça.
- 12 – Canção ‘Tristeza Campesina’, Maria Leontina.
- 13 – Um dictado, pela alumna do 1º anno A feminino, Maria B. de Jesus.
- 14 – Exposição do ponto ‘Minas Geraes’, pela alumna do 2º anno feminino, Maria José dos Santos.
- 15 – Um dictado, pela alumna do 1º anno B feminino, Maria Gonçalves Torres.
- 16 – Descrição oral da Bandeira, pelo alumno do 2º anno masculino Manoel Nogueira.
- 17 – Um bilhete pedindo relevar as faltas, pelo alumno do 1º anno C masculino, Antonio Citra Vergueiro.
- 18 – Leitura e interpretação do trecho lido, pela alumna do 2º anno feminino, Silveira V. Mendonça.
- 19 – Reprodução escripta de uma historia, pelo alumno do 1º anno B masculino, Benedicto Rodrigues Pereira.
- 20 – Poesia ‘A leôa’, de Raymundo Corrêa, recitada e interpretada pelo alumno do 4º anno misto, Luiz Gonzaga de Lima.
- 21 – Hymno á Patria, pelos alumnos.
- 22 – Encerramento.

Os auditórios escolares analisados como práticas festivas promoveram uma transformação na dinâmica escolar, uma vez que alteraram não apenas os sentidos da festa, mas colocaram em xeque o próprio conceito de festa.

A *Revista do Ensino* (p. 82-86, jul. 1929) trouxe 10 instruções sobre os programas para o *Auditorium*, aqui sintetizadas: planejamento com antecedência; diretor e professor precisavam agir com entusiasmo; o programa deveria ser feito pelas crianças preferencialmente; participação das famílias quando possível; realização semanal com duração de uma hora; reunião todos do Grupo sempre que possível; todas as escolas isoladas e

os grupos deveriam fazer auditórios, práticas indispensáveis para a formação espiritual da criança; todos os alunos deveriam participar e se ocupar do Auditório; o Auditório não é uma festa: é um trabalho escolar, com fim educativo, nem é exibição de professores nem de crianças; o diretor deveria, por vezes, dirigir a solenidade para quebrar a monotonia.

Ainda sobre os programas, esta mesma matéria da revista registrava que “o programma do auditorium, repetiu, não tem um caráter festivo. É natural que agrade às crianças, porque deve ser feito para educar e recrear e, por isso, deve ser alegre e mesmo humorístico”. Havia uma indicação, também, para que os recitativos e os hinos cantados frequentemente pelas mesmas crianças fossem evitados. Quanto às pessoas de fora, sua participação poderia ocorrer desde que elas se submetessem aos imperativos e às necessidades infantis.

Quanto à execução do programa, este devia ser feito prontamente, pois no horário escolar, todos, diretor, professores e alunos, deveriam estar a postos a todo o momento.

Os programas de Auditório poderiam ser específicos ou mistos, sendo que no primeiro havia uma só ordem de trabalho: música, ginástica, etc. No segundo, eram comuns números de música, ginástica, dissertações diversos tipos de programas para os auditórios: música (canto, orquestra, poesia, dança, hinos, vitrolas, etc.); avisos, preleção pelo diretor ou professora sobre assuntos de interesse da escola, precedidos ou não de hinos; baseados no trabalho das classes, como narração de uma excursão ou viagem, experiências de física ou química, etc. Outros exemplos eram os “centros de interesse” que tinham a finalidade de mobilizar as crianças e integrar as matérias, podiam ter temáticas sobre a vida dos índios, ou estudo do leite, milho, entre outros; exercícios de ginástica ou danças regionais; exposição de trabalhos de férias; poesias, histórias, dramatizações; cinema ou lanterna; sessão cívica; história e geografia; assuntos relativos à saúde, à higiene local; etc.

O que mais chama atenção no discurso elaborado para os programas de Auditório é que ele representa um contraponto com a festa, e essa marca foi repetida, como exposto. Os auditórios escolares representaram uma oposição, o que não deveria ser, e assim tentou-se impor, pela negação, novas práticas e valores educacionais. Impondo normatizações, determinando práticas, seus organizadores estabeleceram outros sentidos ou, pelo menos, tentaram impor e controlar os sentidos dados pela própria escola. Esta, por sua vez parecia querer extrapolar o que estava determinado no regulamento e realizar festas grandiosas, mas estas não se adequavam ao proposto pelo regulamento.

A análise dos programas das festas permite afirmar que houve uma mudança no que se refere ao uso do espaço, pois do primeiro decreto de 1906 para o de 1927, que implantou os auditórios, houve uma saída do externo para o interno.

Permaneceram as poesias, os cantos de hinos e foram incluídas outras práticas nos programas festivos tais como os ditados e as reproduções escritas, as práticas de leitura e as práticas de observação.

Nota-se, quanto ao tempo, que se inicialmente os programas das festas tinham uma programação que começava no alvorecer e duravam até à tarde. Com os auditórios escolares houve uma redução do tempo que deveria ficar restrito aos horários das instituições escolares; o espaço passou do externo para o interno.

Retomo a ideia que deu nome a este capítulo, “Por um espírito festivo: decretos e programas – as festas escolares, os auditórios e suas prescrições”, bem como a questão central desta pesquisa: Quais os sentidos das festas escolares nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares e, em relação a este capítulo, quais os sentidos das festas nos diferentes programas analisados?

Inicialmente, as “Festas Nacionaes” foram destinadas “á mocidade brasileira para que aprend[essem] a significação dos dias que a República manda[va] guardar” como indicou o Decreto n. 155 B de 14 de janeiro de 1890, divulgado para as escolas primárias por meio do livro de mesmo nome – “Festas Nacionaes” – e que circulou nas escolas públicas mineiras e grupos escolares. A Reforma João Pinheiro indicava as “festas nacionais” como parte do seu programa para o ensino primário. Desta forma, nos anos iniciais da implantação do regime republicano, a escola deveria educar e instruir e as festas deveriam conquistar o coração e a mente do povo – assim a República seria o melhor dos governos! (GOMES, 2002, p. 400)

Em Minas Gerais, as duas grandes reformas, tanto a de João Pinheiro, de 1906, como a de Francisco Campos, de 1927, prescreviam as festas escolares como parte de seus programas, mas da primeira para a segunda ocorreram mudanças do ponto de vista dos sentidos e das práticas festivas.

Houve mudança no calendário e a inclusão do Auditório como uma prática escolar que apareceu como uma contraposição à ideia da festa escolar. Finalizo este capítulo com a proposição de que o Auditório é uma representação de uma prática escolarizada que teve seu tempo e seu espaço controlados e submetidos à legislação que o instituiu. Quanto ao conteúdo e à forma, deveria seguir as dez instruções estipuladas pelo regulamento para a sua execução.

Talvez coubesse aos sujeitos, ainda, o espaço da subversão, mas esta ainda de natureza escolar, uma vez que teve todos os seus aspectos submetidos ao interior da própria instituição.

Nesse caso, o pensamento de Duvignaud contribuiu para a análise de que o Auditório – apresentado nas fontes como festa escolar – representou o sentido da institucionalização. Sua prática regulamentada, racionalizada, fazia com que a dimensão da efervescência lúdica, comum entre o jogo e a festa, desse lugar aos fins mais elevados, como assim via a escola: o conhecimento e a instrução.

A seguir, as festas serão analisadas com base nas narrativas produzidas como discursos de festas: as festas em diferentes fontes – atas, cartas, relatórios e imagens.

*Aquilo que dá grandeza e importância aos dias de festa
é o encontro com uma vida anterior.*
(BAUDELAIRE, 1845 *apud* BENJAMIN, 1989, p. 133)

CAPÍTULO 2 – FESTAS ESCOLARES: MEMÓRIA E NARRATIVA EM TEMPOS FESTIVOS

Se no capítulo anterior o objetivo foi estabelecer uma análise sobre a legislação como ordenadora das relações sociais, neste caso, referentes às instituições escolares públicas primárias mineiras, neste capítulo, investiguei os diferentes registros discursivos sobre as festas escolares em diferentes fontes: relatórios escolares, atas, correspondências, boletins, recortes de jornais, discursos e imagens (fontes escritas – manuscritas ou impressas e iconográficas). Esses registros tinham como finalidade indiciar a realização das festas escolares que se davam em cumprimento da legislação para o ensino primário, como já discutido. Também a própria escrita do relatório seguia essas determinações, porém revelava suas peculiaridades e suas tensões.

As festas escolares foram neste texto tratadas em conjunto, com exceção da Festa da Bandeira. Isso se deve ao fato de que ainda que elas tivessem temáticas específicas para serem comemoradas, elas foram instituídas tendo em vista um objetivo maior: o fortalecimento da República.

O novo regime, para ser legitimado, estabeleceu ações estratégicas por parte de seus governantes, de tal forma que essa conquista fosse afetiva e moral e pudesse conquistar o coração e a mente do brasileiro. Foi dessa maneira que se travou uma batalha de símbolos, disputa que ganhou centralidade em torno do hino e da bandeira por serem estes os de maior eficácia. Mas outros também foram disputados, como a própria figura dos heróis nacionais.

As festas escolares demonstravam uma disputa em torno não apenas dos símbolos da nação, mas também de outras tensões que perpassavam a sua realização ou não, assuntos abordados neste capítulo.

A Festa da Bandeira ganhou centralidade em relação às demais, por isso foi discutida em um tópico específico. Quanto às outras, elas foram analisadas com base nos seus registros discursivos elaborados como justificativas ou estratégias em relação ao cumprimento do regulamento para o ensino primário. A narrativa construída não obedeceu,

necessariamente, a uma cronologia, mas aos argumentos produzidos e às condições de produção deles.

O esforço com este trabalho foi no sentido de buscar uma compreensão sobre a dinâmica das festas escolares como uma prática educativa que pudesse ser interrogada e interpretada pelas fontes disponíveis.

No alvorecer do dia fogos, tiros de dinamite, bandas e hinos: *pás de fête san musique*¹⁶

Se política ou calendário, de algum modo, for propício, então tudo o que é secreto e dividido colide na festa ruidosa. E, em geral, ela é coroada com um fogo de artifício sobre o mar. Uma única faixa de fogos corre ao longo da costa entre Nápoles e Sorrento, nas noites de julho até setembro. Ora sobre Sorrento, ora sobre Minori ou Prajano, mas sempre sobre Nápoles, se encontram bolas de fogo. Aqui os fogos têm seu corpo e alma. Sujeita-se a modas e artifícios.

Toda paróquia deve superar as festas das vizinhas por meio de novos efeitos luminosos. (BENJAMIN, 1989, p, 150)

Com fogos, tiros de dinamites, bandas de música e hinos, as cidades inauguravam os dias festivos. Uma passagem citada por Benjamin (1989) sobre as charangas expressa bem a ideia do um sentimento heróico que parece mobilizar os participantes daquelas festas. O autor afirma que elas fazem soar com suas toadas na população simples das cidades um heroísmo tímido. “No peito de seus heróis não reside nenhum sentimento que não encontra lugar no peito dessa gente miúda, reunida para ouvir a música militar.” (BENJAMIN, 1989, p. 73)

Ah, como tenho acompanhado essas velhinhas!
Uma, entre tantas, quando o Sol agonizante
Ao céu empresta a cor de ensanguentada vinhas,
A um banco se sentava, plácida e distante,

Para ouvir uma banda, rica de metais,
Que os jardins muitas vez inunda com seus hinos
E que, na noite de ouro que sonhar nos faz,

¹⁶ Cf. A PALAVRA. Jornal São João Nepomuceno, n. 97, set. 1912. In: CÓDICE SI 3408 – PAPEIS findos dos grupos escolares de São João Nepomuceno, São João Evangelista, São José dos Botelhos, São José do Além Paraíba, São José do Paraíso. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Algo de heróico põe na alma dos cidadãos. (PROUST, 1921, *apud* BENJAMIN, 1989, p. 72)

O sangue púrpura que corria nas veias emocionava qualquer cidadão que era capaz de lançar seu olhar para o pano de fundo do qual saía a figura do herói. Nessa imagem, que Baudelaire (1845, *apud* BENJAMIN, 1989, p. 73) chamou de “modernidade” o herói era o seu objeto. Para viver na modernidade a condição heróica era primordial.

Estrugir de fogos!
Salva de 21 tiros de dinamite!
Bandas de músicas!
Hinos!
Cheiro de pólvora...

Assim era o alvorecer de cidades mineiras em dias festivos. Os habitantes das cidades ouviam as bandas com seus instrumentos de metais, que inauguravam alegremente os dias de festas nacionais.

Na ata da festa cívico-infantil realizada no Grupo Escolar da cidade de Caratinga, no dia 14 de julho de 1912,¹⁷ para a comemoração do segundo aniversário do referido Grupo e para a Confraternização Universal dos Povos, com a banda municipal, sob a regência do maestro Bernardino de Moura, e com a presença do Revdmo. Sr. Pe. Manoel Maria da Silva, alunos e representantes comerciais e de outras classes, “tiveram início os festejos saudando-se a bandeira com armas em continência pelo batalhão infantil sob a direcção do delegado referido, ouvindo por essa ocasião o hymno nacional”.¹⁸

O maestro, o reverendíssimo padre (igreja), representantes comerciais (comércio local) e de outras classes, o batalhão infantil dirigido pelo delegado (polícia), aqui nota-se a referência aos entrelaçamentos que interessavam para o Grupo Escolar.

O jornal *A Palavra* (set. 1912), de São João Nepomuceno noticiou o festival promovido em homenagem ao dia *7 de setembro* de 1912, louvando a participação das duas bandas musicais “Dr. Carlos Alves” e “Daniel Sarmiento” porque “se prestaram

¹⁷ Nota-se que havia uma preocupação no entrelaçamento das datas de inauguração dos grupos escolares com as datas das festas nacionais. Na documentação consultada, algumas datas de inauguração dos grupos escolares e das escolas públicas primárias eram recorrentes: o *15 de novembro*, o *14 de julho*, o *21 de abril*, por exemplo.

¹⁸ Cf. FESTA de aniversário do grupo e confraternização universal dos povos, Caratinga, 14 de julho de 1912, *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguases, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

patrioticamente a comprovar com um poema de sons o provérbio francez”: ‘*Paz de fête sans musique*’.¹⁹

Bandas infantis, bandas militares, bandas do corpo de bombeiro participavam das festas escolares tocando hinos e dobrados, ao alvorecer do dia, para saudar a Bandeira. Os alunos e os representantes das escolas enchiam as ruas, as praças enquanto eram observados pelos habitantes. Não havia festa sem música, como ensinava a o ditado francês.

Se houve uma batalha sobre uma simbologia republicana, os hinos foram reveladores dessa luta. Carvalho (1990) afirmou que a bandeira e o hino foram os símbolos nacionais com grande força, e foi em torno deles que ocorreu uma disputa pelo mito de origem que fez parte do esforço de legitimação do regime republicano no Brasil.

Nas fontes de pesquisa houve um único registro de um hino dedicado a um diretor de um grupo escolar. Firmino Costa, defensor do regime republicano, diretor do Grupo Escolar de Lavras, teve um hino dedicado a ele, publicado no boletim *Vida Escolar* (n. 32, 15 out. 908, p. 3):

Hymno Escolar
Ao Firmino Costa

I
Como garbosos meninos,
Como valentes soldados,
Cantemos os nossos hymnos,
Ergamos os nossos brados.

II
Viva Minas e a Instrucção!
Soldados, toca a marchar!
Nós somos o batalhão
Do bello Grupo Escolar!

III
Nós somos a luz, a vida.
Sob os raios da Instrucção...
Viva esta Lavras querida!
Viva o nosso batalhão!

IV
É cheio sim de esperanças
E de alegrias sem par
O batalhão de creanças

¹⁹ Cf. A PALAVRA. Jornal de São João Nepomuceno, n. 9, 7 set, 1912. In: CÓDICE SI 3408. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Do bello Grupo Escolar!

V

Ler, estudar, divertir.
Aprender e trabalhar,
Brincar, viver e sorrir,
Marchar alegre e cantar...

VI

Tudo que é bom, quem lá for
Oh! Lá terá de encontrar!
Viva todo o benfeitor
Do bello Grupo Escolar!

VII

Como as flores tem perfumes
– Aroma que no ar se evola.
Nós temos os bons costumes
Que se aprendem cá na escola.

VIII

A escola de hoje é um ninho
De amor como nosso lar.
Só se aprende com carinho
No bello Grupo Escolar.

IX

Cantemos, pois, nossos hymnos,
Ergamos os nossos brados,
Como garbosos meninos
Como valentes soldados.

X

Viva Minas e a Instrucção!
Viva o ensino militar!
Viva o nosso batalhão!
Viva o Grupo Escolar!

N. N.

Em sua letra os valores republicanos do amor à escola, à família ficaram nítidos, bem como as práticas militares que faziam parte do ambiente e da cultura escolar. A letra do hino estimula os “vivas” ao Estado de Minas Gerais, à Instrução e Ao batalhão escolar, formado pelos garbosos meninos do belo Grupo. Pode-se destacar o valor dado ao Grupo Escolar como uma instituição responsável pela instrução das crianças. O autor estabeleceu uma relação entre o menino e a sua função de valente soldado que compunha o batalhão infantil que receberia um ensino militarizado. Entre o lar e a escola também se estabeleceu um estreito vínculo, tendo esta última a função de levar luz às crianças por meio da Instrução.

No boletim *Vida Escolar* (n. 7, 1º ago. 1907, p. 1), de Lavras, havia referência ao fato de haver pianos nos grupos para que fosse possível a execução de hinos, tanto o nacional quanto os de outras nações, de tal maneira que se tornassem conhecidos dos alunos. Quanto ao piano, esse poderia servir para uma marcha e depois do canto, ao compasso do qual os alunos poderiam se organizar para as suas respectivas escolas. Observa-se que há a seguinte frase no boletim: “Quanto ao piano não ficará dispendioso alugá-lo”.

Nos documentos da Secretaria do Interior de Minas Gerais havia dois tipos discursivos: um, descrevendo como havia ocorrido a participação das pessoas quando da execução dos hinos nos dias festivos; outro, relatando tensões encontradas entre os participantes quando havia nas festas pessoas de outras nacionalidades e os hinos de outras nações eram executados. Essas tensões em relação aos hinos foram observadas na festa da Escola Mista da Fábrica do Cedro e na do Grupo Escolar Ernesto Santiago, como relatado a seguir.

Um Termo de Louvor da Escola mista da Fábrica do Cedro, de 20 de setembro de 1913, documentou uma festa de *7 de setembro* daquele ano, promovida por duas professoras daquela instituição.²⁰ O senhor Azarias Reis, auxiliar do inspetor escolar, apresentou “cheio de contentamento e de entusiasmo” o seu “protesto de louvor”[...] “á dedicada e digna professora D. Maria Emilia Martins Pereira e a sua não menos digna auxiliar, Exma. Snra. D. Maria Ramos de Oliveira” [...] “como um acto digno de perpetua continuação, e para que nunca jamais seja esquecido.”

Notam-se as contundentes palavras do Sr. Reis destacando a “digna professora” e a “não menos digna auxiliar” para as figuras exemplares que ambas representavam na instituição. A festa, conforme relatado pelo auxiliar do inspetor, constou de uma salva de 21 tiros ao alvorecer do dia. Em seguida, houve a passeata dos alunos, acompanhados pelas professoras, pelo auxiliar do inspetor escolar e por grande número de pessoas gradas. Os alunos entoaram o hino da independência e outros hinos patrióticos, enquanto o pavilhão nacional era hasteado no edifício da escola e também no edifício da Câmara Municipal e nas escolas públicas da cidade.

Sr. Bernardino Luiz da Costa, “Inspector” Escolar de São João Nepomuceno relatou, em carta do dia de 5 de outubro de 1912, enviada à Secretaria do Interior, uma nota

²⁰ Cf. TERMO de Louvor assinado por Azarias Reis, auxiliar do Inspetor escolar, Escola Mista da Fábrica do Cedro, 20 de setembro de 1913. In: CÓDICE 3421 – Festas escolares, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

sobre uma numerosa colônia portuguesa que habitava aquela cidade. Dada a existência daquela colônia, ele justificou que comemoraria a Proclamação da República Portuguesa.

A comemoração foi oficiada pelo referido inspetor, que suspendeu as aulas naquele dia e levou ao conhecimento do Dr. Delfim Moreira. No alto do mesmo documento encontravam-se registrados os seguintes termos:

É fato consummado, que não se aprova e nem desaprova. Em qualquer oportunidade que não seja esta, convem chamar a atenção do Inspector para que não se reproduzam estes factos. D. Mor. Delfim Moreira.²¹

Percebe-se, nesse documento, que o hino português e a própria celebração realizada em solo brasileiro não foram atitudes incentivadas pelo Estado, com o que concorda o secretário.

No Grupo Escolar Ernesto Santiago, o diretor do Sr. Sigefredo Moraes Navarro, de São José dos Botelhos, comunicou a realização da festa para comemorar o Dia 7 de setembro. Seu relatório, com data de 9 de setembro de 1912,²² registrou também ocorreu um equívoco em relação aos hinos cantados nas festas. Da passeata cívica feita nas ruas daquela vila fizeram parte 120 crianças, além do corpo docente e do inspetor escolar.

À frente do préstito foi desfraldado o pavilhão nacional, que foi conduzido pelas crianças, indo em seguida a bandeira da República portuguesa, a italiana e a turca.

Posteriormente, cumprido parte do percurso, verificou-se que em vez de hastear o pavilhão italiano, foi hasteado o pavilhão monárquico português. Assim que verificado o equívoco, este foi retirado e aquele colocado no préstito!

É possível que tal episódio não tenha sido um equívoco. Por outro lado, pode-se pensar que tenha sido uma provocação mesmo. Aproveitando-se de um momento de visibilidade expor o pavilhão monárquico português numa festa republicana pode ter sido uma ação política e, portanto, intencional.

²¹ Cf. CARTA enviada pelo inspetor escolar Bernardino Luiz da Costa ao Secretario do Interior *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de São João Nepomuceno, São João Evangelista, São José dos Botelhos, São José do Além Paraíba, São José do Paraíso. In: CÓDICE 3408, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

²² Cf. CARTA enviada pelo Director do Grupo Ernesto Santiago à Secretaria do Interior de Minas Geraes *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de São João Nepomuceno, São João Evangelista, São José dos Botelhos, São José do Além Paraíba, São José do Paraíso. In: CÓDICE SI 3408, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Ainda em relação aos hinos para os estrangeiros, outro episódio foi relatado em uma festa de recepção do Senhor George Chalmers,²³ ocorrido na cidade de Villa Nova de Lima, registrado em carta de 25 de setembro de 1912 pelo diretor Deniz Augusto de Araujo Valle.²⁴

O diretor Deniz Augusto, do Grupo Escolar de Villa Nova de Lima, em virtude de um editorial do jornal *A Tarde*, que ele considerou violento, grosseiro e injurioso, solicitou providências enérgicas contra os atos indignos atribuídos ao estabelecimento que ele dirigia.

O diretor informou que o referido jornal, sem reconhecer nenhuma autoridade legal, tampouco moral, tentou impor censuras aos funcionários públicos. Então, decidiu informar as ocorrências que o levaram a restabelecer uma verdade que teria sido adulterada do ponto de vista do diretor.

O Grupo foi convidado por uma comissão de cavalheiros para tomar parte de demonstrações de regozijo pelo regresso do Sr. Dr. George Chalmers. O diretor procurou o inspetor escolar, que permitiu a participação do Grupo naqueles festejos.

Sugeriu-se, então, que os alunos cantassem o hino inglês, e o diretor, considerando que o referido senhor era um estrangeiro benemérito, julgou simpática a ideia que julgava de delicadeza para com o referido senhor.

Todavia, foi necessário que se interrompessem aqueles ensaios, uma vez que a execução do hino por parte dos alunos estava difícil. Todos de Grupo compareceram à festa, com exceção da professora, que preferiu não participar daquela manifestação, assim como outras duas professoras, que não estavam em exercício.

Contrariado pela injustiça com que foram tratados, o diretor submeteu ao critério da Secretaria do Interior o procedimento da direção do Grupo e afirmou que a desconsideração do jornal *A Tarde* tinha origem em ressentimentos anteriores.

A correspondência do diretor sobre os motivos que determinaram o comparecimento do Grupo Escolar e o fato de o referido Grupo ter sido acemente censurado pelo jornal *A Tarde* foi respondida pelo inspetor Ignácio Izidoro Magalhães no dia 30 de setembro de 1912:

²³ Sobre George Chalmers, cf. COUTO, Ebenézer Pereira; COSTA, Armando Dalla. *Trajatória histórica da empresa mineração Morro Velho*. Disponível em: www.abphe.org.br. Acesso em: 12 ago. 2009.

²⁴ CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo diretor Deniz Augusto de Araujo Valle em 25 de setembro de 1912 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Uberaba, Villa Braz, Villa Nova de Lima, Villa Platina e Villa Silvestre Ferraz. In: CÓDICE 3416, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

[...] Lastimo entretanto que a manifestação feita ao Dr. Chalmers irritasse por tal forma o informante, e que o seu ódio se convergisse só para o Grupo, que, afinal, não a promoveu mas apenas tomou parte por convite. Por mim só não poderia oppor embargo á accusação que o informante faz quanto ao modo pelo qual se portou o Dr. Chamers para com os manifestantes, porque não estava presente, mas quem o conhece não pode acredita-lo capaz de tal procedimento, e alem disso, pessoas insuspeitas que assistiram a sua passagem affirmam o contrario. Quanto ao hymno que o informante assevera ter cantado pelas creanças, não o foi – embora houvesse a principio esse desejo. Felizmente para este logar, é uma injustiça a accusação que o informante faz ao Grupo, que até o presente jamais faltou ao cumprimento dos seus deveres. Parece-me tratar-se de um despeitado com a situação política dominante e que no seu despeito procura arrastar o Grupo para esse terreno. Entretanto, qualquer que seja vossa resolução neste caso, será recebida com o devido respeito que vos tributo. Saude e fraternidade.²⁵

Diferentemente do que propunha o boletim *Vida Escolar*, com relação ao canto de aos hinos estrangeiros pelos alunos do Grupo, os cantos de hinos de outros países eram polêmicos! O canto deles, por vezes, parecia insultar a população. Considerados malvistas pelas autoridades e pela população de maneira geral, os hinos geravam conflitos e representavam questões políticas importantes. Mesmo quando os estrangeiros tinham uma ação favorável a determinada instituição ou região, ainda assim, parecia gerar certo mal-estar.

A celebração do dia *14 de julho*, quando se comemora a queda da Bastilha, importante para os franceses, também foi inspiração para as escolas públicas primárias brasileiras e mineiras, especialmente para os grupos escolares. Na documentação da Secretaria do Interior, há registros de um hino chamado *Marselhesa brasileira*, em comemoração à data de 14 de julho, cuja letra não foi encontrada.

O registro está em um recorte de jornal não identificado, que acompanha uma carta enviada pelo professor Jayme Pereira Pinto, da cidade de Sant’Anna de Cataguases, à Secretaria do Interior de Minas Gerais, de 14 de julho de 1910:

14 DE JULHO

Quer a sessão, quer a festa de rua foram abrilhantadas pela corporação de musica local, que patrioticamente se prestou, tocando animadas peças de seu bem escolhido repertório e acompanhando o hymno Marselhesa Brasileira,

²⁵ Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de Uberaba, Villa Braz, Villa Nova de Lima, Villa Platina e Villa Silvestre Ferraz. Carta do Supplente do Inspector Escolar, Senhor Ignácio Izidoro de Magalhães. In: CÓDICE SI 3416, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

pela primeira vez entoado pelos alunos do grupo, com extraordinário sucesso.²⁶

Carvalho (1990) citou a *Marselhesa* como um símbolo universal da revolução, que ultrapassava fronteiras e provocava grande entusiasmo – era a República radical. Ele registrou as palavras de um oficial da Marinha que expressavam os sentimentos mobilizados: “Todas as nossas aspirações, [...] eram de fato copiadas das tradições francesas. [...] A *Marselhesa* era nosso hino de guerra, e sabíamos de cor os episódios da grande revolução” (CARVALHO, 1990, p. 12). O autor ainda afirmou que, em uma sessão espírita ocorrida no Rio de Janeiro, o espírito de Rouget de Lisle, autor da *Marselleise*, teria ditado a *Marselhesa brasileira*, letra e música, de letra atroz, como afirma o autor, que escreveu a seguinte estrofe:

[...]
 Livre ser!
 Livre feito
 Clame nosso peito!
 Clame nosso peito!
 Como um trovão desfeito!
 Vivam, vivam, vivam os marciais,
 Fortes, leais!
 Vivam, vivam, os marciais! (CARVALHO, 1990, p. 124)

Outros hinos também foram identificados nas fontes, todavia as letras não constavam da documentação, dentre eles: *Hymno ás aves*,²⁷ *Hymno de Minas Geraes*,²⁸ *Hymnos de alegria*,²⁹ *Hymno a Deus – o Grande Republicano do Universo*,³⁰ *Hymno Ave Pátria* e *Hymno Acadêmico*,³¹ *Hymno da Independência*,³² *Hymno Sou Brasileiro*.³³

²⁶ Cf. CÓDICE – SI 3336. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

²⁷ REVISTA DO ENSINO, Anno IV, n. 29, janeiro 1929, p. 28-32. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

²⁸ Cf. PROGRAMMA do Grupo Escolar Coronel Gaspar, na Villa da Pedra Branca para as Festas cívicas commemorativas da Republica Brasileira e da criação da Bandeira Nacional. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Festas Escolares – Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

²⁹ Cf. CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo professor Olegário Pinheiro de Azevedo, cidade de Laranjal. In: CÓDICE SI 3337, 13 out. 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

³⁰ Cf. CARTA do Grupo Escolar de São Manoel enviada à Secretaria do Interior datada de 15 de novembro de 1913, assinada por Carolina M. Torres, Directora e efetiva. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

³¹ Cf. ACTA da Sessão Cívica em homenagem à data da morte de Tiradentes, no edifício do Grupo Escolar “Cônego Ulisses”, Cidade de Tiradentes. In: CÓDICE SI 3403. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

³² Cf. CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo professor Manoel da Silva Pinto e pela professora Maria da Conceição da Matta Fonseca, em 19 de novembro de 1913, cidade de Tiradentes, pela comemoração da instituição da Bandeira da Republica pelas escolas públicas daquela cidade. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

As tensões ocorridas nas festas também puderam ser observadas levando-se em consideração o período entre as duas grandes reformas educacionais, de 1906 e 1927, como constou em uma matéria da *Revista do Ensino* (n. 30, p. 98-99, fev. 1929).

O artigo apontou críticas contundentes aos programas festivos das escolas e dos grupos escolares do Estado. Com o nome de *Adiós, muchachos*, o texto fazia referências ao “mau gosto deplorável” na organização dos programas das festas escolares, pois, não raro, cantavam músicas como *Adiós muchachos*, *La Francesita*, *Papa Ladrón*, *Adiós mis farras*, dentre outras.

Considerando que as festas escolares objetivavam a comemoração de datas e vultos visando a produção de uma memória nacional, havia um questionamento sobre a implantação de ações que fossem contrárias ao ensino, ao nacionalismo e à moral. Para finalizar, a revista sugere “Convem manusear o *Hymanario* e o *Cancioneiro* ou procurar outras canções que envolvam a consecução do fim das festas escolares, que é accentuar o patriotismo na alma infantil”. (REVISTA DO ENSINO, Anno IV, n. 30, p. 98-99, fev. 1929)

Observa-se o fato de que nos documentos da Secretaria do Interior não foram encontrados os nomes dessas músicas ou hinos aos quais a *Revista do Ensino* se referiu. Isso pode indiciar, por um lado, a preocupação sobre o conteúdo que deveria ser mostrado para um órgão público, pois este não podia revelar conteúdos “negativos” ou de caráter duvidoso, que cultivavam o ócio e o prazer, como os das músicas *Papa Ladrón* ou *Adiós mis farras*. Por outro, o tipo de texto produzido para a *Revista do Ensino* tinha finalidade doutrinária e informava as ações pretendidas para as professoras primárias no exercício de suas funções. Nesse caso, o estímulo ao manuseio do *Hymnario* e do *Cancioneiro* estimularia a retomada dos sentidos das festas da formação pátria, do amor ao trabalho e do respeito à escola como instituição formadora.

Essa discussão sobre os hinos e as músicas para festas escolares demonstra uma tensão sobre o espaço escolar e o não escolar, uma vez que essas músicas citadas eram consideradas românticas e cultivavam o ócio, o prazer e a fuga dos deveres do cidadão, como afirmou Müller (2000).

³³ Cf. CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo professores públicos João Ildefonso do Nascimento, Cecília Guimarães Furtado Dalila Vaz do Nascimento em 20 de novembro de 1913, Vista Alegre (Cataguases), pela comemoração da Festa da Bandeira. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

As festas escolares, seus percursos e seus destinos: progresso e civilização

*O contraste entre a cidade e o campo...
É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo
Na divisão do trabalho e numa atividade a ele imposta,
Uma subsunção que transforma um num obtuso animal urbano,
E, o outro, num obtuso animal rural.
(MARX; ENGELS, 1928, p. 271-272,
apud BENJAMIN, 1989, p. 206)*

O diretor do Grupo Escolar de Rio Preto, Sr. Aniceto Alcino de Medeiros, em carta enviada à Secretaria do Interior, comunicou, no dia 9 de setembro de 1912, que todos seguiram para uma fazenda localizada a 2 quilômetros da cidade, sendo que a Bandeira do Brasil foi conduzida por cinco gentis alunas do Grupo:

[...] notando-se um contentamento nas crianças que, espontaneamente, no trajecto, victoriavam entusiasticamente os nomes de V. Exa., o do Exmo. Snr. Julio Bueno Brandão, os dos Exmos. Snrs. Dr. Arthur Bernardes, José Gonçalves, Henrique Portugal, Ribeiro de Abreu e as memorias venerandas de João Pinheiro, José Bonifacio, Evaristo da Veiga, Tiradentes, Rio Branco, Cajuru, etc. Em certo lugar, fallou o Director sobre Geografia. No cimo de uma pitoresca colina que era banhada pelo majestoso Rio Preto circundada pela pitoresca ramificação da [...] foi desfraldado o Pavilhão Nacional no apogeu d'uma árvore, iniciando-se em baixo uma sessão litteraria em que tomaram parte os seguintes alumnos: João Moreira, Edmundo Neves, Ruth Brandão, Clotildes Machado, Catharina Lamanna, desempenhando galhardamente sua missão. A petisada recebia com palmas e vivas seus collegas.³⁴

Nessas frases, o diretor, além de destacar nomes importantes da política mineira e brasileira da época, fez um discurso em um lugar “no apogeu d'uma árvore”, que ficava no “cimo de uma pitoresca colina”, “banhada pelo majestoso Rio Preto” e lá foi desfraldado o Pavilhão Nacional: a ambiência produzida pela natureza exuberante, a árvore, que pela simbologia da Revolução Francesa representa um lugar revolucionário, a árvore da liberdade. A escolha do local para realizar o discurso, por certo, não foi aleatória, pois as festas deveriam cumprir um lugar no imaginário das crianças.

³⁴ CARTA do Director Aniceto Alcino de Medeiros, Grupo Escolar de Rio Preto, cidade de Rio Preto, 9 de setembro de 1912 *apud* Papéis findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant'Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo. In: CÓDICE SI 3412. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Ozouf (1988) contribuiu para a análise do espaço festivo afirmando que havia relações nos usos e nas apropriações simbólicas do espaço urbano nas festas para celebrar a Revolução Francesa. Ela assinalou que os organizadores das festas criaram três tipos de rotas simbólicas diferenciadas: uma delas conectava a cidade mercantil velha a uma cidade mercantil clássica. Nessa rota, os organizadores propunham, por exemplo, um percurso pelo norte da cidade, que era uma rota popular onde estavam os quarteirões mercantis e as tradições sacras; a outra abandonava a cidade velha e apontava para o futuro, para as novas construções, para as novas vias, mas passava por prédios públicos tradicionais; e a terceira combinava as duas anteriores e ligava a cidade velha aos novos distritos, com itinerários ambiciosos.

Nos documentos relativos às festas escolares das escolas públicas mineiras foi possível identificar dois tipos de passeatas: as campestres e as passeatas urbanas. Quanto às passeatas campestres, havia registro de: visitas a pomares, chácaras, fazendas e caixas d'água. Quanto às urbanas, os prédios públicos e comerciais de diferentes cidades mineiras foram destacados ou até mesmo a casa de pessoas públicas com posições políticas importantes, chamadas "pessoas gradadas": vigários, inspetores, capitães, juízes, foram alguns dos sujeitos citados de maneira recorrente em diferentes documentos.

Entre os prédios públicos destacados encontram-se: fórum, câmara municipal, correios e os próprios grupos escolares, locais onde havia as paradas para as alocações, para os discursos e para a execução de hinos.

Havia festas que impactavam o comércio local, que, às vezes, era fechado, a pedido de um inspetor ou de um diretor do Grupo Escolar da região. Há registros de empresas que emprestavam seus espaços para as crianças assistirem a peças teatrais ou a cinemas nas cidades. E, por fim, outras festas que terminavam nas farmácias, para que as crianças fossem vacinadas em épocas de surtos de determinadas doenças – por exemplo, a varíola.

Uma correspondência do Grupo Escolar Domingos Bibiano enviada pelo Sr. Symphonio Reis, diretor do referido Grupo, da cidade de Queluz, em de 21 de agosto de 1912, ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, secretário do Interior, informava sobre a comemoração do aniversário do Grupo:

[...] por entre hymnos patrióticos e ruidosas aclamações, seguimos todos em excursão campestre até a Chacara Candido Moraes, onde os alumnos abundantemente reuniram-se de fructas que lhes foram offerecidas pelo

Director, voltando todos com as mesmas manifestações de alegria até o Grupo Escolar, onde terminaram os festejos ás 4 ½ horas da tarde.³⁵

A Diretoria do Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiro”, de São João Evangelista, destacou que na festa realizada em comemoração ao dia 7 de setembro de 1913³⁶ as principais ruas da Villa ficaram iluminadas a pedido dele. A luz elétrica ocupava, na simbologia da cidade, lugar de progresso, por isso manter as luzes acesas durante o festejo era fundamental.

Já o Grupo Escolar de Villa Nova de Lima comemorou a Proclamação da República com uma passeata cívica da qual tomaram parte as autoridades escolares, o diretor, a maioria dos professores e alunos do Grupo, conforme informações do diretor, Deniz Augusto de Araujo Valle, em carta datada de 17 de novembro de 1913 ao Exmo. Dr. Delfim Moreira, secretário do Interior de Minas Gerais. Ele informou, também, que os alunos, após a realização dos exercícios ginásticos realizados na Praça Bernardino de Lima, seguiram para assistir ao espetáculo de cinema oferecido por uma empresa a todas as escolas daquela Villa.³⁷

A Festa da Bandeira do Grupo Escolar Coronel Gaspar, da cidade de Pena Branca, realizada em 19 de novembro de 1910 e comunicada por carta à Secretaria do Interior de Minas Gerais no dia 22 de novembro daquele ano, foi assim registrada:

Ás 5 horas da tarde, grupo e imediações estando cheios de povo, organizou-se imponente préstito cívico obedecendo a seguinte ordem: na vanguarda as meninas conduzindo as bandeiras dos Estados, agitadas de continuo com garbo e graça; centro, a banda ‘Delfim Moreira’; rectaguarda, os meninos a dois; fechando-o grande massa popular. O préstito, guiado por duas meninas empunhando para o “Estandarte do Grupo” e a Bandeira, desfilou, entre vivas e exultações, ao som de dobrados festivos, pela rua Municipal e Nova em direcção ao “Cinema” – onde se realizariam as sessões – magna, glorificadora bandeira e em seguimento, a cinematographica pró “Caixa”, graças aos nobres intuitos do empresario Sr. Macedo Jor.³⁸

³⁵ Cf. CARTA do Director do Grupo Escolar Domingos Bibiano, cidade de Queluz, 21 de agosto de 1912 *apud* Papéis findos dos grupos escolares de Pitangui, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prados, Dolores de Campos (Prados), Prata e Queluz. In: CÓDICE SI 3411, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

³⁶ Cf. FESTAS escolares – Carta enviada à Secretaria do Interior de MG em 9 de setembro de 1913, assinada pelo diretor Franklin Pereira dos Reis, do Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiros”. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

³⁷ Cf. FESTAS escolares – CARTA enviada à Secretaria do Interior de MG em 17 de novembro de 1913, assinada pelo diretor Deniz Augusto de Araujo Valle, do Grupo Escolar de Villa Nova de Lima. SI 3421, 1913.

³⁸ Cf. CARTA do Director Arcado do Nascimento Moura enviada à Secretaria do Interior em 22 de novembro de 1910. In: CÓDICE SI 3338, nov./dez. 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

A professora Emilia Augusta de Magalhães Gomes e sua adjunta Lavinia Cerqueira enviaram carta à Secretaria do Interior comunicando a realização da grandiosa data de *7 de setembro*, com data de 8 de setembro de 1913. Ela destacou que, em obediência, o programa por elas delineado teve início às 6 horas, quando foi içado o Pavilhão Nacional no edifício escolar para a execução do hino e das evoluções militares e para o canto dos hinos patrióticos pelos alunos. Posteriormente, fizeram uma excursão à caixa d'água, que distava 1 quilômetro do local, cujo regresso foi às 10 horas.³⁹

Destaque para a participação de um Grupo Escolar na inauguração de um ramal férreo, realizado em São Pedro do Pequiry, município de Mar de Espanha, em 1911, conforme consta no relatório anual do Grupo Escolar Antero Dutra, assinado pela diretora Virginia de Barcellos, em 2 de janeiro de 1912.⁴⁰

Os aspectos relativos à higiene e ao saneamento das cidades eram fundamentais, além da preocupação com o progresso; portanto, entrelaçar as festas escolares a esses aspectos era imprescindível.

Em uma das cartas encaminhadas à Secretaria do Interior, o professor José Antonio d'Almeida Junior comunicou que os alunos comemoraram a Festa da Bandeira formando duas filas e, depois, entoaram o hino próprio para aquela festa. A bandeira foi solenemente alçada após ser conduzida por dois alunos, em obediência ao art. 132, n. 19, do Regulamento escolar. Ele avisou, também, que os alunos cantaram o Hino Nacional e que, em seguida, ele os levou “à farmácia do Sr. Luiz Augusto da Silva, onde foram vacinados para evitar o contágio da varicella que está grassando neste lugar. Saúde e Fraternidade.”⁴¹

Finalizo este tópico com um conto de Olavo Bilac, do livro “Contos Pátrios”. Este livro circulou nas escolas públicas primárias mineiras e nos grupos escolares e constou de inventários de alguns grupos.⁴² Ele expressa os sentidos pretendidos pelo regime republicano

³⁹ Cf. CARTA enviada à Secretaria do Interior por Emilia Augusta Magalhães Gomes e a adjunta, Lavinia Cerqueira, datada de 8 de setembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴⁰ Cf. PAPÉIS findos dos grupos escolares de Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Aventureiro, São Pedro do Pequery (Mar de Espanha), Mariana e Montes Claros. In: CÓDICE SI 3407, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴¹ Cf. CARTA do Professor José Antonio d'Almeida Junior, Conquista de Itaúna. In: CÓDICE SI 3421– Festas escolares, 19 nov. 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴² Cf. INVENTÁRIO dos bens do Grupo Escolar do Carmo do Escaramuça (Livros existentes na Biblioteca): *Primeira Leitura* – 60; *Nossos Amigos* – 40; *Boas-creanças* – 40; *Patria Brasileira* – 20; *Lingua Patria* – 5; *Geographia* – 5; *Historia Patria* – 5; *Anuarios 907* – 5; *Anuarios 908* – 5; *Paginas Infantis* – 5; *Diario de Vera Cruz* – 5; *Cartilha Analytica* – 5; *Arithmetica Primaria* – 5; *Educação Nacional* – 5; *Legislação do Ensino* – 1; *Hymnos escolares* – 4; *Boletins Escolares* – 107; *Historia de Minas Geraes* – 5; *Higiene Escolar* – 5; *Contos Patrios* – 20; *Segundo de Leitura* – 40; *Exercicios de Leitura* – 50; *Cultura dos Campos* – 20. – O

quando estabeleceu seu calendário festivo. A realização das festas e do destino delas vai de encontro a um ideário pretendido, como se pode observar nas contundentes palavras de um pai explicando ao filho o que é “Civilização”, nome de um conto de Olavo Bilac, a seguir sintetizado.

Neste texto, o autor apresenta uma família reunida em torno de uma grande mesa da sala de jantar, enquanto passava o serão. Um menino, de nome Otávio (coincidência – ou não, mesmo nome do autor do livro *Festas Nacionais*), debruçado sobre a mesa, buscava por terras e mares, em longas viagens pela África, Ásia e outras regiões, quando, de repente, perguntou ao pai o que é civilização. O pai estranhou a pergunta do menino. Este, por sua vez, respondeu simplesmente, que era porque estava escrito nos livros. Então, o pai explicou:

– A civilização, que é a difusão das riquezas materiais, intelectuais e morais, não pode nunca, sem um longo trabalho de reforma paciente, tomar conta de um país. Para que um povo tenha civilização é necessário que o moroso passar dos séculos vá aperfeiçoando o caráter desse povo. Assim se a terra brasileira é hoje próspera e forte, foi necessário para isso o esforço coletivo e anônimo das gerações que se têm sucedido. Tu, que nasceste em plena civilização, gozando os benefícios que o trabalho dos teus antepassados preparou, concentra o teu espírito, e contemplando o presente e lembrando o passado, compara-os, admirando o que foi esse lento progresso. [...]. (BILAC; COELHO NETO 2001, p. 133)

O pai lembrou ao menino a vida difícil: o solo bruto; as florestas fechadas; os rios acachoeirados que dificultavam a passagem do homem; a habitação sem pouso certo; e as guerras constantes, mas que hoje a população cresceu e o esforço humano venceu a hostilidade da natureza. Florestas abertas, serras, pontes, domínio das águas dos rios, arado que rasga a terra. A civilização forma uma rede prodigiosa, como uma enorme árvore que se ramificou. De troncos partem galhos, de galhos, ramagens e novos troncos vão pouco a pouco se fixando no solo e expandindo-se novamente. Esses canais circulantes é que levam o trabalho como o sangue vai para as veias e artérias e nutre o organismo.

Assim, também, trilhos, fios telegráficos, eletricidade... tudo isso transmite o pensamento que congrega o ideal de ordem, disciplina e todos os cérebros submetidos ao governo da lei, explicava o pai.

diretor, Gregorio Lelles Gavião, 28 de dezembro de 1911. [APÉIS findos dos grupos escolares de Palmira, Paracatu, Paraguaçu, Passa-Quatro e Piranga. In: CÓDICE SI 3409, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM)]

As habitações de hoje são limpas, e quando o trabalhador vai para o seu trabalho deixa a família feliz. Quando o pai volta para a casa e vê a fumaça na chaminé, percebe que não faltou o pão nem o sossego. Ele também lembrou a Otávio sobre as multidões das cidades, cada uma em sua terra, uma à beira-mar, vendo as águas do cais e os navios, cada um com sua bandeira. Outras, nas serras, próximas às igrejas ouvindo os sinos, as máquinas e as fábricas, a glória do homem!

É claro, que para as crianças havia a escola, fruto da civilização. Ele explicava ao menino que aquela escola era diferente da outra, que era lugar do martírio e da tristeza. Agora, a escola é o prolongamento da casa, sem castigos corporais, sem dor física. O exemplo era o meio de formar a alma da criança, explicava a Otávio:

Salas claras, diante dos mapas, diante dos livros, as crianças já não bocejam, acabrunhadas pelo tédio [...] ouvem as lições, o desabrochar da sua inteligência na alegria, que é a saúde moral, e na vontade de saber, que é o elemento principal da educação. E tens o que é a vida de hoje em tua pátria, meu filho! E aí tens o que é civilização. (BILAC, 2001, p. 133)

Otávio pergunta ao pai se o progresso é completo e o pai finaliza com as seguintes palavras.

– Não. O progresso humano é incessante e infundável. O trabalho do Homem não pára. No meio das imperfeições e das injustiças que ainda há nas sociedades civilizadas, esse trabalho é a garantia de um futuro cada vez melhor. O esforço coletivo, animado pelo amor e pela bondade, há de um dia nivelar a todos os homens, e há de assentar no seio do planeta que habitamos a felicidade completa. Tu, que amas a terra em que nasceste, aprende, reconhecendo o valor do que os teus avós já fizeram, a sacrificar o teu próprio bem ao bem comum, para que os teus filhos e os teus netos possam abençoar a tua memória, com abençãos a memória dos que te deram a civilização. (BILAC, 2001, p. 37)

Sinais de progresso: o acesso à água, a transportabilidade dos trens, a luz elétrica, as conquistas do homem sobre a natureza permitiram aos habitantes novas maneiras de se apropriar das formas, dos espaços e dos tempos urbanos.

A fotografia e o cinema foram inovações da técnica que permitiram aos habitantes das cidades novas sensibilidades e novas experiências estéticas, impondo-lhes um sistema sensorial de natureza complexa, como afirma Benjamin (1989), que transformava suas formas

de apropriação do mundo, do tempo, das maneiras de ver, de sentir e de perceber o ambiente em que estavam.

As festas escolares, ao imporem diferentes percursos, estabeleciam uma relação política, pois destacavam prédios ou casas de pessoas gradas, juízes, padres, inspetores, professores e todos aqueles que de alguma forma contribuía para uma imagem positiva daquele regime político. Na tarefa de civilizar o cidadão, a cidade que República queria mostrar, trazia os seus marcos, pois o cidadão republicano deveria ser limpo, trabalhador, moderno, civilizado, pai de família, instruído e, acima de tudo, deveria amar a Pátria.

As festas escolares: resistências, tensões e desafios

Um texto do boletim *Vida Escolar*, da cidade de Lavras, é revelador da expressão do que pretendia o regime republicano para as escolas públicas primárias. Na sessão do boletim intitulada “Desertores do Grupo”, Firmino Costa, diretor do Grupo Escolar de Lavras, inicia dizendo que não são poucos os “coitadinhos” que desertaram do Grupo e trocaram a escola pela rua e que deram preferência à indiferença dos transeuntes ao zelo dos professores, e assim desprezaram a educação para se tornarem escravos da ignorância. E continuava afirmando que não compreendia a ação dos pais e dos responsáveis em relação aos pequeninos, para os quais a escola seria importante para o cultivo do entendimento e para a formação do caráter; e, por maior que seja a ignorância da família, o referido diretor registrava a sua não compreensão do desprezo para com a educação da prole por parte da família.

E finaliza registrando que, assim como era proibida a deserção do exército, também deveria ser proibida a deserção da escola, porque “sem forças numerosas e disciplinadas a Republica não poderá impor-se ao respeito das outras nações; sem instrucção generalizada e methodica ella não conseguirá acompanhar a marcha da civilização”. (VIDA ESCOLAR, n. 32, 15 out. 1908)

A Directoria do Grupo Escolar de Paracatu⁴³ enviou, em 24 de dezembro de 1912, um relatório para a Secretaria do Interior de Minas Gerais. Nesse documento, foi registrado que houve comemoração solene, como nos anos anteriores, das primeiras datas nacionais.

Nas festas cívicas realizadas naquela casa de ensino, participaram professores, alunos e “duas prestimosas bandas de música locais” chamadas “Fraternidade” e “Euterpe”, com a assistência de cavalheiros, senhoras e senhoritas. As festas de maior imponência foram as de 31 de janeiro, festa de instalação do ano letivo; de *21 de abril* em homenagem a Tiradentes; de 26 de setembro para comemorar o quarto aniversário de instalação do Grupo; as dos dias *15 e 19 de novembro*, respectivamente, para comemorar o aniversário da proclamação da República e do decreto que instituiu a bandeira nacional; e a do dia 8 de dezembro, para comemorar uma sessão solene de entrega de certificados aos alunos que concluíram o curso primário naquele estabelecimento naquele ano de 1912.

O diretor Roriz revelou seu “desgosto e pesar” com relação à participação da maioria dos professores e de seus auxiliares nas festas cívicas que ele promovia no estabelecimento sob sua direção. E afirmava que o seu trabalho se tornava pesado e dispendioso quando tentava realizar aquelas solenidades pelas quais tinha extraordinário apreço e que julgava serem necessárias e proveitosas para a educação da infância. Encontrava resistência por parte de seus companheiros dos quais não tinha o auxílio, e considerava as ações deles insignificantes para um fim que era tão louvável.

O diretor lamentou, também, a indiferença dos pais de famílias da cidade, que goza de foros de muito civilizada não somente em relação às festas do Grupo às quais nem se convidados assistem, bem como não dão a devida importância aos exames de seus filhos e às solenidades de entrega de certificados. E finaliza, reclamando da indiferença das autoridades locais que, mesmo convidadas, não compareciam às festas realizadas no Grupo, às quais falta até mesmo o próprio inspetor escolar.

É uma tristeza viver-se hoje em minha terra! Não fosse a minha tenacidade e a extraordinária força de vontade que possuo, já tinham desaparecido desta

⁴³ Cf. DOCUMENTO assinado pelo diretor [ilegível] Roriz. In: CÓDICE SI 3382, 2ª. Parte. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. No item Conclusão deste mesmo relatório, diretoria do referido grupo afirmou: “Foi lido nesta cidade com especial agrado, particularmente desta Directoria e do corpo docente do Grupo, o decreto de 26 de novembro ultimo publicado no [jornal] ‘Minas Geraes’ n. 281 de 28 do mesmo mudando a este estabelecimento a denominação de ‘Grupo Escolar Dr. Afrânio’. O nosso illustre e distinto patricio, cujo nome fica assim intrinsecamente ligado a este estabelecimento, é merecido, por diversos títulos, da gratidão e veneração dos paracatuenses que vêm nelle um digno conterrâneo que sabe honrar esta terra que lhe foi berço e que tantos e valiosos serviços a ella já tem prestado.”

cidade os festejos escolares por mim instituídos e inaugurados aqui, quando promotor da justiça e inspetor escolar municipal em tempos em que não se conhecia ainda neste sertão esse valioso processo de educação cívica, hoje instituído oficialmente. Nunca, em tempo algum se fez aqui festejo escolar que não fosse promovido e levado a efeito por mim.⁴⁴

Neste parágrafo, o diretor registrou um discurso no qual tomou como ponto de partida a tristeza em relação às ações dos sujeitos, seus companheiros de trabalho e das famílias para valorizar sua própria ação e tenacidade em relação ao cargo que ocupava e aos seus esforços pessoais para o cumprimento de um item importante do regulamento do ensino, que certamente exercia uma função política importante. Nesta passagem, parece ter ficado explícita uma grande tensão que ultrapassava os muros da escola e que impactava as relações entre a instituição escolar e o relacionamento que ela tinha com as autoridades locais e com as famílias.

É interessante apontar que no relatório do Sr. Roriz, quando se referiu à “Inspeção” anotou que o inspetor regional daquela circunscrição, Sr. Alceu de Souza Novaes, fez 21 visitas ao Grupo Escolar Dr. Afrânio e, de todas elas, ele deixou apenas um único termo lavrado em 18 de março de 1912, remetido à Secretaria do Interior. O seu suplente municipal, Dr. Virgílio de Mendonça Uchoa, também fez apenas uma única visita ao Grupo e não lavrou nenhum termo. O quadro relatado parece indicar grandes tensões, uma vez que, pelo regulamento, as visitas deveriam ser registradas, assim como as visitas feitas em dias de festas. Dessa forma, o apagamento produzido pela falta do documento legal que deveria ser feito e entregue pelos inspetores à Secretaria do Interior evidencia tensões nas relações entre a instituição escolar, a família e a própria Secretaria.

Em outro relatório do Grupo Escolar de Marianna, de 24 de dezembro 1912, o diretor, Sr. José Ignácio de Sousa, escreveu sobre as festas escolares e deixou evidente que, dentre todas as festas lá realizadas, a que tinha causado melhor impressão havia sido a da Bandeira, no dia 19 de novembro daquele ano.

Segundo ele, aquela festa tinha sido encantadora e teve efeitos práticos. Ela constou de evoluções militares que foram executadas com segurança e garbo pelo batalhão infantil. Os exercícios físicos foram feitos pelas alunas do 1º ano, com a orientação da professora D. Francisca Dias Bicalho. Essa professora conhecia bem os segredos da esgrima e

⁴⁴ Cf. GRUPO Escolar Dr. Afrânio, Paracatu. In: CÓDICE SI 3382, 2ª. Parte, 24 dez. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

da música e fez uma adaptação dos cânticos e da música juntamente com os exercícios, de tal maneira que a assistência aprovou, com calorosos aplausos, o trabalho que teve um resultado artístico reconhecido por todos os presentes naquela sessão cívica.

Ao meio-dia, em frente ao prédio do Grupo, todos assistiram em forma a solenidade do hasteamento da Bandeira, saudada por prolongada salva de palmas por todos os alunos. O *Hino à Bandeira* foi cantado e, posteriormente, a aluna Júlia Braga falou sobre o tema “Por que devemos venerar e amar a nossa Bandeira”. A prática do hasteamento da bandeira sob o sol do meio-dia remete a uma passagem de Benjamin (1995 p. 212) chamada “Sombras curtas”, na qual ele enfoca a ideia da densidade do conhecimento incorporado e desenhado pelo sol a pino, que cria as suas orlas negras e delinea todas as coisas com o máximo de rigor. Elas ficam, então, prontas para se recolher, silenciosamente, à sua estrutura no *Sommergarten* (Jardim de Verão), no *Lebensmittag* (Meio-dia da vida).

Após a cerimônia, todos foram para a sala das sessões da Câmara Municipal, onde foi realizada uma sessão cívica que constou de discursos, comédias, cantos, monólogos, diálogos e canções e, depois, o aluno João Masario de Castro dissertou sobre o tema “O que é Pátria?” e a aluna Maria Esther Machado, sobre “O que é preciso para ser bom cidadão?” Para finalizar, o diretor José Ignácio de Souza afirmou sobre a sua luta para “executar essa parte do programa uma vez que lhe falta uma sala com as dimensões necessárias.”⁴⁵

Entre os desafios encontrados na realização das festas escolares estão os que se relacionavam não apenas à mobilização dos alunos e de suas famílias, bem como dos próprios professores, mas, principalmente, havia a necessidade inculcar os valores republicanos.

As festas para a morte e a construção dos heróis nacionais

Os mortos

Esse dia que ainda se reserva aos Finados é quase desnecessário em seu simbolismo, porque os moços não reparam nele, e os maduros e os velhos já tem formado o seu sentimento da morte e dos mortos. Esta é uma conquista do tempo, e prescinde de comemorações para se consolidar. Basta o

⁴⁵ Cf. RELATÓRIO do Grupo Escolar de Marianna, de 24 de dezembro de 1912, assinado pelo diretor José Ignácio de Sousa. In: CÓDICE SI 3382, 1ª. parte. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

exercício do viver, para nos desprender capciosamente da vida, ou, pelo menos, para entrelaçá-la de tal jeito com a morte, que passamos a sentir essa última como forma daquela, e forma talvez mais apurada, à maneira de uma gravura, e vejo à minha frente um desses originais de Goeldi, em que o esplendor noturno é raiado de vermelho ou verde, numa condensação de treva tão intensa e compacta que não se sabe como a penetra nesse facho de luz deslumbrante, coexistindo daí por diante numa espécie de casamento sinistro, à primeira impressão. Não, não é sinistro. Posso informar pessoalmente que a imbricação da ideia de morte na ideia de vida não é arrasadora para o homem, senão que constitui uma das sínteses morais a que o tempo nos conduz, como parte da experiência individual. [...] (DRUMMOND, 2003, p. 362)

Essa crônica escrita por Carlos Drummond de Andrade sobre os mortos e o simbolismo do Dia de Finados leva-nos a refletir sobre os sentidos dessa celebração. Para o autor, celebrar essa data é desnecessário, pois os jovens não a reparam, e os velhos, esses já formaram o seu sentimento sobre a morte, porque essa pertence ao tempo.

Este não foi o pensamento de Rodrigo Octavio quando escreveu sobre as *Festas Nacionaes* (1908, p. 175).⁴⁶ Ele considerava o *2 de novembro* como a festa na qual se consagrava a celebração de grandes fatos e homens que concorreram para o progresso. Essa festa, portanto, representa “que o nosso coração personifica na saudade d’aqueles cuja memoria nos guia, cujo exemplo nos fortalece. Eles representam a grande cooperação anonyma, o elemento continuo de vida [...]”. (OCTAVIO, 1893, p. 259; OCTAVIO, 1908, p. 159)

Ele afirmou ainda:

Se a vida do individuo é curta, a memoria dos homens é eterna e é nessa memoria que se vive realmente [...].

Estes, argamassão hoje o esforço que amanhã ha de contribuir para a felicidade dos posteros, cujas bênçãos por sua vez, lhes cahirão sobre a memoria quando ella se houver espiritualizado na consubstanciação inponderavel da morte. (OCTAVIO, 1893, p. 264; OCTAVIO, 1908, p. 162)

Era com esse pensamento que se tentava estimular nos alunos a prática do comportamento baseado no exemplo dos grandes homens aos quais eles deveriam pautar as suas atitudes e impulsionar sua conduta individual.

⁴⁶ O referido livro circulou nas escolas públicas primárias do País e consta do inventário de diferentes escolas mineiras, cujos documentos compuseram o *corpus* documental deste trabalho. Na edição de 1908, há uma nota com os seguintes dizeres: “Pelo destino puramente escolar da presente edição, deixamos de reproduzir nella a brilhantíssima carta com que o Sr. Raul Pompéia illustrou a primeira edição d’esta obra. Os Editores”.

Com relação à celebração da Festa de Finados, encontramos um registro enviado à Secretaria do Interior por Raymundo Batista, diretor do Grupo Escolar de Caratinga, com data de 4 de novembro de 1912. Nele foi comunicado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira que o corpo docente e os alunos uniformizados, e na melhor ordem possível, ouviram uma missa e, posteriormente, visitaram “conjunctamente com mais de duas mil pessoas ao cemiterio local, tendo, ao partir, saudado á bandeira que foi alçada á meio pau”.⁴⁷

Chama a atenção nesse documento o número de pessoas que participaram da cerimônia: duas mil pessoas envolvidas numa festa escolar para a celebração de do Dia de Finados pode ser considerado um número alto, comparativamente aos documentos encontrados e analisados como fonte para este trabalho. Pode-se deixar uma reflexão, ainda que sem respostas, sobre qual teria sido o motivo para a grande motivação e mobilização para com aquela festa. Haveria alguma dimensão política específica maior e que não foi revelada?

Além das celebrações do Dia de Finados, havia, também, os dias em que se celebravam quando do passamento de algum nome da política local ou nacional. No Termo de visitas do Senhor Inspetor Escolar Francisco de Paula Teixeira consta que no dia 27 de outubro de 1908, às 11h30min, o inspetor escolar Tenente Francisco de Paula Teixeira chamou a atenção das alunas “e declarou ser portador da triste notícia do falecimento do eminente estadista o Exmo. Snr. Dr João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado de Minas. A morte deste grande homem foi um desastre para o Estado e para a instrucção publica”.⁴⁸

Teixeira solicitou que os trabalhos escolares fossem suspensos em sinal de profundo sentimento e lavrou uma ata para que fosse enviada à Secretaria do Interior, para o “Ilmo. Exmo. Snr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto”.

Epaminondas Lages Guedes, diretor do Grupo Escolar de Salinas, enviou uma carta em 16 de fevereiro de 1912,⁴⁹ confirmando que lhe foi entregue em mãos de um telegrama datado de 12 daquele mês comunicando a infausta notícia do falecimento do Barão do Rio Branco. O diretor considerou que aquele acontecimento enchia de luto toda a nação brasileira e, por isso, avisou que, por seu patriotismo e diante do que determinava o telegrama,

⁴⁷ Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴⁸ Cf. TERMO de visitas do Snr. Inspector escolar Francisco de Paula Teixeira. In: CÓDICE SI 3287, out. 1908. Papéis findos – In: CÓDICE SI 3287, out. 1908. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴⁹ Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant’Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). In: CÓDICE SI 3412. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

os trabalhos do Grupo Escolar haviam sido suspensos e a Bandeira Nacional hasteada em funeral.

O diretor do Grupo Escolar de São Manoel, Pedro [ilegível] Martino dos Reis comunicou em carta enviada à Secretaria do Interior de Minas Gerais, com data de 13 de junho de 1912, que a convite dele as professoras, antes de começarem as aulas, fizeram a biografia de Quintino Bocayuva, colocando em relevo seus esforços em prol da democracia brasileira, seu papel importante na política nacional, o que “concitou-nos a seguir nas pizadas do immortal republicano.”⁵⁰ O luto teve a duração de oito dias.

Marciano Eugenio de Souza Ferraz, diretor de São Gonçalo do Sapuchy, comunicou, em carta enviada no dia 16 de fevereiro de 1912 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Arthur Bernardes, secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, o recebimento do telegrama enviado em 13 de fevereiro e recebido no dia 15 de fevereiro. Ele comunicou, também, que sendo aquele o sétimo dia do passamento do grande estadista, Barão do Rio Branco, e, em cumprimento às ordens da Secretaria do Interior, os professores fizeram preleções aos alunos sobre a individualidade daquele brasileiro e, em seguida, os trabalhos escolares foram suspensos.⁵¹

A celebração silenciosa dos mortos talvez nos permita reconhecer, com a inspiração de Drummond (2003), sobre a serenidade da morte, porque não é possível deixar de lembrar dos mortos; eles habitam em nós, mesmo que não o saibamos. Ele afirma, ainda, que quando começarmos a sabê-lo já teremos alcançado o prêmio do envelhecer, que faz da ausência presença e a desnecessária celebração do Dia de Finados.

Trabalhos escolares suspensos. Sem bandas, sem fogos, sem música. Para celebrar os mortos apenas a bandeira mostrava-se diferente, a meio pau... Para os republicanos “a saudade e o exemplo dos que deixaram de existir são as forças que mais beneficentemente impulsionam a conducta individual. Veneremos a saudade...” (OCTAVIO, 1893, p. 264; OCTAVIO, 1908, p. 162). Com esse pensamento estruturava-se a ideia de construção dos heróis nacionais.

⁵⁰ Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de São Manoel, São Sebastião do Paraíso, Serro, Sete Lagoas, Silvianópolis e Três Corações. In: CÓDICE SI 3415, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁵¹ Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de Santa Quitéria, Capela Nova (Santa Quitéria), Santa Rita de Cássia, Santa Rita do Sapucaí, Dionísio (São Domingos do Prata), São Gonçalo do Sapucaí, São João D’el Rey. In: CÓDICE SI 3413, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Cenas festivas I – Festa da Bandeira⁵² – 1912

O Exmo. Dr. Delfim Moreira
Festa da Bandeira, em Montes Claros. O 19-Novembro-912
Instantaneo de Polydoro Reis, inspector regional

Ao Exmo. Dr. Delfim Moreira
Festa da Bandeira, em Montes Claros. 19-Novembro-912
Chegada ao Grupo dos alumnos, de volta da passeiata
Instantaneo de Polydoro Reis, inspector regional⁵³

⁵² Cf. GRUPO Escolar de Montes Claros. In: CÓDICE SI 3407, 19 nov. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁵³ FESTA da Bandeira – Chegada dos Alumnos – De volta da passeiata, instantaneo Polydoro Reis. In: CÓDICE SI 3407. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Festa da bandeira

Programma

1.º Alvorada pela banda Euterpe ás 5 horas da manhã.

2. Reunião dos alumnos do grupo escolar e das outras escolas ás 11 horas do dia, no edificio do grupo.

3. Ceremonia da saudação á bandeira.

2. parte. — **Theatro**

1. Discurso do Inspector Municipal Dr. Herculino Pereira de Souza.

2. Bailado Arco-iris por alumnos do grupo.

3 Santo de casa faz milagre—Scena patriótica.

4. As linguas — Cançoneta

5. Chon-Khina — Cançoneta

6. Olhos em leilão — Entre-acto em versos

7. A semana — Bailado

8. As escondidas — Cançoneta

9. A mentirosa — Comedia

10. Se eu fosse moça — Cançoneta

11. Não sei — Cançoneta

12. Ave remida — Allegoria em versos

13. O espelho — Cançoneta

14. Angelus --Allegoria mystica em versos

15. Cousas do Céu — Cançoneta

16. Conferencia de Haya.

Péde-se ao povo culto da Cidade o seu comparecimento ás festas.

Montes Claros, 19 de Novembro de 1912,

Dr. Herculino Pereira de Souza, Insp. Municipal

Festa da Bandeira, em Monte Largo, a 19 - 94 - 912.
Instantâneo de Elyson Bez, inspector regional.
Ao Emi. Dr. Delfino Affonso.



341 crianças, uniformadas.
a passeata





Com que roupa eu vou? As festas, as roupas e as *photographias*

No *corpus* documental da Secretaria do Interior do de Minas Gerais foram encontradas apenas três fotografias, duas delas de grupos escolares. A outra era um “instantâneo” de crianças do “Collegio Imaculada Conceição de Montes Claros, 1ª Prova sem retoque” destinada ao Sr. Exmo. Dr. Delfim Moreira, datada de 29 de dezembro de 1912. Essa fotografia estava acompanhada de uma solicitação para que a sobrinha do bispo de Montes Claros, Eponina Pinheiro de Carvalho, fosse nomeada na próxima oportunidade, fato que explicita os interesses políticos estabelecidos entre uma instituição privada, o Colégio Imaculada Conceição, da cidade de Montes Claros, de caráter religioso e, o Grupo Escolar, uma instituição pública.

Os “instantâneos” referentes a uma Festa da Bandeira de 1912 na cidade de Montes Claros, assinado pelo inspetor regional Polydoro Reis, foram destinados ao Excelentíssimo Doutor Delfim Moreira.

Essas fotografias foram referências para a narrativa que se segue, uma vez que elas são representações de uma dada realidade da qual depende não apenas o olhar do fotógrafo, mas das suas condições de produção.

No primeiro instantâneo, destacam-se as três meninas ocupando a parte central da imagem, estando uma delas empunhando uma grande bandeira, certamente em alusão à República brasileira.

Carvalho (1990) abordou sobre a importância do papel feminino para a República. Nas festas escolares, além desse registro fotográfico, há outros registros em programas festivos, em que meninas aparecem representando os Estados brasileiros ou, também em destaque, carregando a Bandeira do Brasil. Todavia, apesar desse esforço de legitimação do lugar feminino ocupando um lugar de destaque, isso podia transformar-se, como também afirmou o referido autor, em outros sentidos, dependendo da imagem produzida.

O inspetor regional, responsável pelas fotografias, anotou a presença de 341 crianças. Elas estavam divididas em dois grupos distintos. O povo que observava a festa, ocupava várias casas e edificações, e demonstrava grande mobilização. Portas e janelas abertas para permitir visibilidade, as crianças que participaram da Festa da Bandeira naquele

dia 19 de novembro de 1912 foram recebidas pelos professores e autoridades presentes no Grupo Escolar.

Meninas com vestidos de cor escura e de pala arredondada e fitas fazendo o adorno e empunhando bandeiras. Olhares atentos! Os meninos, do outro lado, de terninhos e quepe, alguns até em posição de continência.

Três meninas destacavam-se: uma delas segurava firmemente, e com as duas mãos, uma grande bandeira, e as outras meninas, de pés unidos, pareciam posar para aquele instantâneo histórico, a Festa da Bandeira. Pés juntos e a mão na cintura: a contenção dos gestos parecia indicar a sua finalidade... Cidadãos civilizados para a República!

Das sacadas e das portas das casas e dos edifícios, os habitantes da cidade aguardavam, com olhares atentos, a passagem daquelas crianças que desfilavam pelas ruas e praças, orgulhosas em seus uniformes e segurando suas bandeiras.

Na chegada dos últimos alunos ao Grupo, o inspetor regional Polydoro Reis fez o registro de um instantâneo singular: o menino com o seu carro de bois vendo os alunos participarem de uma grande festa escolar!

Na fachada do Grupo, dos nove grandes portais que havia, sete estavam abertos. Neles várias autoridades, a maioria, homens vestindo ternos escuros, parecia voltar seus olhares em direção à bandeira. Alguns habitantes da cidade, chapéus na cabeça, corpos recostados no muro ao lado do edifício do Grupo, meninos pequeninos, um de pé, outro sentado, todos acompanhavam o movimento da rua. Os alunos empunhavam suas bandeiras, que ainda podiam agitar antes de adentrar no recinto do Grupo para as demais solenidades.

Dessa cena descrita, chama atenção o registro fotográfico do inspetor: uma criança simples que puxava seu carro de bois. Parada, observava, com sua calça, tipo pescador, de cor escura, e camisa de mangas longas, pés descalços, chapéu na cabeça e uma grande vara, por certo usada para executar o seu trabalho de conduzir aquele carro de bois. O corpo ereto, o peito aberto, os pés unidos, o peito à mostra e o olhar atento, o corpo bem-comportado, sinal de respeito daquela criança em relação à festa.

O fato de o inspetor “fixar” aquele momento no seu ato de fotografar e encaminhá-lo à Secretaria do Interior, com a função de registrar os trabalhos realizados nas escolas, mostrou à Secretaria do Interior um processo vivenciado no cotidiano escolar de que, ainda que se pretendesse que todos estivessem na escola, algumas crianças ficavam fora dela. Assim, mostrar aquela cena foi uma decisão também política de sua ação. Ao decidir mostrar

um menino com o seu carro de bois no dia da Festa da Bandeira evidenciava as contradições de que, mesmo que os discursos demarcassem a dimensão solene das festas da Bandeira, como assim exigia o regulamento, havia as dificuldades das famílias em levar todas as crianças para a escola.

Uma imagem fotográfica é um artefato físico-químico produzido a partir de determinada tecnologia que pressupõe escolhas, inclusões e exclusões, bem como estabelece relações entre o sujeito que a produz, a tecnologia disponível e o conteúdo da fotografia. Portanto, é necessário conhecer as condições de produção de um documento, quem o produziu, para quem e com qual finalidade, perguntas importantes para compreender e analisar as fontes.

Ozouf (1988) fez uma discussão interessante na qual abordou questões relativas ao poder das imagens. A prática de tirar fotografias indicia um esforço de produção de uma memória, pois esta tem uma aura de veracidade que precisa ser problematizada.

Com relação às imagens, é interessante observar que as únicas fotografias localizadas na documentação da Secretaria do Interior para esta pesquisa foram essas referidas.

Todavia, a prática de tirar fotografias nos dias festivos era recorrente e foi citada em diferentes documentos, como este que registro do boletim *Vida Escolar* (Anno I, n. 2, 15 maio 1907, p. 1): “Antes da sessão solemne tiraram-se photographias de ambos os predios do Grupo com todos os professores e alumnos presentes”.

Uma carta do senhor Candido Prado, inspetor técnico da cidade de Passos, datada de 24 de abril de 1910 e enviada à Secretaria do Interior, além de comunicar a realização solene de uma festa nacional para comemorar a data de “21 do andante”, dizia: “Mandei photographar os alumnos e alumnas do Grupo acompanhados dos respectivos professores. Com satisfação offereço a V. Excia. duas photographias, uma de cada sexo. É uma lembrança de minha gratidão. Saúde e Fraternidade”.⁵⁴

Na lateral deste mesmo documento e próximo do local onde o inspetor registrou o envio das fotografias consta a seguinte observação: “A esta seção não chegaram as photographias”.⁵⁵

Há alguns pontos para serem colocados em questão: o primeiro é a função social que a fotografia parece ocupar - a de representar uma cópia da realidade, e nesse sentido

⁵⁴ Cf. CÓDICE 3336. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁵⁵ Cf. CÓDICE 3336. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

permitir, de alguma maneira, comprovar a existência de algum fenômeno ou de algo ou de alguém. Nesse caso, o inspetor, ao fotografar as crianças e seus respectivos professores no dia da realização de uma festa nacional, não necessariamente queria apenas demonstrar sua gratidão, mas também mostrar uma realização. Afinal, a presença de professores e de seus alunos e de suas alunas, de cada sexo, como registrou o documento, demonstrou uma preocupação em demarcar e mostrar uma presença.

Outra questão interessante é que se as fotografias eram tiradas nas instituições escolares, como consta nos documentos escritos, por que elas não estariam arquivadas? Qual teria sido o destino dessas cartas? Desapareceram no arquivo? Não teriam sido enviadas, ainda que nos textos das cartas constasse como “já enviadas”?

Carolina Martinha Torres, diretora do Grupo Escolar de São Manoel, enviou uma carta ao Secretário do Interior de Minas Gerais, com data de 13 de novembro de 1913, na qual informava a realização de uma sessão cívica com toda solenidade no Grupo⁵⁶ e “terminada a sessão cívica, foi tirada a photographia do estabelecimento com os alumnos presentes, a qual já vos foi remetida”.⁵⁷ Essa fotografia, assim como outras referenciadas aqui, não foram encontradas nos relatórios, apesar de constar como “já vos foi remetida”.

É indício de um estranho silenciamento dos arquivos ou de sua guarda, o que também parece contrapor-se à importância que a fotografia como documento deveria ocupar. Em que medida um relatório enviado com fotografias teria um lugar de maior importância ou não em relação aos demais relatórios?

No Grupo Escolar de Lavras incentivava-se não apenas a ida das crianças ao grupo no dia da festa, como se informava:

Será para estes, em todo o tempo, uma recordação alegre de sua infancia a photographia da festa escolar do Grupo, na qual se encontrarão reunidos os primeiros alumnos deste instituto. Quando se tornarem homens, os pequenos de hoje ver-se-ão alli entre os companheiros de escola, cada qual seguindo então sua estrella mais ou menos brilhante; contemplando seu retratinho entre os collegas, qual dos alumnos não sentirá mais tarde uma lembrança agradável deste tempo de agora, desta quadra feliz da meninice, em que a vida é toda cor de rosa!

⁵⁶ Cf. CARTA de Carolina Martinha Torres, Directora do Grupo Escolar de São Manoel, 13 de novembro de 1913. Festas Escolares – Não consta na referida carta o nome da vila onde se localiza o Grupo Escolar de São Manoel; em alguns documentos o nome do grupo é também o nome da vila. In: CÓDICE SI 3421. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁵⁷ Cf. CARTA da Directora Carolina Martinha Torres, Directora do Grupo Escolar de São Manoel, 13 de novembro de 1913. Festas Escolares. In: CÓDICE SI 3421. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Ora, ainda custando-nos sacrifício, que não valerá a pena dar aos filhos tão grande alegria no presente, tão doce recordação para o futuro? (VIDA ESCOLAR, n. 13, 1 nov. 1907)

A produção da fotografia representava uma memória institucional com a participação de determinada criança naquela instituição considerada modelar. O próprio Grupo escolar nasceu como afirma Souza (1988), como templo da civilização.

A fotografia também podia representar a memória do próprio indivíduo, “mais ou menos brilhante”, bem como a infância como um tempo de alegria, e não somente a infância alegre, mas, acima de tudo, alegre na instituição escolar.

No boletim *Vida Escolar* (n. 13, p. 1, 1º nov. 1907), recomendou-se, para a festa do dia 15 de novembro de 1907: “Aos paes ou protectores de alumnos não deve ser indiferente o comparecimento destes. O uniforme escolhido fica barato, e será mais um terno para o uso dos pequenos”.

Além de apontar a fotografia como importante para a memória das crianças, de suas famílias e para a memória institucional, havia também uma preocupação com as roupas para os dias de festa. O diretor do Grupo estimulava a compra de um terno novo que teria a dupla função de poder ser utilizado no dia da festa, uma roupa nova para o novo regime, como também poderia ser usado pelas crianças depois da festa! Assim, pode-se afirmar sua função primeira de servir ao Grupo, que representava a Nação no dia da festa!

A preocupação com o corpo e com o vestuário estava expressa no boletim *Vida Escolar* de Lavras (n. 5, p. 1, 1º jul. 1907), que registrava: “Procede mal quem, por exemplo, não traz as unhas aparadas, os cabellos penteados, as orelhas limpas, bem como aquelle que anda com a roupa rasgada e suja. A pobreza não obsta ao asseio, que custa pouco mais do que sabão e água”.

A roupa nova, ou “ao menos limpa”, também foi assunto do relatório do diretor do Grupo Escolar de Pouso Alegre, datado de 12 de dezembro de 1912, Senhor Joaquim Queiroz Filho.⁵⁸

No mesmo documento, no item relativo à *Hygiene*, o diretor escreveu que no Grupo Escolar de Pouso Alegre grande parte das crianças matriculadas era pobre e que “por este motivo, essas crianças se vestem e se alimentam pessimamente e, não raro, veem ás

⁵⁸ Cf. RELATÓRIO Annual do Diretor do Grupo de Pouso Alegre – 5ª. Seção (Com observação para ser encaminhado para a 6ª. Seção por se tratar de assuntos a ela pertinentes. In: CÓDICE SI 3382. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

aulas, sem almoço, com roupas sórdidas e húmidas e muitas deixam de vir por não terem nem o vestuário indispensável”. Ele demonstrou preocupação com as condições de alimentação e de moradia das crianças que tinham moléstias decorrentes dessas condições e até mesmo não tinham água potável. Aliás, a água do próprio Grupo era de má qualidade.

Na parte do relatório relativa à *Economia*, ele afirmou que as festas e solenidades, ainda que úteis para atrair a atenção das famílias para a vida escolar, “ficam reduzidas ao mínimo, por falta de recursos pecuniários, sem os quais nenhuma festa se pode fazer”.

O diretor reclamou, também, da frieza da população diante do instituto, pois detectou uma evasão de vários sócios, motivo pelo qual houve recusa do pagamento por parte de outros, ficando a Caixa escolar com uma quantia insuficiente para atender à uma demanda de 200 crianças pobres que dela dependiam.

Finalmente, no item relativo às *Ocorrências* o senhor Joaquim Queiroz Filho, diretor do Grupo Escolar de Pouso Alegre, escreveu no seu relatório anual datado de 12 de dezembro de 1912 que as festas dos dias 7 de setembro, 12 de outubro e 15 de novembro daquele ano não foram feitas, “porque a maior parte de nossos alunos não poderiam vir por falta de roupas que estivessem ao menos limpas”.⁵⁹

Com relação ao dia da saudação à Bandeira, o mesmo diretor ainda registrou que ele e as professoras fizeram explicações para as todas as crianças, mas registrando:

Não fizemos a solemnidade **com toda a pompa**, [...], porque nos faltam todos os recursos para isso e não temos nem mesmo uma Bandeira que se possa exhibir solemnemente. Neste período de organização, me parece, que estas faltas são naturais, ou pelo menos, não dependem de ninguém.⁶⁰

Nota-se um contraste entre o pretendido e o materializado. Se o regulamento indicava a pompa como ponto fundamental para a realização da Festa da Bandeira, essa não era a realidade das muitas escolas públicas pelo interior do Estado de Minas Gerais. É importante o registro do diretor com a exposição das dificuldades que enfrentava no seu cotidiano escolar, e a expressão foi forte: “porque nos faltam todos os recursos”. As festas escolares pretendiam ter caráter formador fundamental para seus participantes e, portanto, não se poderia participar de qualquer forma. Dos seus participantes, esperava-se uma participação

⁵⁹ Cf. RELATÓRIO anual do Director do Grupo Escolar de Pouso Alegre. In: CÓDICE SI 3382, 12 dez. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁶⁰ Cf. RELATÓRIO anual do Director do Grupo Escolar de Pouso Alegre. In: CÓDICE SI 3382, 12 dez. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

honrosa. “As roupas ao menos limpas”, “o terno novo”, “uma Bandeira que se possa exhibir solemnemente” são expressões que demarcam uma maneira de se vestir para as festas escolares.

Havia preocupação, conforme explicitado nos documentos, não apenas com a questão da higiene, mas também do que se deveria mostrar. Então, para ser um cidadão republicano, era preciso ser “ordeiro, trabalhador, limpo, saudável e robusto”. (VAGO, 2006, p. 335)

Nas ocorrências relatadas pela diretora Mathildes Xavier Marianno para o Exmo. Snr. Dr. Delfim Moreira, referente ao Grupo Escolar de Campanha, em 15 de dezembro de 1911,⁶¹ ela afirmou que as Festas Nacionais possíveis de se realizar seriam a do dia 21 de abril, que também é a mesma data de instalação do referido Grupo Escolar, e a de 19 de novembro, por ser exigida por lei. As demais não foram realizadas porque a instituição não se encontrava habilitada para realizá-las, uma vez que a efetivação das festas gerava despesas.

As meninas trajavam alvos vestidinhos trazendo a tira-colo fitas auriverdes e estavam a retaguarda dos meninos, as professoras Cora e Paulina ocupavam os flancos; a banda ‘Delfim Moreira’ o flanco esquerdo d’aquelles. Após a tocante solemnidade recolhemo-nos á sala escolar para ultimar os trabalhos.⁶²

Vestidos alvos para as meninas, representantes da República, que iam à frente do préstito cívico; fitas verdes e amarelas para representar a nação brasileira; meninos atrás; professoras ladeando as crianças, cada qual ocupando o seu devido lugar, e o nome da banda que homenageava o próprio Secretário do Interior.

Para os meninos: roupas escuras, ternos. Para as meninas: alvos vestidos e fitas para enfeitar. Para todos, alunos e alunas: uniformes ao menos limpos. Assim deveria se mostrar um cidadão republicano.

O uniforme, expressão da alma pública, comportaria as expressões, as caretas e as mil faces das crianças, dos alunos e das alunas com o universo infantil? Qual gestualidade caberia aos alunos e às alunas uniformizados para os dias festivos?

— Com que roupa eu vou?

⁶¹ Cf. RELATÓRIO da Diretora Mathildes Xavier Mariano. Papéis findos dos grupos escolares de Cabo Verde, Cabuí, Campanha e Campo Belo. In: CÓDICE SI 3402. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁶² Cf. CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo Director Arcadio do Nascimento Moura em 22 de novembro de 1910. Festa da Bandeira. In: CÓDICE SI 3338, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

O Diretor Arcadio Nascimento Moura, do Grupo Escolar Cel. Gaspar, no relatório de 31 de dezembro de 1913, enviado à Secretaria do Interior registrou:

Para o ano próximo determinei os seguintes uniformes:

Para os meninos –

1º. Uniforme, azul, dolman, frisos pretos nos punhos e botões pretos; calças do mesmo panno com listras pretas aos lados. Bonnet verde e amarello, inscripção ‘G. Escolar’, viseira de veniz.

2º. Uniforme (facultativo): kaki amarello, com os mesmos frisos. O mesmo bonnet; calçado, o de costume.

Para as meninas – Uniforme azul, saia com frisos brancos na barra; blusa à marinheira, cabeção e peito brancos.⁶³

— Com que ‘roupa’ eu vou?...

Com as continências e com as medidas, gestos militarizados, encher os espaços das cidades com as sombras curtas delineadas sob o sol do meio dia...

A roupa, invólucro do herói moderno (BENJAMIN, 1989, p. 76), não poderia ter sua própria beleza? A roupa preta, considerada por Benjamin expressão da igualdade universal, poderia ter uma beleza poética? Quem seria o pintor, inspirada com a pergunta de Baudelaire, capaz de colorir os uniformes infantis para que as crianças pudessem experimentar as alegrias festivas do verdadeiro *novo*?

⁶³ Cf. RELATÓRIO do Diretor Arcadio Nascimento Moura, Grupo Escolar Coronel Gaspar, datado de 31 de dezembro de 1912, Villa de Pedra Branca. In: CÓDICE SI 3382. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Cenas festivas II⁶⁴ – Festa da Boneca – 1926***Festa de Bonecas***

*Todas as crianças do mundo
Gostam de brincar
Com bonecas
Bonecas de louça
Boneca de pano
Bonecas de papel
Bonecas de plástico
Bonecas de trapo
Ou até bonecas de pau
Contanto que sejam bonecas.*

*No Japão,
As meninas têm um dia especial
Para as suas bonecas.
É o dia 3 de março
E as crianças expõem
Suas bonecas prediletas
Em prateleiras
Para que todos apreciem.*
(MUNDO DA CRIANÇA, 1974, v. 8, p. 95)

⁶⁴ REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS, jan./dez. 1926.

REVISTA DO ENSINO



FESTA DA BONECA NA ESCOLA INFANTIL «DELFIN MOREIRA»,—OS PADRINHOS DA BONECA.

A. A.—O Marco, a corda, a peteca.

P.—Então o verbo deixar: é?

A. A.—Transitivo.

P.—Leia a terceira quadra, João.

A.—(Obedecendo).

Para enxugar o teu pranto,
Eu vivo sempre a cantar!
Si d'antes brincava tanto,
Só penso em te acalantar!

P.—Sublinhe os verbos transitivos encontrados nessa quadra.

(O aluno sublinha os verbos enxugar e viver).

P.—Está certo o que o João fez?

(Signal dos alunos)

P.—Responda, Marcello.

A.—O verbo viver é intransitivo.

P.—Decerto. A acção do verbo viver não passa do sujeito. Meu t'ó vive no Rio. José nasceu no Brasil, mas vive na Italia.

NOTA— Não convem, para o bom exito da lição, falar já em transitivação e intransitivção dos verbos; trataremos disso na proxima lição para o quarto anno.

E o verbo cantar, Lucia?

A.—E' intransitivo.

P.—Qual um outro verbo intransitivo desta quadra, Luiz?

A.—O verbo brincar.

P.—Falta-nos ainda um verbo: o verbo acalantar. Vejamos si é transitivo: acalantar o que?

A. A.—A boneca.

P.—Mas a boneca vem representada aqui, por um pronome. Qual será elle?

A. A.—O pronome te.

P.—Logo o verbo acalantar é...?

A. A.—Transitivo.

P.—Sublinhe os verbos da quarta quadra, Julia.

A.—(Obedecendo).

Emquanto dormes, sorrindo,
Eu canto para embalar-te...
E pelos céos vão fulgindo
Estrellas por toda a parte.

P.—Os verbos dormir e cantar já foram analysados na presente lição. Vejamos o verbo embalar. O menino cantava para embalar a...?

A. A.—Boneca.

P.—Representada aqui pelo pronome...?

A. A.—Te.

P.—Logo o verbo embalar é...?

A. A.—Transitivo.

P.—Temos, aqui, uma expressão verbal formada pelos verbos ir e fulgir. Ambos esses verbos são intransitivos e a locução verbal por elles constituida é, igualmente, de sentido intransitivo. Estrellas vão fulgindo por toda a parte. O sujeito é estrellas. O verbo sorrir é, tambem, intransitivo.

Agora, vocês vão formar sentenças, empregando verbos transitivos. Pensem.

REVISTA DO ENSINO

O começo do anno é a occasião propria para se firmarem essas allianças.

Para a professora comprehender o alumno e poder dirigir-lhe a educação, é necessario conhecer as condições em que elle vive e o ambiente que o cerca. Este é um dos grandes segredos para o exito do ensino.

E' preciso despertar o orgulho dos paes e utilizar seu poder na escola.

Algumas professoras se queixam de que não conseguem interessar os paes no trabalho escolar. Alguns não fazem muito caso dos filhos. Outros têm a idéa antiquada de que a casa é o centro para onde devem convergir todas as actividades da criança. Algumas vezes, têm bôa vontade em relação aos filhos, mas não sabem como devem proceder. Em certas casas as crianças apparecem como hospedes indesejaveis. Nesses casos, é que as professoras devem tentar reunir, num só, os diversos elementos da sociedade.

Ha alguns annos atrás, os paes só iam á escola para fazer alguma queixa á professora; e, por conse-

guinte, esta não os recebia com muito prazer. Mas, hoje, os paes estão começando a visitar as escolas com outros propositos e em algumas dellas, já instituiram, nos Estados Unidos, o «dia dos paes».

As professoras mandam avisos especiaes e fazem o possivel para induzil-os a se reunirem na escola. Ahi, conversam com as professoras sobre o adiamento dos filhos, sobre suas tendencias e outros assumptos que interessam a todos. Cada vez se generaliza mais este costume nos Estados Unidos, e as mães vão conhecendo mais de perto o segundo lar de seus filhos.

Entre nós, muitos paes não'conhecem nem o nome da professora. Outros não se interessam pelos boletins mensaes e nem sabem'o que querem dizer. Muitas vezes assignam esses boletins sem o lerem e, não raro, ignoram até o nome da rua onde está situada a escola.

A professora tem o dever de procurar despertar o interesse dos paes pela vida escolar dos filhos e, entre o lar e a escola, deve haver um constante intercambio.



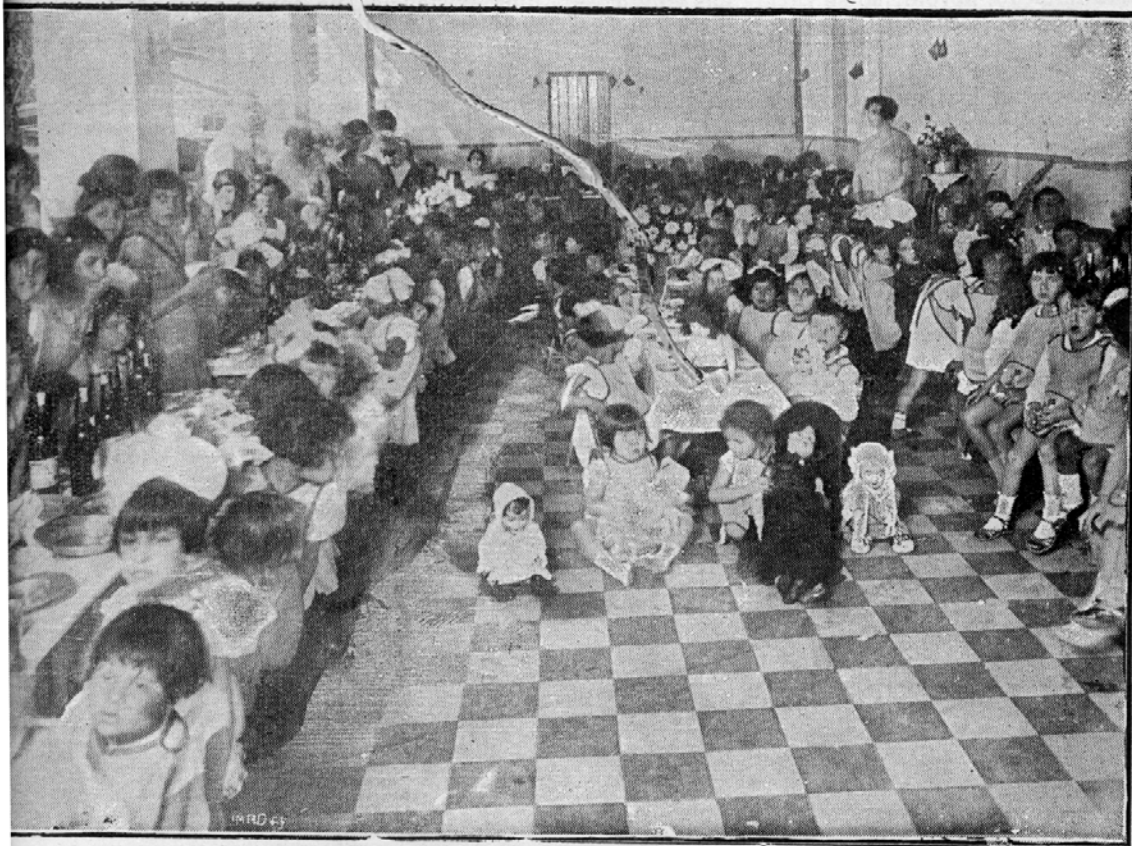
A
FESTA
DA BONECA
NA ESCOLA INFANTIL
«DELFIN MOREIRA»
(CAPITAL).



EM CIMA:
OS CONVIDADOS
MUITO SERIOS
DEANTE DA OBJECTIVA

EM BAIXO:
A BONECA, CERCADA
DE BRINQUEDOS

REVISTA DO ENSINO



FESTA DA BONECA NA ESCOLA INFANTIL DELFIM MOREIRA (CAPITAL) — PHOTOGRAPHIA NO MOMENTO EM QUE SE REALIZAVA A MERENDA, QUE É, AFINAL, O «BANQUETE DA BONECA».

prevenção contra a mentira egoística deve começar no próprio lar. Na escola, porém, ella vasto campo de alimentação, sendo os da parte dos mestres, muito criterio e a.

itos maus habitos só se pôdem corrigir e o esforço para alcançar habitos contrarios Uma pessoa sem o habito de esquecer no bonde. Para lembrar-se, faz todos os em vão. Põe um pedaço de papel na gon-relogio ou na botoeira do casaco, mas es-de olhar o lembrete e de levar o objecto. entretanto acostumar-se a não collocar obje-n sobre o banco, conservando nas mãos o i. Contou-me uma pessoa que perdeu o e esquecer objectos nos carros de estrada , adquirindo o de contar os volumes que sigo, ao embarcar e ao desembarcar.

o amigo meu tinha o pess.mo habito, que contristava, de esquecer desabotoadas as ,con-elhei-o a adquirir o habito de abo- e baixo para cima. E acabou-se. mentira egoistica começará por ser uma e será então mais facil de corrigir. Aca-retanto, em tornar-se um mau habito, sen-difficil a cura.

Para combater a mentira egoistica devem inspirar-se á criança os sentimentos contrarios — de nobresa e de coragem. E' preciso levar-lhe a convicção de que dizer sempre a verdade é uma prova de força e de superioridade. Só os timidos, os fracos e os incapazes se refugiam na mentira, para escaparem ás consequencias de seus actos, fazendo muitas vezes com que venham a soffrer collegas innocentes.

E' absolutamente indispensavel da parte do educador, uma grande elevação de vistas, um tino e criterio que, infelizmente não são muito communs. Tambem as exhortações, elogios e appellos frequentes, se tornam facilmente inuteis, perdendo o valor. O resultado, pois, depende tanto ou talvez mais do professor que do alumno.

Esses meios são uteis; mas, é preciso ir ao fundo mesmo da questão. Quando predominam a ancia pelo goso e o terror pelo sacrificio, todos esses processos se revelam inadequados, inuteis ou mesmo contraproducentes. O sentimento profundo do dever e a noção inalteravel do sacrificio só pôdem provir da convicção religiosa segura e esclarecida. Essa é a primeira de todas as pedagogias. Esse sentimento e essa moção existem com frequencia em pessoas completamente extranhas á idéa religiosa.

A um certo momento, o tema das bonecas adquiriu um significado de crítica social.

(LINDAU, 1896, p. 17, *apud* BENJAMIN, 2006, p. 734)

As engenhosas parisienses, ... para divulgar mais facilmente sua moda, lançavam mão de uma reprodução especialmente atraente de suas novas criações, a saber, as bonecas manequins...

Essas bonecas, que ainda tinham uma grande importância nos séculos XVII e XVIII eram dadas às meninas como brinquedos, depois de terem terminado sua função de figurinos de moda.

(GRÖBER, 1927, p. 31-32, *apud* BENJAMIN, 2006, p. 734)

É interessante observar aquelas cenas festivas da Festa da Bandeira, ocorrida em 1912, na cidade de Montes Claros, e as cenas da Festa da Boneca, de 1926.

A Festa da Boneca parece indiciar mudanças importantes no que se refere às dinâmicas escolares. A maior delas parece estar relacionada à própria celebração de um brinquedo generificado: a boneca.

Nas cenas registradas na escola infantil Delfim Moreira, em Belo Horizonte, as meninas e seus alvos vestidos e enfeites de cabelo junto das suas bonecas representaram aspectos sociais compartilhados pelas crianças e revelaram suas práticas sociais, como a do batizado, na qual as crianças assumiam cada uma o seu papel.

Em uma das cenas, o padrinho posava seriamente para a “objectiva” enquanto carregava com orgulho a sua “afilhada” (a boneca). Cada cena fotografada da festa da boneca é uma representação de uma realidade que aquelas crianças compartilharam na festa. A maneira de vestir, assim como a gestualidade, o jeito de se apresentar na foto, a própria cena fotografada revelaram práticas sociais importantes, expressas em cada fotografia, indicando valores que a escola compartilha, ao reproduzi-los em seu ambiente.

A recorrência da poesia “A boneca”, de Olavo Bilac, nos programas festivos dos grupos escolares e escolas públicas,⁶⁵ assim como as fotografias da Festa da Boneca instigam novas perguntas: Por que instituir uma Festa da Boneca? Por que cultivar um brinquedo na escola? Por que uma celebração para a boneca? (A fotografia foi localizada na *Revista do Ensino de Minas Gerais*, mas não consta a data referente à sua realização.)

A Boneca

Deixando a bola e a peteca,
Com que inda há pouco brincavam,
Por causa de uma boneca,
Duas meninas brigavam.

Dizia a primeira: ‘É minha!’
– ‘É minha!’ a outra gritava;
E nenhuma se continha,
Nem a boneca largava.

Quem mais sofria (coitada!)
Era a boneca. Já tinha
Toda a roupa estraçalhada,
E amarrotada a carinha.

Tanto puxavam por ela,
Que a pobre rasgou-se ao meio,
Perdendo a estopa amarela
Que lhe formava o recheio.

E, ao fim de tanta fadiga,
Voltando à bola e à peteca,
Ambas por causa da briga,
Ficaram sem a boneca...
(BUENO, 1996, p. 294-344)⁶⁶

Numa disputa de brinquedo, neste caso, entre duas meninas e uma boneca, elas, quando a perderem, decidiram brincar com a bola. Uma cena que é tão comum no universo infantil e que, muitas vezes, se resolve rapidamente entre crianças, provocou-me, entretanto, uma indagação: qual seria a intenção da recorrência do recitativo “A Boneca” entre os documentos encontrados nos programas das festas escolares? Por que esse recitativo era tão utilizado naqueles programas das escolas primárias e dos grupos escolares?

⁶⁵ Exemplo: PROGRAMA Impresso da festa escolar em homenagem à grandiosa data de 12 de outubro. Cidade de Mosquito, In: CÓDICE SI 3337, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁶⁶ O livro *Poesias infantis*, de Olavo Bilac, circulou nas escolas públicas mineiras e constou em inventários dos grupos escolares. Atualmente ele faz parte da obra *Olavo Bilac: obra reunida*, organizada por Alexei Bueno.

O boletim *Vida Escolar* (n. 7, p. 1, 1º ago. 1907), uma das fontes desta pesquisa, fez uma referência aos brinquedos infantis e à alegria na escola registrando: “A alegria que causam os brinquedos infantis, deve também ser aproveitada para atrair frequência escolar. Além dos brinquedos conhecidos, será bom ensinar-lhes, durante o recreio, outros exercícios higienicos”.

A Boneca e a Festa da Boneca indiciam uma mudança no que se refere à realização de festas escolares relativamente ao espaço e à forma. Com relação ao primeiro, a festa era realizada dentro da instituição escolar e pode ser considerada adequada sob o ponto de vista da higiene, tema frequentemente levantado como fundamental na formação dos alunos. Quanto à forma, a Festa da Boneca permitiu aos corpos infantis menos formalidade, se comparados às formas militarizadas promovidas quando as festas ocupavam as ruas e as crianças participavam dos desfiles cívicos pela cidade.

Na cena do batizado das bonecas, observa-se uma reprodução de um ritual religioso, o batismo, que era a apresentação do sujeito perante Deus e determinada comunidade, ficando assim estabelecidos os lugares sociais de todos os participantes daquela cerimônia. Destaca-se o ideal de família, no qual os vínculos afetivos eram avivados. A Festa da Boneca destacou-se das demais festas desta pesquisa no que se refere à dimensão da ludicidade. Nesse sentido, parece-me que a introdução dessa festa na escola foi ao encontro da busca de uma nova efervescência festiva, já que as festas pareciam não mais responder aos seus objetivos.

Da Festa da Bandeira para a Festa da Boneca, houve um deslocamento do sentido festivo que antes visava à formação de uma identidade da criança para a nação e que, posteriormente, fez com que os sentidos da celebração se voltassem para a criança, por meio da emergência do elemento lúdico como fator importante da prática festiva. A instituição escolar buscou, no encontro entre o jogo e a festa, a dimensão desse elemento, que emergiu como uma estratégia, quando a festa já não conseguia objetivo para atingir os “corações e as almas para a nação”, finalidade das festas escolares.

Dessa forma, festejar um brinquedo representaria uma potencialização da efervescência festiva pela ludicidade que, neste caso, a boneca, possibilitava. A dimensão lúdica presente na Festa da Boneca representa a nova “pintura”, o “novo”, capaz de colorir a alma infantil. Uma festa para a boneca celebraria uma dupla efervescência festiva, uma vez que o próprio brinquedo e o seu uso já possibilitariam a dimensão lúdica. Além disso, a

própria instituição escolar já aderira, naquele momento, ao ideário escolanovista, bem como a criança e o mundo infantil ganhavam outros contornos.

Doces e sequilhos: as festas com saber e sabor

Para comemorar o dia *14 de julho* de 1910, o professor público, Sr. Jayme Pereira Pinto, da cidade de Sant'Anna do Cataguases escreveu: “Antes de sairmos de casa, foi hasteada a Bandeira Nacional em frente ao edifício, cantando os alumnos hymnos patrióticos. Durante o passeio distribui pelos alumnos bombões e frutas”.⁶⁷ Essa foi uma prática de distribuição de alimentos para os alunos que chamou atenção durante as festas escolares. Esta se dava, geralmente, ao final, antes de as crianças retornarem a casa. Quando ocorriam as passeatas campestres para os pomares ou fazendas, entoavam os hinos durante o percurso, depois havia a distribuição das frutas.

Para Le Goff (2006, p. 134), a alimentação é um dos principais motivos de prazer. Ele afirma que a civilização progrediu de duas maneiras distintas: por meio dos regimes dietéticos comuns nas práticas alimentares monásticas e por meio da gastronomia, com práticas refinadas, características nas classes mais abastadas da sociedade, e das eclesiásticas, nas quais há uma respeitabilidade ao prazer.

Se a questão da alimentação é um aspecto importante, as festas escolares não descuidaram deste sentido do corpo: o paladar. Nota-se o fato de que elas começavam no alvorecer do dia e se estendiam por todo o dia, às vezes, com extensos programas. As escolhas pelos horários faziam com que do corpo, primeiramente dele, tudo se exigisse: movimentos contidos, marchas, andar em filas, ficar de pé sob o sol do meio dia, carregar bandeiras e bandeirolas, fazer continências e cantar alegremente hinos para a Nação!

A *Festa da Árvore*⁶⁸ realizada no dia *7 de setembro* de 1912 no Grupo Escolar de Carangola teve uma programação que iniciou com os alunos, após os trabalhos da alvorada, cantando o *Hino da Independência* em várias praças e o *Hino à Bandeira* cantado na porta do Grupo.

⁶⁷ Cf. CARTA enviada pelo Director Jayme Pereira Pinto, Professor Público, Cidade de Sant'Anna de Cataguases, 14 de julho de 1910. In: CÓDICE SI 3336, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁶⁸ Cf. PROGRAMMA da Festa comemorativa da Gloriosa data do 7 de setembro, Grupo Escolar de Carangola. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Posteriormente, eles seguiram para uma sessão cívica no *Theatro Thalia*, onde ouviram falar, além dos oradores, o farmacêutico e o diretor. Houve a representação da alegoria “A morte do Jatobá”. Depois, os alunos seguiram para o parque Francisco Salles, para plantar alguns vegetais, e depois foram comer biscoitos. Nota-se, nessa passagem da Festa da Árvore, uma nítida intenção de trabalhar os sentidos.

O diretor Carlos Gonçalves de Andrade, do Grupo Escolar de Pequy, levou ao conhecimento do secretário do Interior que no dia *19 de novembro* de 1913 “celebrou com grande pompa a solemne da instituição da bandeira havendo ás 6 horas da manhã, o arvoreamento do auri-verde pavilhão com muitos cânticos. [...]”. Carlos Gonçalves registrou, ainda, que às 5 horas da tarde, após préstito cívico e para finalizar as festas, “distribuiu-se biscoitos aos alumnos e deu-se por terminada a sympatica festa, dispersando os alumnos em todas as direcções, cantando hymnos patrioticos e empunhando, cada um, a sua pequena mas muito amada e querida bandeira”.⁶⁹ A Bandeira e os biscoitos fizeram parte daquela festa numa composição que fazia do saber o sabor e pretendia ser incorporada nas crianças pela dimensão dos sentidos.

Na ata referente à Festa em comemoração ao dia *14 de julho* de 1912, realizada no Grupo Escolar de Caratinga o diretor Raymundo Baptista anotou:

Em um dos seus compartimentos uma lauta mesa de doces e finos sequilhos, offerecida aos alumnos pelo carinhoso e correcto inspector escolar municipal Sr. Coronel José Antônio Ferreira Santos, aguardava a entrada dos mesmos que, alli foram dedicadamente servidos pela incançaveis professoras DD. Luizinha de Aquino, Mariquinhas Osório e Adélia Norbrega, terminando-se deste modo a parte cívica de uma festa que pelos seus encantos, importância pedagógica e estímulo, jamais se apagará da memória de todos quantos guardam em seu coração o santo amor da infância.⁷⁰

As expressões: “uma lauta mesa de doces e finos sequilhos”, oferecida por um “coronel”, aos “alunos”, que foram servidos pelas “incansáveis professoras”, em uma festa com função “pedagógica e estímulo”, “jamais se apagará da memória de todos quantos guardam em seu coração o santo amor da infância”, todas foram destacadas de uma parte da

⁶⁹ Cf. CARTA enviada pelo Director Carlos Gonçalves de Andrade à Secretaria do Interior de Minas Gerais em 19 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁷⁰ ACTA assignada por Raymundo Baptista, Director do Grupo de Caratinga, em 17 de julho de 1912. Cf. PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

ata do diretor Raymundo Baptista, do Grupo Escolar de Caratinga, por condensarem e representarem um ideal pedagógico dos sentidos pretendidos pelas festas escolares.

Há uma preocupação expressa em relação à dimensão da experiência, desta vez pela comida oferecida. Assim, a cada momento da festa, os organizadores se ligavam a uma dimensão estética ou dos sentidos humanos: às vezes, por meio do teatro, a visão e a audição eram mobilizados; em outras, estimulavam o paladar, com os quitutes festivos.

Benjamin (1995) contribui para a análise quando escreve que para se comer é preciso comer radicalmente. Assim, afirma que não é possível degustar uma iguaria com moderação, porque é na comezaina, no desvio do apetite, que estão a imoderação do desejo e a monotonia do saciar-se. Pode-se vincular a devorada do prazer ao sentido de efervescência festiva. Dessa forma, manifesta-se o gozo do saber pelo sabor, daí o sentido de uma “lauta mesa de doces e finos sequilhos” que não sairá de uma alma infantil. A imoderação promovida por meio dessa experiência saborosa se fixará na memória de todos os participantes daquela festa.

Finalizo este capítulo retomando a questão central desta pesquisa entrelaçada à idéia da produção de uma memória sobre as festas nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares, no período em questão. Com relação às práticas festivas e seus sentidos, observou-se que houve grandes alterações entre o prescrito e o que foi documentado.

A *Revista do Ensino de Minas Geraes* (n. 39, p. 1-3, nov. 1929) trouxe uma matéria chamada “Continências e mesuras”, na qual havia uma total desaprovação a práticas de se colocarem os alunos em continência sempre que algum visitante chegasse à classe: “Perfilam-se ao jeito [*sic*] dos soldados e erguem as mãos à cabeça ou ao peito, num gesto do maior ridículo...”

A matéria foi assinada por Nair Esteves Guedes, que questionava o valor educativo e a utilidade daquela gestualidade. Para ela, os gestos têm de ter uma razão de ser e para cada um deles podia-se perguntar sobre o seu valor educativo. As continências foram apontadas como uma das práticas vigentes que não têm valor educativo. Ela continua a crítica, pois, se é para se copiar os militares, a cópia estava malfeita, pois eles somente faziam continências quando estavam fardados.

Outro motivo apontado por Nair Guedes era o de que se o ideal que buscavam os professores era o de que a escola deveria ser natural e simples como a vida, sem imitar os gestos militares, que contrariavam os princípios da Escola Nova.

Transformação importante também pode ser observada com relação aos usos do espaço escolar e do espaço da rua. Nota-se uma passagem do externo para o interno nas dinâmicas de apropriação dos espaços para as festas escolares. Se anteriormente as festas escolares das escolas públicas primárias mineiras ocorriam nas ruas e praças para mostrar o progresso e a civilização nas diversas cidades do Estado, com a Reforma de 1927, baseada nos princípios escolanovistas, o movimento volta-se para o interior da própria escola, com foco nas crianças, nos métodos e no professorado, responsável pela execução do ensino. Por isso, os auditórios ganharam visibilidade como prática escolar em contraposição às festas escolares.

Se o espaço escolar pode ser uma dimensão da atividade pedagógica que evidencia um discurso pedagógico cuidadosamente planejado com determinadas finalidades, assim também as festas escolares, ao serem planejadas dentro ou fora do espaço escolar, mostraram seus sentidos, uma vez que propuseram uma interação entre o espaço interno e o espaço externo à própria instituição, numa relação dinâmica entre o urbano e o escolar.

Observou-se, por meio das fontes mobilizadas nesta pesquisa, que ocorreram entre as festas prescritas e as pretendidas, alterações significativas. As festas realizadas, às vezes, se revestiam do brilhantismo solicitado, outras vezes eram modestas e outras nem se realizavam por falta total de recursos para serem investidos nas festas, como relatado por uma diretora, o que correspondia à realidade de várias localidades no interior do Estado de Minas Gerais.

Quando o sistema do calendário festivo foi implementado nas escolas públicas primárias mineiras no início do período republicano, as festas eram realizadas ocupando tanto as ruas quanto os espaços internos das escolas e dos grupos escolares, com programas extensos que começavam na aurora do dia e terminavam ao anoitecer, mobilizando grande parte da população das cidades.

A Festa da Árvore ganhou ar solene que, inicialmente, era dado à Festa da Bandeira. Também os auditórios escolares ganharam centralidade, como uma nova prática, – surgida como contraponto da festa. A escola pretendeu voltar para os seus próprios problemas, tempos e espaços controlados, assim como os conteúdos abordados, controle de presença, controle da assistência, uma escola nova... Fim de festa ou uma nova festa?...

Festas com fogos, bandas, e bandeiras, com cheiros, sabores e cores, com palavras, hinos e louvores, vestígios de experiências, registros de memórias. As festas escolares estimulavam a sensibilidade das crianças, transformadas em alunos, que traziam no corpo as marcas da civilidade e as regras incorporadas.

Se as festas escolares, que inicialmente, na reforma de 1906, tinham a pretensão de produzir uma identidade das crianças com a nação e assumiam um sentido acentuadamente cívico, pode-se perceber, posteriormente, com reforma de 1927 uma adesão ao ideário escolanovista no qual a criança ganhou centralidade. Houve, portanto, um deslocamento dos sentidos que foi possível de se observar, também, por meio das festas, como a Festa da Boneca, em que as práticas festivas não enfocavam mais a nação, mas a celebração da criança e do universo infantil.

Bandeira

*Como aquele que se despede é mais facilmente amado!
 Porque a chama por aquele que se distancia queima mais pura,
 alimentada pela fugitiva tira de pano que acena do navio ou da janela do
 trem. O distanciamento penetra como matéria corante naquele que
 desaparece e o embebe de suave ardor.
 (BENJAMIN, 1987, p. 19)*

CAPÍTULO III – A FESTA DA BANDEIRA: O NATAL SACROSSANTO DA PÁTRIA

Sobre a “Festa da Bandeira: o natal sacrossanto da pátria”, o objetivo foi examinar como essa festa ganhou centralidade em relação às demais e pesquisar os esforços realizados para a sua legitimação.

No boletim *Vida Escolar* (n. 14, 15 nov. 1907), da Cidade de Lavras, informava-se:

Entre os dias de festa nacional escolhemos, pois, o 15 de novembro, aquela que, em nosso entender, deverá ser anualmente festejada pelos alunos desta casa, os quais, no dia de hoje, serão de lembrar-se com reconhecimento dos nomes de Deodoro, Benjamin, Floriano, Silva Jardim e tantos outros.

Isso, entretanto, não era o que indicavam as instituições escolares e os grupos do Estado mineiro, que consideraram a Festa da Bandeira como “síntese de todas as festas”, como discursou, por exemplo, o “distinto Vigário” da cidade de Tiradentes em 19 de novembro de 1913, Rvmo. Pe. Antonio Carlos Rodrigues, em seu “grande e substancial discurso” para a Festa da Bandeira para as escolas públicas da referida cidade que, após saírem em passeata pelas ruas da cidade, reuniram-se em frente ao prédio dos correios.⁷¹

O diretor Honório Guimarães, do Grupo Escolar de Araguary, da cidade de mesmo nome, comunicou que a data de 15 de novembro de 1913 não havia sido celebrada com pompa em virtude da proximidade com o 19 de novembro. O 15 de novembro foi festejado apenas com uma alvorada, da qual participaram parte dos alunos e a banda infantil.

⁷¹ Cf. CARTA enviada pelo Professor Manoel da Silva Pinto e pela Professora Maria Conceição da Matta Fonseca em 19 de novembro de 1913 para a Secretaria do Interior. FESTAS Escolares. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Já a Festa da Bandeira foi noticiada pela folha local, chamada *Gazeta de Araguay*. O referido jornal acompanhou a carta enviada à Secretaria do Interior em 24 de novembro de 1913.⁷²

As formas discursivas encontradas nos diferentes documentos acabavam por entrelaçar o cívico e o religioso, ainda que não fosse o movimento pretendido pela República, é o que ficou nítido nas práticas discursivas dos registros encontrados para esta pesquisa.

A noção de tradição inventada proposta por Eric Hobsbawn contribuiu para a pesquisa, uma vez que o autor propõe num processo de formação de rituais, uma referência ao passado, mesmo que por imposição. Assim, há a utilização de elementos antigos nas novas tradições, porém com outras finalidades: símbolos, gesto e linguagens podem ser modificados ou substituídos numa relação interessada entre o velho e o novo. Esse processo pode ser detectado nos registros da Festa da Bandeira.

Essa festa, como já dito, foi criada por um decreto específico. Para que fosse realizada, havia a prescrição de uma celebração solene, o que diferia das demais. No que se refere à realização dessas festas nas instituições escolares, foi possível verificar, também, os momentos de tensão em relação à Festa da Bandeira e os diversos esforços para a criação dos sentidos.

Em relação à disputa pela simbologia republicana, houve uma batalha sobre a qual Carvalho (2005, p. 110) discutiu com detalhes. Símbolos e alegorias que ocupariam o imaginário popular visando à legitimação do ideário republicano ficavam em torno da figura do herói e da alegoria feminina que, por não se tratar de representações oficiais, geravam grandes conflitos, diferentemente da bandeira e do hino, que eram estabelecidos por legislação, tinham data definida.

No texto do Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, Teixeira Mendes registra:

[...] o symbolo nacional devia manter do antigo tudo o que pudesse ser conservado, de modo a despertar em nossa alma o mais ardente culto pela memoria de nossos avôs. Mas, por outro lado, elle devia tambem eliminar tudo quanto pudesse perturbar o sentimento da solidariedade civica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos. Devia, finalmente, incitar a mais fervorosa dedicação pelas gerações vindouras. Era, pois, evidente a necessidade não só de manter as cores e a disposição da primitiva bandeira, mais tambem de substituir por novos symbolos os emblemas da monarchia. Foi justamente o que se fez.⁷³

⁷² Cf. CARTA enviada pelo Diretor Honório Guimarães à Secretaria do Interior de Minas Gerais em 24 de novembro de 1913. FESTAS Escolares. In: CÓDICE SI 3421. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁷³ A BANDEIRA do Brazil, 1911, p. 5.

O estandarte brasileiro simbolizava o passado, o porvir e o presente, a terra e o céu, os feitos de nossos pais e nossas aspirações. Assim, o regime republicano buscava um duplo movimento: preservar a memória do passado mediante a manutenção do vínculo familiar, representado pela figura dos avós, e das cores da bandeira, porém com a substituição dos emblemas monárquicos pelos símbolos republicanos, como representado no “Retrato da Pátria”, uma descrição da bandeira republicana.⁷⁴

⁷⁴ RETRATO da Pátria. In: A BANDEIRA do Brazil: Poesias e sugestões para a comemoração da Bandeira. São Paulo: Casa Garroux, 1911, p. 3.

O RETRATO DA PATRIA



A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionaes—verde e amarello — do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda — Ordem e Progresso — e pontuada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro dispostas na situação astronômica quanto á distancia e ao tamanho relativos, representando os 20 Estados da Republica e o municipio neutro (Dec. de 19 de nov. de 1889).

Conforme consta no texto do Decreto n. 4, de novembro de 1889, essa “singella” descrição chamada de Retrato da Pátria cuja função era “patentear as eminentes qualidades moraes e politicas do pavilhão republicano do Brasil”, estava destinada a lembrar a fraternidade entre os povos, base da ideia de civismo. A bandeira era um símbolo de amor e representava a nação.

Dentre as práticas instituídas pelo referido decreto, estava a de saudar a bandeira diariamente. Em um texto sobre a saudação da bandeira, encontra-se uma representação da bandeira como uma flor, síntese da vida:

Saudação à Bandeira

A flor é a essencia do vegetal – uma concentração, como a hostia.
 Ha nella o principio e o fim. [...]
 Flor é synthese – resumo da vida – um todo numa parcela.
 Assim és tu, Flor augusta da minha Patria, nascida d’árvore da Liberdade, ó
 bandeira formosa que palpitas na haste erecta dos mastros e passas, levada
 em triumpho pelo villario, entre os espinhos das lanças e das bayonetas
 [...].⁷⁵

Neste breve texto de uma saudação à bandeira, seu autor fez uma comparação da bandeira com a flor e anteriormente comparou-a com a hóstia que representa o princípio e o fim, que remete à ideia de alfa e ômega, encontrada no texto bíblico.

Em outro texto, este de um diretor do Grupo Escolar Coronel Gaspar, cidade de Pena Branca, senhor Arcadio do Nascimento Moura, de 22 de novembro de 1910, e enviado à Secretaria do Interior, evidenciou-se, também, uma ligação entre o cívico e o religioso. Ele registrou que completava seu ofício anterior no qual tinha relatado sobre a Festa da República e que relataria, naquele momento, sobre a Festa da Bandeira, a qual tinha se tornado com muita propriedade, conforme ele afirma, uma festa nacional. E continuou:

O 19 de novembro é o natal sacrossanto da Patria, [...] para o qual todos devem render, reverentes, culto de amor e veneração. Brasileiros, nesse auspicioso dia, a alma em effusão, apothoseando – em toda a extensão do querido Brasil – á Augusta Bandeira, demos justa expansão aos sentimentos nobres que se aninham em nossos corações, affirmando bem alto e grão de nosso cultivo moral.⁷⁶

⁷⁵ Cf. DECRETO de 19 de novembro de 1889. In: A BANDEIRA do Brazil; paginas civicas, poesias e suggestões para a commemoração da Bandeira. São Paulo: Casa Garraux, 1911.

⁷⁶ Cf. CARTA do Diretor do Grupo Escolar Coronel Gaspar, Arcadio do Nascimento Moura, para o Secretário do Interior, Pena Branca/MG. In: CÓDICE 3338, 22 nov. 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Se para o Sr. Arcadio Moura a Festa da Bandeira é o natal sacrossanto da Pátria e se a Festa de Natal é aquela na qual a Igreja celebra o Nascimento de Cristo, um sinal de Deus para os homens representando uma luz para a vida dos homens, para a nação brasileira, por sua vez, a Festa da Bandeira representa o nascimento da Pátria, uma nova luz.

Nem panno, nem trapo, a flammula adorável da Patria: A Bandeira Nacional! Um desagravo à Bandeira

Uma carta do diretor do Grupo Escolar de Carangola, Sr. José Francisco Lopes Nunes, de 20 de agosto de 1912, comunicou que enviava uma cópia de uma ata de uma cerimônia celebrada naquela instituição para desagravo de uma “bandeirinha que fora encontrada em uma das salas de aula, sérvio a misteres de limpeza de pedras. Dei a cerimonia um carater impessoal, a fim de que della possam colher benefícios os alumnos e professores”.⁷⁷

A solenidade do “Desagravo á Bandeira” ocorreu no dia 16 de agosto de 1912, no Grupo Escolar de Carangola, conforme consta na ata da referida solenidade.⁷⁸ A cerimônia teve início com a reunião dos alunos e das alunas da 4ª série no pátio da seção feminina e todos os alunos do 2º turno, acompanhados de seus professores. Todos formados em alas, duas crianças do 1º ano feminino foram convidadas para erguer a pequena bandeira brasileira que tinha servido “a misteres de limpeza das pedras”. Dessa forma todos puderam prestar-lhe as devidas homenagens.

O diretor do Grupo, no uso da palavra, explicou que a bandeira era a representação simbólica de nossa Pátria: “Grande ou pequena, arvorada em mastro ou encontrada em lugar impróprio, era sempre a Pátria invocando o nosso carinho e impondo-se

⁷⁷ Cf. CARTA do Director José Francisco Lopes Nunes, de 20 de agosto de 1912, enviada ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira. Papéis findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁷⁸ Cf. COPIA da Acta da solemnidade do “Desagravo á Bandeira”, effectuada no Grupo Escolar de Carangola, em 16 de agosto de 1912. PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

a nosso respeito”. Continuou afirmando que estava certo de que aqueles tinham sido os ensinamentos cívicos recebidos no Grupo a seu cargo, mas que aquele fora um momento de imprudência e dele “se haviam esquecido; aproveitava o ensejo, esperando que cada um cumprisse o seu dever.” O diretor solicitou a todos que entoassem o *Hino à Bandeira* e saíram em seguida, diante da pequena bandeira na qual foram atiradas flores. Terminada a cerimônia, todos os alunos foram para suas classes e deram vivas ao Brasil. As flores atiradas na bandeira que antes limpava as pedras (lousas) representariam uma forma de amenização do ato anterior.

A ata dessa solenidade em desagravo à bandeira, usada como pano para limpar pedras, foi assinada pelo diretor José Francisco Lopes Nunes e por todos os professores e alunos do segundo turno. Nota-se que a solicitação da assinatura das crianças na ata da cerimônia de desagravo à bandeira parecia ter a intenção de que eles tomassem consciência em relação à ação, talvez para que não mais se repetisse.

Ao fazer a cerimônia de desagravo à bandeira, o diretor minimizava, também, o peso da sua própria responsabilidade no exercício das suas funções.

Foi publicada no *Jornal Rio Novo*, no dia 24 de novembro de 1912, Anno VIII, n. 34, “a bellíssima allocação do distinto confrade J. Paixão” sobre a Festa da Bandeira da Cidade do Rio Novo. Nela tem-se uma representação análoga à apresentada anteriormente no que se refere aos entrelaçamentos sobre a bandeira e sua simbologia, representando a nossa pátria e não um pedaço de pano:

Adorais um pedaço de panno! Gritam os demolidores, os que declamam, porque não comprehendem que esse trapo que beijamos é ainda ma abstração: é o nosso amor, é a nossa honra passada que reclama a nossa gloria futura.

[...].

Não; repetimos. Uma bandeira não é um trapo, tal o homem não é a sanie, nem somente a coesão sympathica de celulas vivas. No corpo está a alma, na bandeira está a Pátria. Não julguemos as cousas por sua contextura: a pedra bruta encerra o diamante; a concha rude, a perola; a charneca, o deslumbrante e luminoso fogo fátuo; a semente desgraciosa, a flor que nos enleva por seu aroma, o fructo que nos delicia por seu sabor.

O microscopio analysa a matéria: só o coração penetra o impenetrável, mede o insondável.⁷⁹

⁷⁹ Cf. RIO NOVO. Jornal da Cidade do Rio Novo, n. 34, 24 nov. 1912, *apud* PAPÉIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant’Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Após elogiar a organização do belo programa festivo, em seguida, comparou o salitre, o enxofre e o carvão que juntos tinham mais valia na “goela” de um canhão e podiam destruir casas. O mesmo poderia ocorrer com as cores da nossa bandeira que, auriverde, corporificam nossa Pátria. Nessa parte de seu discurso, o Sr. Paixão enfatizou que não se devia haver um pré-julgamento das coisas na forma como se apresentavam, porque elas podiam esconder dentro de si grandes tesouros a serem revelados. Nos vários exemplos que ele citou, procurou valorizar a alma que está no corpo do homem e a Pátria simbolizada na bandeira, por isso uma bandeira não é um trapo! Carrega em si a representação de uma nação.

Na segunda parte do seu discurso, o confrade J. Paixão confirmava a importância da veneração com um ato legítimo de entusiasmo, de alegria em torno daquela flâmula que representava a Pátria brasileira e comentou:

Meninos, é justa a vossa veneração, é digno o vosso peito, confortante a vossa alegria; honroso vosso entusiasmo em torno da flammula adorável de nossa Pátria!

Sabei sempre veneral-a! Sabei sempre honral-a!

Veneral-a nos estos de vossa alma, no altar de vosso amor; honral-a, glorifical-a com os braços de vosso estudo. Honral-a e veneral-a é exaltar [sic] e engrandecer esta Pátria que nos deu a vida, e pela qual, si mister, devemos morrer.

Os termos “veneração”, “glorifical-a” e a expressão “altar de vosso amor” são alguns dentre os quais é nítida a transformação de um registro discursivo que demarca um ambiente sagrado. O Regime republicano, ao utilizar essa forma discursiva, estabelecia um diálogo que pretendia manter os vínculos com a instituição religiosa predominante que era o catolicismo. Assim, o sagrado estava presente nas celebrações cívicas e representava uma importante estratégia de ação do regime republicano.

Se antes a liturgia era a da Igreja, agora era a da Pátria, num velho “novo” ritual. Saíram os santos, entraram os heróis da nação, um novo altar no qual a bandeira era o símbolo e a alma da Pátria para ser venerada e adorada.

Por ter uma visão positiva sobre a ação dos dirigentes sobre a escola, nas quais as bandeiras se tornaram objetos de veneração, ele escreveu:

É por isso que o patriótico e provido espírito de nossos dirigentes mandou colocar o pendão sagrado no vestibulo de vossas escolas, para que elle, em

linguagem symbolica vos diga: ‘Entrei, lembrando-vos de mim! É esta a oficina onde aprendereis a trabalhar para a vossa e para a minha grandeza!’⁸⁰

A bandeira foi colocada na entrada da porta, no vestíbulo, para que fosse vista por todos e permitisse às crianças que tivessem um lugar de memória e de veneração. Nessa passagem, há a ideia de oficina, de ofício, de dever, de pendor.

O cívico e o religioso puderam também ser detectados:

Nossa Bandeira

Patrio pendão sacrossanto
 Da familia brasileira!
 Nossa adorada bandeira!
 Tu, que no azul de teu manto,
 Só tens por lemma o Cruzeiro,
 Como arco-íris da esp’rança,
 Do amor, da paz, da bonança
 Em vez de um signal guerreiro;
 Bemdito sejas sempre, ó glorioso e augusto
 Pendão que, puro, encerra
 Tudo o que ha de mais nobre e bello e grande e justo
 Sobre a face da terra! (A BANDEIRA do Brazil, 1911, p. 37)

Na Festa da Bandeira do Grupo Escolar Coronel Gaspar Pena Branca, de 22 de novembro de 1910,⁸¹ encontra-se o seguinte registro do diretor Arcadio Nascimento Moura, em outra parte do ofício que ele enviou à Secretaria do Interior:

[...] Completando meu off. Anterior, em que vos relatei a festa da República, passo a segunda – a da Bandeira, que se tornou Nacional e com muita propriedade – pois 19 de novembro é o natal sacrossanto da Patria, a que devemos render, reverentes, culto de amor e veneração. [...].

Ante a bandeira, manto da justiça e do amor, desaparecem-se as dissenções para fincar somente – bem nítida – a imagem sagrada da Patria querida. Sim. ‘Ao contempl-a desfraldada ao ciclo das auras bonançosas que a bafejam, não há coração de patriota que não sinta esse grande e intenso alvoroço que nos despertam os grandes symbolos nacionaes’. [...]

A linguagem instituía de maneira recorrente ao poder de uma das instituições sobre a outra. A Igreja exercia poder sobre uma instituição laica: a escola. Dessa forma,

⁸⁰ Cf. RIO NOVO. Jornal da Cidade do Rio Novo, n. 34, 24 nov.e 1912, *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant’Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁸¹ CÓDICE 3338, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

representar o Dia da Bandeira como “o natal sacrossanto da Pátria” era estabelecer ou manter um vínculo estrito, que se quis romper entre as duas estruturas: Igreja e Estado. O texto ainda nos remete à ideia de família e à de Pátria como mãe protetora, pois que com um manto se cobre e se protege; assim, mantém-se um vínculo com o passado mediante a preservação e do cultivo dos laços familiares.

Gomes (2002, p. 391) afirma que foi a partir da Constituição de 1891 que houve importante alteração no campo educacional, pois foi instituída a laicidade do ensino, ou seja, a Igreja Católica se separou, desde então, do Estado brasileiro. Isso permitiu o crescimento de uma rede de escolas e um incentivo às iniciativas educacionais que puderam participar da formação de professores mediante a criação de escolas normais, assegurando a regularidade do ensino público primário e a difusão de valores educacionais que formariam a base da nova nacionalidade brasileira.

O diretor Arcadio Nascimento Moura, em documento cuja parte foi citada aqui com outro enfoque, escreveu, em 22 de novembro de 1910, ao secretário do Interior:

No grupo fiz uma prelecção em linguagem clara á comprehensão infantil, ás classes que faziam as últimas provas de exames, estando presentes alem de alumnos, professores e os examinadores outras pessoas e a banda. Ao ½ dia em ponto, conforme o programma traçado, os alumnos em formatura militar em frente ao estabelecimento, sob minha direcção fizeram algumas evoluções e ao som do H. Nacional e ao espoucar de fogos, prestaram continências a Bandeira, que um grupo de meninas conduzia a vanguarda da linha, em passeio. Acto continuo, foi a mesma hasteada, falando o professor Arcadio, finda a cerimônia foi cantado o Hymno a Bandeira.[...]

Ás 5 horas da tarde, grupo e immediações estando cheios de povo, organizou-se imponente préstito cívico obedecendo a seguinte ordem: na vanguarda as meninas conduzindo as bandeiras dos Estados, agitadas de continuo com garbo e graça; centro, a banda “Delfim Moreira”; rectaguarda, os meninos a dois; fechando-o grande massa popular. O préstito, guiado por duas meninas empunhando o “Estandarte do Grupo” e a Bandeira, desfilou, entre vias e exultações, ao som de dobrados festivos, pela rua Municipal e Nova em direcção ao “Cinema” – onde se realizariam as sessões – magna, glorificadora bandeira e em seguimento, a cinematographica pró “Caixa”, graças aos nobre intuitos do empresario Sr. Macedo Jor.

No cinema P. Branca. Ahi chegado o préstito na melhor ordem, para logo occuparem-se todos os logares. O vasto salão, ornado a capricho e abundantemente illuminado a luz electrica, depara-se-nos encantador. Com o H. á Bandeira entoado pelos alumnos e que causou visível emoção em quantos lá se achavam, deu-se inicio a 3ª. parte. Occupando a presidencia o digno inspector em exercicio convidou para constituírem a mesa os Srs. Cel. Paiva Jr. Prestigioso Presidente da Câmara, Cap. Raphael Bianchi, o Director e Exmas. Professoras. Aberta a sessão, occuparam a tribuna as professoras Paulina e Francisca Flora, as quaes em inspiradas phrases

saudaram á Bandeira, concitando os meninos ao culto da Patria com a glorificação de seu Augusto symbolo. Successivamente falaram os meninos: – Castorino Arantes, discurso allusivo á festa; Hippolita Costa, a poesia – O Natal do Pobrezinho; O Engeitado; Maria Flora – Hymno a Bandeira; Jose Silvestre – Hymno á Independência; Otton de Carvalho, A esmola do pobre; Sebastião Villas-Boas – A Bandeira; Maria Izabel Bretanha – A vingança; Avelino Campos – versos – O quadro; Isaura Gomes – poesia – Mãe e filha; Maria Lima – a creança e a Rosa; José Bianchi – ante a Bandeira; Maria G. de Faria – Deus cria tudo; Marianna Arantes – um quadro; Arlindo Valério – versos campestres; Ovídio Moreira da Rocha – O meu vovó Severino; Alice Ribeiro de Macedo – A menina teimosa; Gaspar Macedo – a cravina amada; José Rodrigues da Silva – Minas; Carmelina Lopes – A bandeira; Dolores Porto – o olhar de minha mãe; José Montes – Hymno aos bravos. Fallou depois commovido o Sr. Cel. Gaspar Junior, que em phrases brilhantes, enalteceu o valor da instrucção cívica, e exaltou o civismo dos professores e alumnos do Grupo a que pretendiam estreitos e affetivos pelos laços e pelo que acabava de observar, congratulava-se com o povo pela affirmacão cabal dos bons fructos dalli oriundos, erguia, por isso, um viva á instrucção e ao Director, sendo as suas ultimas palavras abafadas por palmas e pelo Hymno Nacional. Encerrou a serie de discursos, o Director, fazendo a apologia da Bandeira; ao finalizar, leu uma saudação ao pavilhão nacional, que flammava no topo do salão. Em seguida foi innaugurado o quadro de honra. Encerrada a sessão cantaram-se hymnos patrióticos para logo ter inicio a funcção cinematographica, que muito me agradou. Eis, Exmo. Sr. Como acabou a tocante festa á Bandeira.

Reitero-vos os meus protestos de subida de consideração e estima.

Saude e fraternidade.

Algumas expressões desse documento referente à Festa da Bandeira permitem a elaboração de outra análise sobre os sentidos festivos que se pretendia instaurar. Havia a preocupação de se estabelecer, por meio do discurso, uma linguagem acessível e adequada à infância.

Os alunos fizeram evoluções militares e continências ao espocar de fogos, enquanto as meninas passavam a vanguarda com garbo e elegância em passeio. Temos nesta passagem uma nítida educação de corpos masculinos e femininos, cada qual sendo formado para exercer suas funções: uma ligada à força e a outra, à graça e à beleza, respectivamente. A festa escolar ocuparia o lugar de dar visibilidade à divulgação daqueles valores, *locus* privilegiado de expor na forma do ritual um conjunto de ideais a serem reproduzidos por todos os seus participantes.

A luz elétrica que adornava abundantemente o Grupo Escolar poderia ter duas representações: uma delas voltada para a ideia de progresso e a outra, ligada à própria ideia do grupo escolar representando luz na vida das crianças, o templo da civilização.

Os textos dos recitativos apresentados na festa também compunham os valores educativos pretendidos, e pelos títulos percebe-se um conteúdo de fundo moralizante e formador que era promovido durante as festas.

O professor exaltou o civismo dos professores e dos alunos afirmando que havia uma função da instrução cívica que colhia bons frutos do trabalho que estava sendo realizado, saudando a bandeira e conclamando o povo para estreitar os laços com a instituição, o Grupo Escolar.

A festa terminou com uma função cinematográfica: o cinema, uma educação do olhar, a educação dos sentidos, a educação estética. Veiga (2000) afirma que a formação de um sujeito autônomo apenas seria possível com base nesse tipo de educação, que desempenharia a função de conformação do sujeito universal, o que seria possível com um trabalho que desenvolvesse sensibilidade e razão, compondo, assim, o ideal de civilidade.

***A Bandeira: jogo gymnastico*⁸² – Um jogo para a República**

Divide-se um terreno em dois campos e collocam-se vinte alumnos em cada campo.

Em seguida a sorte decidirá a que campo será reservada a guarda da bandeira. Este campo será o dos defensores, e o outro o dos assaltantes. O capitão dos assaltantes escolhe então, entre os seus soldados, um cavalleiro que trará um distinctivo bem visível.

O cavalleiro fica com o privilegio de prender os defensores, sem poder ser preso. Seu papel é proteger o ataque do campo ao qual pertence, e, por isso, elle procura afastar da bandeira que se trata de arrebatá-la, os defensores sobre os quaes elle tem o direito de prisão e dos quaes nada tem a temer.

Os defensores, por sua vez, têm o direito de prender todos os assaltantes, á excepção do cavalleiro; os assaltantes não têm o direito de prender, nem outro objectivo sinão o de arrebatá-la a bandeira, sem se deixarem tocar. Para prender um inimigo basta tocá-lo com a mão em qualquer parte do corpo ou roupa.

Antes de começar a lucta se designa um terceiro campo para onde deverão ir todos os prisioneiros. Então começa a partida.

O chefe do campo dos defensores colloca a bandeira a seis ou oito passos á frente do seu campo e dispõe seis dos seus soldados, de modo a fazerem face de todos os lados aos assaltantes, deixando o resto em reserva no campo. É então que o cavalleiro avança e depois de ter tocado a haste da bandeira, corre sobre os defensores e trata de afastá-los, enquanto o chefe do campo dos assaltantes, combinando seu ataque com a tática do cavalleiro, lança

⁸² A BANDEIRA: jogo gymnastico. In: A BANDEIRA do Brazil, 1911.

seus soldados ao assalto da bandeira que tratam de tomar e levar para o seu campo.

Para que a tomada da bandeira seja válida, é necessário que o assaltante que a leva, chegue ao seu campo sem ser tocado por um defensor.

Os assaltantes podem fazer chegar a bandeira ao seu campo passando-a de um a outro companheiro, sem todavia terem o direito de atirar-a.

Os assaltantes podem refugiar-se no campo inimigo e, enquanto ahi estiverem, não podem ser presos desde porém que elles o deixem, os defensores recuperam seu direito e podem prendel-os á sahida.

Á medida que os defensores da bandeira forem presos pelo cavalleiro, seu chefe os irá substituindo por outros soldados; elle substituirá também, quando julgar necessario, os defensores fatigados. Os assaltantes farão a mesma cousa e poderão mudar de cavalleiro.

A partida termina quando a bandeira é tomada, o que faz triumphar o campo inimigo dos assaltantes, ou quando 'tiverem perdido metade dos seus soldados, o que dará a vitória aos defensores'.⁸³

Uma pergunta interessante que se pode fazer é: qual o sentido da criação de um jogo para a bandeira? Em que medida o regime republicano estaria em busca, por meio do jogo, de uma nova efervescência?

Se as festas escolares eram preenchidas com formas ritualizadas que deixavam os corpos infantis em contenção, em marchas, uniformizados, mesmo que se fizesse um esforço em incluir nessas festas outras práticas de educação estética que buscassem uma educação plena dos sentidos, era possível a efervescência lúdica festiva? O que era novo em cada dia das festas que a República mandava guardar? O jogo, ou a dimensão lúdica, nas festas aparece como novidade.

⁸³ A BANDEIRA do Brazil, p. 44-45.

Soirré dansante: bailados para a Bandeira

A festa em homenagem à “gloriosa efeméride da instituição da Bandeira Nacional” ocorreu no dia 19 de novembro de 1913, na cidade de Santa Bárbara do Rio Novo. A solenidade foi considerada modesta, como contou o Senhor João Rabeca, 1º Juiz de Paz em exercício daquela cidade, em carta enviada à Secretaria do Interior no dia 20 de novembro do mesmo ano. Foi também tão encantadora e sincera que fez vibrar a alma infantil em seus arroubos de inteligência, graça e inocência, quando foi desfraldado o auriverde pendão brasileiro que estava no mastro ereto de uma das janelas do prédio escolar:

[...] O pavilhão achara-se envolvido em papel de seda com dois cordões presos a esse papel. Ao meio-dia, presentes o Sr. Inspector escolar da nossa melhor sociedade teve começo a festa, assomando uma das janellas do prédio o nosso muito digno professor, que, em breves palavras, fez sentir ás pessoas presentes aquilo de que se tratava e concluo mandando desfraldar-se a bandeira, a que foi feito entusiastamente por dois alumnos, cahindo sobre o pavilhão um chuveiro de confette e flores naturaes acompanhados de vivas á bandeira nacional e ao Brazil, ao Estado de Minas, ao presidente do Estado, da Secretaria e outras pessoas gradas. [...] Logo após executado o Hymno Nacional pela banda de musica – Bondina – offerecida pelo prestigioso chefe, Coronel Alfredo Tostes, abastado fazendeiro e capitalista neste districto [...].⁸⁴

Após todos os discursos e recitações, tudo detalhadamente descrito na carta, “encerrou-se essa magnífica festa com uma animada ‘soirre’ que se prolongou até a madrugada.”⁸⁵

Uma “soirre” para comemorar a Bandeira Nacional oferecida pelo “abastado fazendeiro e capitalista prestigioso chefe, Coronel Alfredo Tostes”, que durou até a madrugada. Para a Bandeira, todo o tempo era para festejar.

De todas as formas, festejava-se para a Bandeira. No Grupo Escolar Coronel Gaspar da Villa da Pedra Branca, uma “animada *soirre dansante*” compôs a programação para o encerramento da festa cívica do dia 19 de novembro de 1913.⁸⁶

⁸⁴ Cf. CARTA enviada por João Rabelo, Juiz de Paz em exercício. In: CÓDICE 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁸⁵ Cf. CARTA enviada por João Rabeca, 1º. Juiz de Paz em exercício, cidade de Santa Bárbara. In: CÓDICE 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

⁸⁶ Cf. PROGRAMMA do Grupo Escolar Coronel Gaspar, Villa de Pedra Branca. CARTA enviada por João Rabelo, Juiz de Paz em exercício. In: CÓDICE 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

Além de “soirre dansante”, também há registros de bailados nas festas, como se encontra na ata do Grupo Escolar Dr. Carlos Cavalcanti, com data de 20 de novembro de 1913, cidade de Cambuhy, comarca de Cambuhy. O diretor, Maximiano José de Brito Lambert, escreveu que as alunas apresentaram na Festa da Bandeira, realizada no dia *19 de novembro* daquele ano, dentre diversas atividades, o Bailado das Flores.

Um termo bastante utilizado na revista era o *bailado* – *Bailado da alegria*, *Bailado das flores*, *bailado clássico*, dentre outros. O termo “bailado” segundo Pereira (2003), é uma tradução do francês *ballet*. Sua tradução parte do italiano, *balletto*, diminutivo de *ballo*, que representa não somente uma mudança na linguagem, mas nas transformações cênicas pelas quais passou ao longo da história. Ainda afirma o autor que, no contexto do Brasil, o termo bailado brasileiro também representava um esforço de qualificar um perfil de nacionalidade da dança deste país. Destaco neste ponto, que a linguagem utilizada no contexto escolar mantém a mesma do contexto não escolar, apontando relações entre as práticas.

Os bailados das flores, bailados de alegria, bailados dos meses, os bailados também fizeram partes das estratégias para se conquistar as almas e os corações das crianças.

Os bailados, assim como o jogo, se apresentavam naquelas festas nas quais os corpos militarizados e um conjunto de gestos que tinham como base a contenção de movimentos, aparecem como contrapontos, como novas possibilidades de uma gestualidade rigidamente controlada, contida e ritmada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE SE RECOLHE DAS FESTAS?

Sobre os que proclamaram a República, Olavo Bilac escreveu que “muitos dos que viram nascer a menina, saudando com hinos de alegria, e pondo-lhe em torno do berço os corações inflamados de esperança e entusiasmo”, já tinham partido quando ela celebrava seus quatorze anos, idade em que “corpos e almas se arreiam de flores na primavera do sangue e do espírito” (BILAC, 1996, p. 455), e quando se esperava pelo triunfo da Puberdade Republicana, ela não ocorreu.

A República organizou e estruturou motivos para as suas celebrações, pois ela deveria “com sua graça irresistível no desenvolvimento das formas, [...] na expressão do olhar, na meiguice da voz, [...] causa[r] delírios amorosos [...] entre alas compactas de adoradores, entontecendo todas as cabeças e perturbando todas as almas” (BILAC, 1996, p. 455). Chegou à velhice sem ter passado pela primavera feliz, afirmava Bilac.

As festas escolares foram introduzidas nos programas das escolas públicas primárias mineiras para perseguir o ideal de nação civilizada em busca de uma identidade nacional, fator importante para conformar a República. Apesar disso, ocorreram tensões que se revelaram nos dias de festas e que foram destacadas aqui. Os hinos e as bandeiras de outros países foram motivos, entre outros, de tensões nas escolas mineiras.

Com relação às permanências e às mudanças ocorridas no período em foco nesta pesquisa, que envolveu duas grandes reformas educacionais, a de 1906 e a de 1927, houve mudanças tanto no calendário de festas como nas práticas festivas.

Inicialmente, não constava do calendário de festas, o Dia da Bandeira, que foi instituído por um decreto específico em 1889. O *15 de novembro*, data da Proclamação da República, perdeu espaço para o *19 de novembro*, que ganhou, progressivamente, maior visibilidade, com práticas festivas que exigiam pompa e brilhantismo.

Na Reforma de 1927, com outra legislação, além dos dias já estabelecidos no calendário anterior, foi introduzida a Festa da Árvore, para a qual havia a prescrição do plantio de árvores por parte dos alunos, e o Dia das Mães, que deveria ser celebrado na primeira quarta-feira do mês de maio.

Quanto às festas realizadas e registradas, observou-se que a documentação analisada, dado seu caráter formal, tornava-se a expressão das exigências e das prescrições do

regulamento, o que imprimia às fontes uma narrativa que detalhava todo o ritual festivo em diferentes instituições de ensino mineiras.

As descrições das festas escolares permitiram que fossem identificadas algumas práticas recorrentes e que elas tivessem uma rotina semelhante. Geralmente, elas tinham início no alvorecer do dia com os fogos, hinos e bandas e passeatas pela cidade. Ao meio dia, canto do *Hino Nacional* ou o *Hino à Bandeira* em frente ao prédio escolar, para saída posterior, em passeata pelas principais ruas das cidades. Às vezes, durante a passeata, parava-se na casa de pessoas gradas da cidade, vigário, prefeito, juiz e coronel, para cantos de hinos, discurso e “vivas” aos republicanos importantes e à República.

As passeatas tinham dois tipos de percursos, um campestre e um urbano, sendo que para cada um deles havia os destaques que mostravam o progresso e a civilização, temáticas importantes para o regime republicano. Ao final das passeatas, havia distribuição de doces, quitandas e frutas para as crianças.

Havia preocupação com o vestuário e com as condições das roupas das crianças. Em listas de despesas das escolas públicas e grupos escolares foi possível identificar a compra de tecidos para as crianças pobres, bem como o apoio das caixas escolares em ações dessa natureza. A roupa – pelo menos limpa ou nova, alvos vestidos para as meninas com fitas coloridas a tiracolo e ternos para os meninos, para tirar fotografias em frente ao Grupo Escolar e para usar nos dias de festas nacionais – era fundamental para dar visibilidade ao novo cidadão, limpo, instruído e civilizado, que representaria a nação.

As festas contavam, também, com uma programação interna, realizadas nos próprios grupos escolares e escolas públicas, com os recitativos, as comédias, as orações, os discursos proferidos pelos inspetores, diretores e pelos melhores estudantes das classes. Com relação aos textos referentes a esse material, foram identificados em inventários vários livros que possibilitam novas pesquisas com outros recortes temporais e temáticos.

Havia um esforço de potencializar determinadas datas fazendo-as coincidir com os dias de festas nacionais. Foi o caso do Grupo Escolar de Lavras, que foi instalado no dia 13 de maio de 1907, mas considerava o dia 15 de novembro “a data predilecta do Grupo” como foi registrado no boletim *Vida Escolar* (n. 14, p. 1, 15 nov. 1907), da Cidade de Lavras, para que os nomes de Deodoro, Benjamin, Floriano, Silva Jardim e tantos outros ficassem para sempre na memória das crianças. O dia 15 de novembro de 1908 foi também a data de encerramento da publicação do *Vida Escolar* (VIDA ESCOLAR, n. 34, 15 nov. 1908). No

último número do boletim, houve um registro positivo do progresso do ensino naquela cidade, no qual o Grupo “granjeou apreço da sociedade lavrense [...] no trabalho sacrossanto da instrução popular...” (VIDA ESCOLAR, n. 34, p. 115, nov. 1908). Ozouf (1991) aponta o boletim funcionando como o “coração da festa”. Ele é produzido com a intenção de ser lido com distinção e, para tanto, devia condensar muitas informações. No caso do boletim *Vida Escolar*, houve uma intenção política da produção de uma memória favorável ao regime republicano.

O 21 de abril, o 14 de julho e o 15 de novembro eram algumas das datas em que ocorria, também, a instalação dos grupos escolares ou a inauguração das bandas de música e dos clubes literários. Ao fazer essas escolhas entrelaçando datas e pessoas, produzia-se uma memória daquela festa comemorada. Assim as escolas públicas e os grupos escolares constituíam as bases sob as quais iriam pautar seu ensino. Foram encontrados vários documentos homenageando políticos, como Banda de Música Delfim Moreira, Grupo Escolar Afrânio Peixoto, Grupo Escolar Wenceslau Braz, dentre outros, em diferentes cidades do Estado de Minas Gerais. Ao estabelecer essas escolhas, durante os dias de festas, os valores e os pensamentos defendidos por aquele cidadão homenageado eram rememorados para todos os participantes.

Na realização das festas escolares havia uma preocupação com a mobilização dos sentidos. Então, os gestos militarizados dos meninos que passavam em marchas e as meninas que desfilavam garbosamente empunhando as bandeiras, com o estrugir de fogos, os tiros de dinamites, ao som de hinos e dobrados festivos deram lugar aos auditórios escolares. Estes foram estabelecidos pela instituição escolar como uma prática definida como contraponto da festa escolar, podiam ser apresentados em forma de cantos corais ou de audições musicais e abordar temáticas relacionadas à higiene, à indústria, à produção agrícola e ao comércio local. Os auditórios tinham um regulamento próprio e algumas normas prescritas. Dentre elas, destacam-se: sua realização era interna ao ambiente escolar; o horário seria o mesmo para o funcionamento das aulas e deveria ser realizado quinzenalmente; o diretor e o professor deveriam comparecer obrigatoriamente; e a linguagem utilizada na atividade deveria ser adequada para as crianças.

As práticas festivas, que inicialmente incluíam as passeatas, deram lugar aos auditórios escolares, passando, portanto, do externo para o interno, das ruas para a escola, mudança importante dos espaços festivos.

A análise da documentação referente aos auditórios possibilitou a emergência da discussão acerca do conceito de festa escolar, dos seus sentidos e de suas práticas. O deslocamento do espaço educativo do exterior para o interior indicou uma preocupação com o discurso da higiene que ganhava maior visibilidade. Havia, também, um deslocamento importante com relação à questão da criança, pois os auditórios eram organizados com uma linguagem adequada ao desenvolvimento infantil.

Passagens festivas. Sensibilidades presentes, vestígios, histórias e narrativas. O que seria dos outros dias se não fossem os dias de festas? Festas... festas cívicas, festas escolares, Festa da Bandeira, Festa da Árvore, Festa da Boneca, festas perenes e festas efêmeras, mas, acima de tudo, festas.

Retorno ao texto de Drummond, citado no início desta tese, quando ele afirma que os hinos aprendidos na escola “aderem à nossa substância, eis tudo. E cantam, cantam dentro de nós, absorvidos pela alma [das festas] em que se misturavam heroísmo e farniente, lutas, flâmulas, espadas, princípios, sol, passarinhos, banhos de riachos, frutas, caramelo...”

Corpos festivos, alma de festas!

Estrugir de fogos!

Tiros de dinamite!

Cheiro de pólvora!

Uniforme novo!

Nas ruas da cidade

As escolas reunidas

Para o desfile das crianças.

De uniforme novo passam

Meninas garbosas com bandeiras empunhadas.

Meninos em marcha.

Professoras ladeando as filas.

Todos cantando hinos e dobrados festivos ao som da banda de música!

Das janelas ornamentadas com flores e bandeirolas

O povo olhava atento...

Da varanda do Grupo Escolar, todo iluminado, as autoridades e pessoas gradas da cidade, apreciavam enquanto aguardavam a sua vez para proferir seus discursos para a Nação.

Recitativos, discursos, bailados!

Meio-dia! Em forma! O Hino Nacional. Sombras curtas...

Discursos, teatros, recitativos, comédias.

'A Pátria'

'A borboleta azul'

'A engomadeira'

'O batizado da boneca'

'Meu Paiz'

'A Bandeira'

'A avó'

Distribuição de Prêmios para os melhores alunos e alunas.

Chuva de balas... doces.

O cinema

'O soirrè dansante'

Uma lauta mesa de doces e sequilhos finos! A comezaina!

E todos regurgitaram o recinto, com muita ordem e cantando alegremente...

A Bandeira – o jogo gymnastico, para a Boneca, uma festa.

Da Bandeira à Boneca – efervescência lúdica.

Da Nação para a Criança,

Da festa para o jogo,

Da rua para a escola,

Auditorium – uma nova prática para uma nova escola.

Em busca dos rastros dos corpos na memória escrita da história,

Em busca dos corpos nas festas escolares

Alma da festa...

O que se recolhe?

Uma narrativa de muitas festas.

Vestígios guardados nas memórias... Vestígios de corpos na história. Experiências.

Escrever sobre o passado, contar o outro. Salvar o passado no presente pela percepção de uma semelhança que transforma tanto o passado quanto o presente. Transforma o primeiro porque ele assume uma nova forma e transforma o segundo, porque ele se revela como uma realização de uma possibilidade. Portanto, a escrita da história teria uma função paradoxal não somente de descrever ou explicar os fatos, mas também transmitir o que não pode ser contado.

Assim, termino uma escrita de tantas festas que poderão ser novamente narradas com outros olhares, outras interpretações tecidas com base em outras experiências. Vestígios de outros narradores poderão escrever outras histórias.

História e cesura, escrever e contar o outro. A tecitura discursiva, cuja base é a experiência do narrador, traz as suas pausas e os seus silêncios... Ali onde as palavras perderam o fôlego ou se repetiram, onde elas voltaram ou não, são as próprias representações da escrita desta história que pretendeu ser uma narrativa e pretende ser um novo começo para outras histórias e para muitas celebrações.

REFERÊNCIAS

A BANDEIRA do Brazil: paginas cívicas, poesias e sugestões para a comemoração da Bandeira. São Paulo: Casa Garroux, 1911.

A PALAVRA. Recorte de jornal de São João Nepomuceno, Anno I, n. 9. In: CÓDICE SI 3408, 7 set. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

ACTA assignada por Raymundo Baptista, Director do Grupo de Caratinga, em 17 de julho de 1912. PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

ACTA da Sessão Cívica em homenagem à data da morte de Tiradentes, no edifício do Grupo Escolar “Cõnego Ulisses”. Cidade de Tiradentes. In: CÓDICE SI 3403, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

ALFARO, Milta. *Carnaval: uma historia social de Montevideo desde la perspectiva de la fiesta*. Uruguay/Montevideo: Ediciones Trilce, 1992.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora Universidade de Brasília, 1987, 419 p.

BARROS, Manoel. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

BAUDELAIRE, Charles. *La vie des fleurs du mal*, 1845. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 271 p.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1902-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, p. 299-321.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 253 p.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II*. 1. ed. brasileira, 1987; 5. ed. 1995; 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 271 p.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, 1.167 p.

BIANCHINI, Lígia de Freitas. *Datas festivas do nosso Brasil: para os auditórios escolares*. Belo Horizonte/MG: Edições Ensino, 1959, 121 p.

BICAS, Maurilane de Souza. O impresso como estratégia de formação. *Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008, 213 p.

BILAC, Olavo; COELHO NETO. *Contos pátrios: educação moral e cívica (Para as crianças)*. 2001, 137 p. 1904

BITTENCOURT, Circe Maria F. “As Tradições Nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: _____. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1971-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 163-202.

BRUHNS, Heloisa Turini. *Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro*. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2000, 158 p.

BUENO, Alexei (Org.). *Olavo Bilac: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, 970 p. (Biblioteca Luso-Brasileira, Série Brasileira)

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, 776 p.

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 385 p.

CAMINADA, Eliana. *História da dança: evolução cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 1999, 486 p.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. *Culturas da escola: as festas escolares em São Paulo (1890-1930)*. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt02.3441 – Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt02.3441-Int.pdf). Acesso em: 2 fev. 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imagens e espetáculo no varguismo e no peronismo. In: _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus: 1998, p. 47-61.

CARTA da Directora Carolina Martinha Torres, Directora do Grupo Escolar de São Manoel, 13 de novembro de 1913. SI In: CÓDICE 3421 Festas Escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA de Carolina Martinha Torres, Directora do Grupo Escolar de São Manoel, 13 de novembro de 1913. Não consta na referida carta o nome da vila onde se localiza o Grupo Escolar de São Manoel: em alguns documentos o nome do grupo é também o nome da vila. In: CÓDICE SI 3421. Festas escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Director Aniceto Alcino de Medeiros, Grupo Escolar de Rio Preto, cidade de Rio Preto, 9 de setembro de 1912 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant'Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo. In: CÓDICE SI 3412. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Director Arcadio do Nascimento Moura enviada à Secretaria do Interior em 22 de novembro de 1910. In: CÓDICE SI 3338, nov./dez. 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Director do Grupo Escolar Domingos Bibiano, cidade de Queluz, 21 de agosto de 1912 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Pitangui, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prados, Dores de Campos (Prados), Prata e Queluz. In: CÓDICE SI 3411, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Director José Francisco Lopes Nunes, de 20 de agosto de 1912 enviada ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Director do Grupo Escolar Coronel Gaspar, Arcadio do Nascimento Moura, para o Secretário do Interior. Local: Pena Branca/MG. In: CÓDICE 3338, 22 de novembro de 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Grupo Escolar de São Manoel enviada à Secretaria do Interior datada de 15 de novembro de 1913, assinada por Carolina M. Torres, Directora e efetiva. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Professor José Antonio d'Almeida Junior, Conquista de Itaúna, 19 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421. Festas escolares, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA do Suplente do Inspector Escolar, Senhor Ignácio Izidoro de Magalhães *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Uberaba, Villa Braz, Villa Nova de Lima, Villa Platina e Villa Silvestre Ferraz. In: CÓDICE SI 3416, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior de MG em 17 de novembro de 1913, assinada pelo diretor Deniz Augusto de Araújo Valle, do Grupo Escolar de Villa Nova de Lima. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Festas escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior de MG em 9 de setembro de 1913, assinada pelo diretor Franklin Pereira dos Reis, do Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiros”. In: CÓDICE SI 3421. Festas escolares. 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo Director Arcadio do Nascimento Moura em 22 de novembro de 1910. Festa da Bandeira. In: CÓDICE SI 3338, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo diretor Deniz Augusto de Araujo Valle em 25 de setembro de 1912 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Uberaba, Villa Braz, Villa Nova de Lima, Villa Platina e Villa Silvestre Ferraz. In: CÓDICE 3416, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior pelo professor Olegário Pinheiro de Azevedo, cidade de Laranjal, 13 de outubro de 1910. In: CÓDICE SI 3337. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada à Secretaria do Interior por Emilia Augusta Magalhães Gomes e a adjunta, Lavinia Cerqueira, datada de 8 de setembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo Director Carlos Gonçalves de Andrade à Secretaria do Interior de Minas Gerais em 19 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo Director do Grupo Ernesto Santiago à Secretaria do Interior de Minas Geraes. PAPEIS findos dos grupos escolares de São João Nepomuceno, São João Evangelista, São José dos Botelhos, São José do Além Paraíba, São José do Paraíso. In: CÓDICE SI 3408, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo Director Jayme Pereira Pinto, Professor Público, Cidade de Sant’Anna de Cataguases, 14 de julho de 1910. In: CÓDICE SI 3336, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo Director Honório Guimarães à Secretaria do Interior de Minas Gerais em 24 de novembro de 1913. In: CÓDICE SI 3421. Festas escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo inspetor escolar Bernardino Luiz da Costa ao Secretario do Interior. Papeis findos dos grupos escolares de São João Nepomuceno, São João Evangelista, São José

dos Botelhos, São José do Além Paraíba, São José do Paraíso. In: CÓDICE 3408, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CARTA enviada pelo Professor Manoel da Silva Pinto e pela Professora Maria Conceição da Matta Fonseca em 19 de novembro de 1913 para a Secretaria do Interior. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Festas escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM)

CARTA enviada por João Rabelo, Juiz de Paz em exercício. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, 187 p.

CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira. A geração de instrumentos de pesquisa em História da Educação: estudos sobre Revistas de Ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (organizadoras). *Tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 241-254.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, 196 p.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002, 277 p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. Disciplina e invenção: a festa. Tradução de Álvaro Lorencini. In: _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 21-44.

CHAVES. Elisângela. *A história da escolarização da dança em Minas Gerais (1925 – 1937)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2002, Dissertação (Mestrado em Educação).

CÓDICE 3338, 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

COPIA da acta da solemnidade do “Desagravo á Bandeira”, effectuada no Grupo Escolar de Carangola, em 16 de agosto de 1912 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carambola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

COUTO, Ebenézer Pereira; COSTA, Armando Dalla. *Trajetória histórica da empresa mineração Morro Velho*. Ano. Disponível em: www.abphe.org.br. Acesso em: 12 ago. 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, 447 p.

DAMATTA, Roberto. As festas da ordem. In: DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, 126 p.

DANTAS, Mônica. *Dança: o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

DANTAS, Mônica. *Forma, técnica e poesia do movimento: na perspectiva de construção de sentidos coreográficos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996, 154 p.

DELEURY, Guy. *As festas de Deus: a fé, a história, os mitos*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Crença e Razão, Instituto Piaget, 1994, 308 p.

DUVIGNAUD, Jean. *El juego del juego*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, 159 p.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, 236 p.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. Através da Imagem II: fotografia e história, interfaces. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. IV. Organização de Marilita Aparecida Arantes Rodrigues. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996 (Coletânea), p. 56-94.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 21 abr. 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone. A escola e a festa: racionalidades distintas na conformação de um corpo civilizado no século XIX. In: FERREIRA NETO, Amarílio *et al.* (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Aracruz, ES: Facha, 1999, v. 4, p. 5-26.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Revista e ampliada. Editora Nova Fronteira, 1996.

FESTA da Bandeira. Chegada dos Alunos. Passeiata de volta da passeiata, instantaneo Polydoro Reis. In: CÓDICE SI 3407. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

FESTAS escolares. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. *Da infâmia ao altar da Pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 2001. 355 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2001.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 151 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2007, 114 p.

GALLEGO, Rita de Cássia. Dias em vermelho no calendário: feriados, festas e comemorações cívicas nas escolas primárias paulistas (1890-1929). In: ANPED. *Reuniões*. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1179. Acesso em: 2 fev. 2009.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. *Das aulas aos festivais: a história da escolarização da dança no CEFET/MG*. 1999. 155p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena, Américo Freire *et al.* *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, 559 p.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Antêntica/FCH-FUMEC, 2006, 196 p.

GRÖBER, Karl. *Kinderspielzeug aus alter Zeit, 1927 apud BENJAMIN, Walter. Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, 1.167 p.

GRUPO Escolar de Montes Claros, 19 nov. 1912. In: CÓDICE SI 3407. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

GRUPO Escolar de Passos, Cidade de Passos. In: CÓDICE SI 3336, 20 abr. 1910. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

HAMDAN, Juliana Cesário. *Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)*. 2007. Tese (Doutorado) – de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas/SP: Papyrus, 1998, 160 p.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Org). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro Paz e Terra: 1997, p. 9-23, 4 ed.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

INVENTÁRIO dos bens do Grupo Escolar do Carmo do Escaramuça *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Palmira, Paracatu, Paraguaçu, Passa-Quatro e Piranga. In: CÓDICE SI 3409, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, v. 1, 444 p.

LAQUEUR, Thomas W. Corpos, detalhes e a narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 239-277.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997. v. 1: Memória – História, p. 260-292.

LINDAU, Paul. *Der Abend*. Berlim, 1896, p. 17. In: BENJAMIN, Walter, 2006. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, 1.167 p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 115 p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Métodos e fontes na história da educação e educação física. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. IV. Organização de Marilita Aparecida Arantes Rodrigues. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996 (Coletânea), p. 35-55.

MACHADO, Aníbal *et al.* *O livro das festas*. São Paulo: LR, 1981, 197 p.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *A cultura escolar como representação: a escola e a construção de uma tradição e de uma simbologia pátria*. (mimeo)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Die deutsche Ideology. (*A ideologia alemã*), 1928, *apud* BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 271 p.

MELO, Carlos Wellington Martins de. *A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890-1930)*. 2006. 307p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP, Franca, 2006.

MINAS GERAES. Jornal de Minas Gerais. *Revista do Ensino de Minas Geraes*, Anno 1, n. 1, p. 20, 6 fev. 1925. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

MINAS GERAIS. Lei n. 1.036, de 25 de setembro de 1928, que aprovou os regulamentos do ensino normal e primário. In: COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

MINAS GERAIS. Decreto de 19 de novembro de 1889. In: A BANDEIRA do Brasil; paginas cívicas, poesias e sugestões para a comemoração da Bandeira. São Paulo: Casa Garraux, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou o programa do ensino primário mineiro. In: COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

MINAS GERAIS. Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, que estabelece os dias de festa nacional. In: OCTAVIO, Rodrigo. *Festas nacionais*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1893; 1908.

MINAS GERAIS. Decreto n. 3, de 28 de fevereiro de 1891, que declara dia de festa nacional o 24 de fevereiro, comemorativo da Constituição da República. In: OCTAVIO, Rodrigo. *Festas nacionais*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1893; 1908.

MINAS GERAIS. Decreto n. 3.191, de 9 de junho de 1911, que “aprova o regulamento geral da instrução do Estado de Minas Gerais.”

MINAS GERAIS. Decreto n. 3.191. In: COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

MINAS GERAIS. Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, que institui a Festa da Bandeira. In: PAGINAS cívicas: São Paulo: Casa Garroux, 1911.

MINAS GERAIS. Lei n. 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, que aprovou o Regulamento do Ensino Primário. In: COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 312 p.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962, 607 p.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. 2000. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1. Acesso em: 13 mar. 2009.

MUNDO da criança. Rio de Janeiro: Delta, 1974. v. 8. (Coleção)

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Memórias 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 334 p.

NAVA, Pedro. *Beira-mar*. Memórias 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 408 p.

NUNES, Clarice. Os desafios da pesquisa histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. IV. Organização de Marilita Aparecida Arantes Rodrigues. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996 (Coletânea), p. 19-33.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a república mandou guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 172-189.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 216-232.

OZOUF, Mona. *Festivals and the French Revolution*. 3. ed. Tradução de Alan Sheridan. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1994. 378 p.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 119 p.

PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguases, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina – Festa de Aniversário do Grupo e Confraternização Universal dos Povos, Caratinga, 14 de julho de 1912. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PAPEIS findos dos grupos escolares de Cristina, Cataguazes, Caratinga, Carangola, Tombos de Carangola e Diamantina. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PAPEIS findos dos grupos escolares de Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Aventureiro, São Pedro do Pequery (Mar de Espanha), Mariana e Montes Claros. In: CÓDICE SI 3407, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PAPEIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant'Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). SI 3412. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PAPEIS findos dos grupos escolares de Santa Quitéria, Capela Nova (Santa Quitéria), Santa Rita de Cássia, Santa Rita do Sapucaí, Dionísio (São Domingos do Prata), São Gonçalo do Sapucaí, São João D'el Rey. In: CÓDICE 3413, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PAPEIS findos dos grupos escolares de São Manoel, São Sebastião do Paraíso, Serro, Sete Lagoas, Silvianópolis e Três Corações. In: CÓDICE SI 3415, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PASSOS, Mauro (Org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 223 p.

PEREIRA, Jardel Costa. *Grupo Escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais. (1907-1918)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro: nacionalismo e estilização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 315 p.

PESSANHA, José Américo. O sono e a vigília. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992, p.33-55.

PINTASSILGO, Joaquim. *Religiosidade cívica republicana: o exemplo da festa da árvore*. Mimeo.

PROGRAMMA da Festa comemorativa da Gloriosa data do 7 de setembro, Grupo Escolar de Carangola. In: CÓDICE SI 3404, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PROGRAMMA da Festa Patriótica em homenagem á Bandeira brasileira, no dia 19 de novembro de 1913. Festas escolares. In: CÓDICE SI 3421, 1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PROGRAMMA do Grupo Escolar Coronel Gaspar, na Villa da Pedra Branca para as Festas cívicas comemorativas da Republica Brasileira e da criação da Bandeira Nacional. In: CÓDICE SI 3421, 1913 – Festas escolares. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PROGRAMMA Impresso da Festa Escolar em Homenagem à grandiosa data de 12 de outubro, Cidade de Mosquito, 1910. In: CÓDICE SI 3337. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

PROUST, Marcel. A propos de Baudelaire. In: _____. *Nouvelle française*. T. 16 p. 646, 1921 *apud* BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 271 p.

PRUIGARI, Raul. Bandeira Nacional. Instrução cívica In: A BANDEIRA do Brazil: Paginas cívicas, poesias e sugestões para a comemoração da Bandeira. São Paulo: Casa Garroux, 1911, p. 32-33.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil I*. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 278 p.

RELATÓRIO annual do Director do Grupo Escolar de Pouso Alegre. In: CÓDICE SI 3382, 12 dez. 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

RELATÓRIO Annual do Diretor do Grupo de Pouso Alegre – 5ª. Seção (Com observação para ser encaminhado para a 6ª. Seção por se tratar de assuntos a ela pertinentes). In: CÓDICE SI 3382. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

RELATÓRIO da Diretora Mathildes Xavier Mariano *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Cabo Verde, Cabuí, Campanha e Campo Belo. In: CÓDICE SI 3402. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

RELATÓRIO do Diretor Arcadio Nascimento Moura, Grupo Escolar Coronel Gaspar, datado de 31 de dezembro de 1912, Villa de Pedra Branca. SI 3382. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAES, Anno IV, n. 29, p. 28, jan. 1929.

REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAES, Anno IV, n. 30, p. 98-99, fev. 1929.

REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAES, Anno IV, n. 35, p. 83, jul. 1929.

REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAES, Anno IV, n. 39, nov. 1929.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *O livro das aves*: fragmento de um manuscrito desaparecido. Disponível em: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariaeurydice. Acesso em: 2 fev. 2009.

RIO NOVO. Jornal Cidade do Rio Novo, Anno VIII, 24 nov. 1912, n. 34 *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant'Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

RIO NOVO. Jornal Cidade do Rio Novo, Anno VIII, n. 34, 24 nov. 1912, *apud* PAPEIS findos dos grupos escolares de Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Salinas, Sant'Anna de Ferros, Santa Luzia do Rio das Velhas e Pedro Leopoldo (Santa Luzia). In: CÓDICE SI 3412, 1912. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

RYAN, Mary. A Parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 177-209.

SAHLINS, Marshall. Estrutura e história. In: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 218 p.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A vila em ricas festas*: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744), Belo Horizonte: C/ Arte, Face-Fumec, 2003, 135 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O império em procissão*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 1994, 167 p.

SOUSA Eustáquia Salvadora. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!* A história do ensino de Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1994, 264 p.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, 302 p.

TERMO de visitas do Snr. Inspector escolar Francisco de Paula Teixeira. Papeis findos. In: CÓDICE SI 3287, out. 1908. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

TINHORÃO, Jose Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000, 173 p.

TORRINHA, Francisco. *Moderno dicionário da língua portuguesa: para os estudantes e para o povo*. 4 ed. Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira Editor, 1934.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco/ EDUSF. 2002, 369 p.

VAGO, Tarcísio Mauro. Uma verdadeira revolução de costumes: educação de corpos infantis na reforma do ensino de 1906 em Minas Gerais. In: FERNANDES, Rogério. LOPES, Alberto, FARIA FILHO. (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 335-359.

VARELLA, Julia. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 68-96, 1992.

VAZ, Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas escolares no Estado Novo (1937-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VEIGA, Chynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007, 328 p.

VEIGA, Chynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000.

VIDA ESCOLAR. Boletim Cidade de Lavras, Anno I, n. 14, 15 nov. 1907.

VIDA ESCOLAR. Boletim Cidade de Lavras, *Estado de Minas*, Anno I, n. 13, 1º nov. 1907.

VIDA ESCOLAR. Boletim Cidade de Lavras, *Estado de Minas*, Anno I, n. 7, 1º ago. 1907.

VIDA ESCOLAR. Boletim Cidade de Lavras, *Estado de Minas*, n. 13, 1º nov. 1907.

VIDA ESCOLAR. Boletim da Cidade de Lavras, Estado de Minas, Anno I, n. 2, 15 maio 1907.

VIDA ESCOLAR. Boletim da Cidade de Lavras, *Minas Geraes*, Anno II, n. 32, 15 out. 1908.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006, 376 p.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Fragmentos, 1985, 209 p.

XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska; CUNHA, Jorge Luiz (Org.). *Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, 170 p.